

**GUSTAVO BITTENCOURT MACHADO  
MOISÉS DOS SANTOS VIANA  
(ORGANIZADORES)**

***AGRICULTURA FAMILIAR E DIFUSÃO  
DE SABERES EM ANÁLISE COGNITIVA***



Pontes

PARECER E REVISÃO POR PARES  
Os capítulos que compõem esta obra foram submetidos  
para avaliação e revisados por pares.

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

---

M149a Machado, Gustavo Bittencourt; Viana, Moisés dos Santos (org.).  
Agricultura familiar e difusão de saberes em análise cognitiva  
Organizadores: Gustavo Bittencourt Machado e Moisés dos Santos Viana.  
1. ed. – Campinas, SP : Pontes Editores, 2024; figs.; tabs.; gráfs.; quadros.

Inclui bibliografia.  
ISBN 978-85-217-0543-7.

1. Agricultura. 2. Desenvolvimento Humano e Social. 3. Economia.  
I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.

---

Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Planejamento e desenvolvimento de comunidades. 307.01
2. Desenvolvimento social e econômico. 341.759
3. Linguística. 410
4. Agricultura. 630

**GUSTAVO BITTENCOURT MACHADO  
MOISÉS DOS SANTOS VIANA  
(ORGANIZADORES)**

***AGRICULTURA FAMILIAR E DIFUSÃO  
DE SABERES EM ANÁLISE COGNITIVA***

Copyright © 2024 - Dos organizadores representantes dos colaboradores  
Coordenação Editorial: Pontes Editores  
Editoração: Eckel Wayne  
Revisão: Zélia Guerra  
Capa: ACESSA Design

CONSELHO EDITORIAL:

Angela B. Kleiman  
(Unicamp – Campinas)  
Clarissa Menezes Jordão  
(UFPR – Curitiba)  
Edleise Mendes  
(UFBA – Salvador)  
Eliana Merlin Deganutti de Barros  
(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)  
Eni Puccinelli Orlandi  
(Unicamp – Campinas)  
Gláís Sales Cordeiro  
(Université de Genève - Suisse)  
José Carlos Paes de Almeida Filho  
(UnB – Brasília)  
Rogério Tilio  
(UFRJ – Rio de Janeiro)  
Suzete Silva  
(UEL – Londrina)  
Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva  
(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES

Rua Dr. Miguel Penteadó, 1038 - Jd. Chapadão  
Campinas - SP - 13070-118  
Fone 19 3252.6011  
ponteseditores@ponteseditores.com.br  
www.ponteseditores.com.br

## SUMÁRIO

Apresentação .....	7
Gustavo Bittencourt Machado	
Presentation .....	11
Présentation .....	15

### **Parte I - Sistemas agrários, coletivos territoriais e desenvolvimento**

Capítulo 1	
Desenvolvimento humano e multifuncionalidade da agricultura familiar no sertão semiárido da Bahia, Brasil .....	21
Gustavo Bittencourt Machado	
Capítulo 2	
Contratendência no padrão de desenvolvimento agrário na Bahia, no território de identidade Litoral Sul: uma analogia à análise de redes sociais .....	55
Inês Teresa Lyra Gaspar da Costa	
Capítulo 3	
Agências territoriais de desenvolvimento.....	71
Gustavo Bittencourt Machado	
Capítulo 4	
Gestão ambiental compartilhada: uma análise sobre o arcabouço institucional dos municípios que integram o consórcio territorial do Recôncavo Baiano .....	99
Roque Lessa Bispo	

Capítulo 5	
Rendimentos e estratégias dos caprinocultores de leite no semiárido da Bahia.....	125
Gustavo Bittencourt Machado	

## **Parte II**

### **Educação no campo e difusão de saberes em análise cognitiva**

Capítulo 6	
Escolas do campo e aulas virtuais em tempo da Covid-19: uma experiência no Colégio João Carneiro .....	159
Flávia Amâncio Carneiro	
Ilka Meyre Alves da Silva	
Maria Jucilene Lima Ferreira	
Capítulo 7	
O entrelaçar da afetividade, do cuidado e das PICS: Projeto Ombro Amigo da Escola de Administração da UFBA – Comunidades do Campo, Quilombolas e Indígenas .....	181
Bárbara Maria Dultra Pereira	
Floriano Barboza Silva	
Cândida Ribeiro Santos	
Capítulo 8	
Análise Cognitiva: o estado da arte a partir de periódicos da base Capes .....	207
Antônio Ribeiro Bomfim	
Capítulo 9	
Propostas preliminares para difusão do conhecimento, inovação e tecnologias no Território do Sisal .....	221
Moisés dos Santos Viana	
Sobre os autores .....	235

## APRESENTAÇÃO

O livro *Agricultura familiar e difusão de saberes em análise cognitiva* reúne abordagens e análises fundamentadas em experiências vivenciadas de pesquisas acadêmicas e empíricas, estabelecendo nexos reflexivos entre as categorias fundantes de sua estrutura, as quais sejam agricultura familiar, desenvolvimento, difusão de saberes e análise cognitiva.

O esforço de juntar peças conceituais que traduzam a realidade dos textos apresentados requer tentativas de modelagem e desmontagem até obter-se uma síntese representativa dos subtemas, dos conceitos, das abordagens e das metodologias reunidas no título da obra. Em assim o sendo, a metodologia de atração dos autores para a escrita compartilhada ao livro, em forma de capítulos-artigos, sustentou-se em uma percepção aberta, flexível e sem amarras, desde que vinculada ao tema principal, a fim de atingir-se a unidade totalizante em único título.

Ver-se-á que os textos, ao mesmo tempo em que se aproximam, também se distanciam entre si. Desse modo, trata-se também de uma costura temática; como se cada capítulo fosse uma peça de artesanato em tecido, um “fuxico”, por exemplo, com fazimentos e desfazimentos até se dar por satisfeito da totalidade semântica e conceitual do seu conjunto. E, então, está-se o livro.

As experiências de abordagens são várias, compreendendo aspectos das trajetórias de seus autores na produção científica, resultando os textos ora de suas pesquisas de doutoramento, ora

de trabalhos técnicos, ora de pesquisas outras, mas sempre com o cunho acadêmico e científico, em perpassando a dimensão além das disciplinas com abordagens interdisciplinares e multidisciplinares, ancoradas em teorias e referências epistemológicas oriundas das ciências sociais e humanas, com substratos na matemática e ciências físicas e da saúde, permeando a transdisciplinaridade em sua totalidade, o que será percebido ao debruçar-se na leitura dos textos.

Este foi o caminho traçado para a elaboração dessa obra, sem qualquer demanda prévia condicionada aos autores. Os textos chegaram prontos; bastava, então, costurá-los para se obter um modelo do todo. E, assim, foi feito.

A leitora e o leitor encontrarão neste livro a correlação entre difusão de saberes nos coletivos territoriais abordados nos textos, havendo sempre a agricultura familiar como categoria social, ora como aquela principal dos estudos, ora como contexto cognitivo no qual se desenvolvem as reflexões de cada autora e autor.

Os capítulos provem de pesquisas de doutoramento realizadas no *Institut des Sciences et Industries du Vivant et de l'Environnement* (AgroParisTech), na França, no Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento (PPGDC), vinculado à Universidade Federal da Bahia (UFBA), no Brasil, em experiências da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e experiências acadêmicas próprias dos autores, sendo a obra iniciativa do Grupo de Pesquisa Agricultura Comparada e Agricultura Familiar, registrado na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sob a coordenação do Prof. Dr. Gustavo Bittencourt Machado, docente da UFBA e ora organizador do livro, e da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) que o publica, sob a responsabilidade institucional do Prof. Dr. Moisés dos Santos Viana, docente efetivo da Uneb e também organizador.

Desejamos aos leitores que costurem suas impressões com a melhor tessitura reflexiva em seus pensamentos, sempre visando o além-tempo de sua importância, para que sempre se molde o conhecimento em estruturas dinâmicas.

Prof. Dr. Gustavo Bittencourt Machado  
Professor associado IV (Dep. Zootecnia/UFBA)  
Docente permanente (PPGDC/UFBA)  
e Coordenador GP Agric. Comp. e Agric. Fam. (UFBA/CNPq)



## PRESENTATION

The book *Agricultura familiar e difusão de saberes em análise cognitiva* (Family farming and diffusion of knowledge in cognitive analysis) brings together approaches and analyses based on experiences from academic and empirical researches, establishing reflective connections between the founding categories of its structure, which are family farming, development, diffusion of knowledge and cognitive analysis.

The effort to bring together conceptual pieces that translate the reality of the presented texts requires attempts at modeling and disassembly until a representative synthesis of the subthemes, concepts, approaches and methodologies gathered in the book's title. In this way, the methodology of attracting the authors to the shared writing of the book, in the form of chapters-articles, was based on an open, flexible and unbound perception, as long as they were linked to the main theme, in order to achieve the totalizing unity in a only title.

It will be seen that the texts, while approaching each other, also distance themselves from each other. In this way, it is also a thematic seam; as if each chapter were a craftsmanship's piece in tissue, a *fluxico*, for example, with making and unmaking until one is satisfied with the semantic and conceptual totality of the whole. And then, it is the book.

The experiences of approaches are varied, comprehending the aspects of the authors' trajectories in scientific production,

resulting in texts sometimes from their doctoral research, sometimes from technical works, sometimes from other researches, but always with an academic and scientific stamp, going beyond the disciplines with interdisciplinary and multidisciplinary approaches, anchored in theories and epistemological references originating from the social and human sciences, with substrates in mathematics and physical and health sciences, allowing transdisciplinarity in its totality, when focusing on the reading of the texts.

This was the traced path for the elaboration of this work without any prior conditioned demand on the authors. The texts arrived ready; then it was enough to sew them together to obtain a model of the whole. And so we did.

In this book, the reader will find the correlation between the diffusion of knowledge in the addressed territorial collectives, with family farming always being a social category, sometimes as the main one studied, sometimes as the cognitive context in which the reflections of each author are developed.

The chapters come from doctoral research carried out at the *Institut des Sciences et Industries du Vivant et de l'Environnement* (AgroParisTech), in France, in the Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento (Postgraduate Program in Knowledge Diffusion (PPGDC/UFBA), linked to the Universidade Federal da Bahia (Federal University of Bahia) – UFBA, in Brazil, in experiences of the Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Brazilian Agricultural Research Corporation) – Embrapa, and the authors' own academic experiences, the work being an initiative of the Grupo de Pesquisa Agricultura Comparada e Agricultura Familiar (Comparative Agriculture and Family Farming Research Group), registered at UFBA and the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (National Council for Scientific and Technological Development) – CNPq, under the coordination of Prof. Dr. Gustavo Bittencourt Machado, associate professor (UFBA) and also the book's organizer, and the Universidade do Estado da

Bahia (Uneb) that now publishes it, under the institutional responsibility of Prof. Dr. Moisés dos Santos Viana, assistant professor (Uneb) and also the book's organizer.

We wish to readers to sew their impressions with the best reflective weave in their thoughts, always aiming for the beyond-time of its importance, so that knowledge is always molded into dynamic structures.

Prof. Dr. Gustavo Bittencourt Machado  
Associate Professor IV (Dep. Zootecnia/UFBA, PPGDC/UFBA);  
Coord. RG Comp. Agric and Fam. Farm. (UFBA/CNPq)



## PRÉSENTATION

L'ouvrage *Agricultura familiar e difusão de saberes em análise cognitiva* (*Agriculture familiale et diffusion des connaissances en analyse cognitive*) rassemble des approches et des analyses basées sur des expériences vécues de recherche académique et empirique, établissant des liens réflexifs entre les catégories fondatrices de sa structure que sont l'agriculture familiale, le développement, la diffusion des connaissances et l'analyse cognitive.

L'effort de constituer des pièces conceptuelles traduisant la réalité des textes présentés nécessite des tentatives de modélisation et de démontage jusqu'à l'obtention d'une synthèse représentative des sous-thèmes, concepts, approches et méthodologies rassemblés dans le titre de l'ouvrage. Par conséquent, la méthodologie pour inciter les auteurs à partager l'écriture du livre, sous forme d'articles-chapitres, était basée sur une perception ouverte, flexible et libre, à condition qu'ils soient liés au thème principal, afin d'obtenir l'unité totalisante dans un seul titre.

On verra que les textes, tout en se rapprochant, s'éloignent aussi les uns des autres. En ce sens, c'est aussi une couture thématique ; comme si chaque chapitre était un morceau d'une pièce d'artisanat in tissu, le *fluxico*, par exemple, avec montage et démontage jusqu'à ce que l'on soit satisfait de la totalité sémantique et conceptuelle de l'ensemble. Et puis il y a le livre.

Les expériences d'approches sont diverses, comprenant des aspects des trajectoires des auteurs dans la production scientifi-

que, donnant lieu à des textes provenant de leurs recherches doctorales, de travaux techniques, d'autres recherches, mais toujours à caractère académique et scientifique, dans la dimension en plus de disciplines aux approches interdisciplinaires et multidisciplinaires, ancrées dans des théories et des références épistémologiques issues des sciences sociales et humaines, avec des substrats en mathématiques et en sciences physiques et de la santé, en passant par la transdisciplinarité dans son intégralité, en se concentrant sur la lecture des textes.

C'est la voie tracée pour l'élaboration de cet ouvrage sans aucune exigence préalable conditionnée aux auteurs. Les textes arrivaient tout faits, il suffisait donc de les assembler pour obtenir une maquette d'ensemble. Et nous l'avons fait.

Le lecteur trouvera dans cet ouvrage la corrélation entre la diffusion des connaissances dans les collectivités territoriales abordées dans les chapitres, l'agriculture familiale étant toujours une catégorie sociale, tantôt comme principale des études, tantôt comme contexte cognitif dans lequel les réflexions de chaque auteur sont développées.

Les chapitres sont issus de recherches doctorales menées à l'Institut des Sciences et Industries du Vivant et de l'Environnement (AgroParisTech), en France, dans le Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento (Programme Post-graduation en Diffusion de la Connaissance) – PPGDC, lié à l'Universidade Federal da Bahia (Université Fédérale de Bahia) – UFBA, au Brésil, sur la base des expériences de l'Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Société Brésilienne de Recherche Agricole – Embrapa, et des propres expériences académiques des auteurs, le travail étant une initiative du Grupo de Pesquisa Agricultura Comparada e Agricultura Familiar (Groupe de Recherche sur l'Agriculture Comparée et l'Agriculture Familiale), enregistré à l'UFBA et le Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Conseil National du Développement Scientifique et

Technologique) – CNPq, sous la coordination du Prof. Dr. Gustavo Bittencourt Machado, enseignant-chercheur associé IV (UFBA) et organisateur du livre, et de l’Universidade do Estado da Bahia (Uneb) qui le publie désormais, sous la responsabilité institutionnelle du Prof. Dr Moisés dos Santos Viana, enseignant-chercheur assistant (Uneb) et aussi organisateur du livre.

Nous souhaitons que les lecteurs cousent leurs impressions avec le meilleur tissu réfléchissant dans leurs pensées, en visant toujours l’au-delà du temps de son importance, afin que la connaissance soit toujours façonnée en structures dynamiques.

Prof. Dr. Gustavo Bittencourt Machado;  
Enseignant-chercheur IV (Dep. Zootecnia/UFBA, PPGDC/UFBA);  
e Coord. GR Agric. Comp. et Agric. Fam. (UFBA/CNPq)



## PARTE I

# SISTEMAS AGRÁRIOS, COLETIVOS TERRITORIAIS E DESENVOLVIMENTO



## CAPÍTULO 1

# DESENVOLVIMENTO HUMANO E MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO SERTÃO SEMIÁRIDO DA BAHIA, BRASIL<sup>1</sup>

Gustavo Bittencourt Machado

### INTRODUÇÃO

Neste texto, procura-se discutir certa similaridade entre as noções de desenvolvimento humano e multifuncionalidade da agricultura familiar. Se se reconhecem, na agricultura familiar, outras funções, que não seja a de produzir bens mercantis exclusivamente, com valor de troca, mas funções públicas, não mercantis, como proteger o meio ambiente e a paisagem, gerenciar o território, garantir a segurança alimentar, manter a ocupação no espaço rural, a noção de desenvolvimento humano também perpassa o economicismo produtivista, como condição exclusiva do desenvolvimento. A ideia de desenvolvimento supera as relações econômicas e sociais de produção e compreende outras dimensões da vida humana.

---

<sup>1</sup> Texto escrito em 2009, pelo autor, no âmbito da pesquisa de doutoramento no *Institut des Sciences et Industries du Vivant et de l'Environnement* (AgroParisTech), na França. Os dados estatísticos refletem a realidade da época. A essência do fenômeno social mantém-se nos dias de hoje, e ainda mais diverso e plural com o surgimento de novos coletivos territoriais na região do sisal da Bahia, oriundos da agricultura familiar, assegurando a atualidade do tema.

Hoje, tratar da economia sisaleira do interior do Estado da Bahia (Brasil) significa considerar a experiência da Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira<sup>2</sup> (Apaeb). Essa associação e as condições históricas nas quais ela se afirmou mudaram o horizonte da região, garantindo perspectivas de permanência dos agricultores familiares nela inseridos, diante das mais inóspitas condições climáticas de sobrevivência. Isso se deve, fundamentalmente, às mudanças nas relações sociais de produção, da passagem de uma relação subordinada ao capital comercial e industrial, a uma relação horizontal de cooperação. Romper estruturas sociais de dominação seculares não consiste num processo rápido; e exige persistência, disciplina e organização dos movimentos sociais, atuando no mercado, a competição e contradições do sistema capitalista.

É preciso compreender e admitir que se trata de um movimento de classe e, que, portanto, de uma antítese social diante de um estado de dominação secular (MARX, 1988). Trata-se da passagem de uma “identidade de resistência a uma identidade de projeto” no sentido de Castells (2000), com mudanças das condições concretas e objetivas de boa parte da população local.

A Apaeb atua em 21 municípios do semiárido, onde se encontra a economia sisaleira, demonstrando ser possível implementar um projeto de desenvolvimento que venha a melhorar a vida dos agricultores familiares, diversificando as atividades. Entre os municípios, encontra-se o município de Valente, a 270 km de Salvador, com 19.129 habitantes, com 50,35% de sua população morando na zona rural, segundo o Censo Demográfico de 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Trata-se de um território, estruturado em rede, com a atuação dos agricultores familiares. É resultado da formação social e econômica dos últimos vinte anos na região sisaleira do estado

---

2 Era denominada Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB-Valente).

da Bahia. Mais que uma divisão administrativa ou uma referência ao bioma caatinga, é um território social, um território de classe, decorrente historicamente de um conflito de classes numa região articulada internacionalmente, inserida de forma dependente.

Só se entende a categoria “Território” em suas contradições sociais, como um espaço físico e político de interesses contraditórios: o projeto territorial do capital industrial e comercial exportador dependente do capital internacional, e o projeto territorial dos agricultores familiares, que fortaleceu a Apaeb-Valente e, em decorrência, as demais instituições congêneres, consolidando a perspectiva de um espaço multifuncional, de tal complexidade e diversificação produtiva e social, como estratégia de superação dos determinismos geográficos e sociais associados ao sertão.

#### BREVE COMPARAÇÃO ENTRE A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO E A MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR

Segundo Sen (2001), o desenvolvimento humano é compreendido como um processo de ampliação das escolhas humanas, que precisam ser combinadas com alianças, direitos com deveres, opções e liberdades. Entre as escolhas mais importantes está a capacitação das pessoas de manter uma vida longa e saudável, de adquirir conhecimento, e de ter acesso aos recursos necessários a um padrão de vida decente. Se essas escolhas essenciais estão disponíveis, várias outras oportunidades são abertas. Muitas outras escolhas são valorizadas pelas pessoas, que vão desde a liberdade política, social, econômica e cultural, passando por oportunidades de ser produtivo, criativo, até a obtenção de respeito próprio e usufruto de direitos humanos.

Há outros benefícios não materiais, não mercantis e não econômicos que são mais valorizados pelos pobres que melhorias materiais, como afirma Sen (2001). Alguns benefícios fazem parte

do universo dos direitos positivos e negativos, outros daqueles de estados de espírito, em que estão os seguintes: condições de trabalho melhores e mais seguras; liberdade de escolha de trabalho e de sustento; liberdade de movimentar-se e de falar; autodeterminação e respeito próprio; independência e mobilidade; liberação da opressão, violência e exploração; menor dependência em relação a outros indivíduos; proteção contra perseguição e contra aprisionamento arbitrário; não necessidade de mudar-se para obter emprego; boa vida em família; afirmação de valores culturais e religiosos; acesso ao poder ou ao engrandecimento moral; reconhecimento, *status*, tempo adequado de lazer e maneiras satisfatórias de fazer uso dele; um propósito na vida e no trabalho; oportunidade de integrar e de participar intensamente das atividades da sociedade civil e sentimento de pertencer a uma comunidade.

A abordagem das capacitações representa a liberdade da pessoa para atingir várias combinações de funções. Se a liberdade é intrinsecamente importante, então as combinações alternativas que estão disponíveis são todas relevantes, na avaliação da posição em que se encontra uma pessoa, mesmo quando ele ou ela escolhe apenas uma alternativa. A própria escolha é um aspecto importante da vida de uma pessoa, segundo Sen (2006).

A liberdade é considerada instrumentalmente importante, então o interesse na abordagem das capacidades reside apenas no fato de que ela proporciona à pessoa oportunidades de atingir várias posições valorizadas. Apenas as posições conquistadas têm valor em si mesmas, e não as oportunidades, que são consideradas só como meios para se atingir posições valorizadas.

Um maior fortalecimento das capacitações humanas se mantém em destaque para todos os níveis de renda, segundo a visão do desenvolvimento humano, como condição necessária à ampliação de escolhas e oportunidades. Isso não significa uma liderança do Estado, de “cima para baixo”, “esclarecida e paternalista”, mas

a obtenção de a manutenção de condições para a participação democrática e ação comunitária em todos os níveis, tanto local quanto regional, nacional ou internacional. A ação comunitária em nível local é especialmente importante para escolas, serviços de saúde, governo local, transportes e para a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

A expansão da liberdade é vista, pela abordagem do desenvolvimento humano, como o principal fim e o principal meio do desenvolvimento. O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas em exercer sua condição de agente. A eliminação de privações de liberdades substanciais é constitutiva do desenvolvimento. Para uma compreensão mais plena da relação entre desenvolvimento e liberdade, considera-se a importância intrínseca da liberdade humana, como o objetivo supremo do desenvolvimento, acentuadamente suplementada pela eficácia instrumental de liberdades específicas na promoção de liberdades de outros tipos (SEN, 2001).

As liberdades econômicas e políticas se reforçam mutuamente. Oportunidades sociais de educação e assistência médica, que podem requerer ação pública, complementam oportunidades individuais de participação econômica e política e também favorecem nossas iniciativas para vencer privações.

Segundo Sen (2001), o enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social podem contribuir substancialmente para expandir a liberdade humana, dependendo também de outras influências. Se a liberdade é o que o desenvolvimento promove, há um argumento fundamental em favor da concentração nesse objetivo abrangente, e não em algum meio específico ou lista de instrumentos especialmente escolhida.

As liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas os meios principais. Liberdades políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições livres) ajudam a promover a segurança econômica. Oportunidades sociais (na forma de serviços de educação e saúde) facilitam a participação econômica. Facilidades econômicas (na forma de oportunidades de participação no comércio e na produção) podem ajudar a gerar abundância individual, além de recursos públicos para os serviços sociais. Liberdades de diferentes tipos podem fortalecer umas às outras.

A análise do desenvolvimento considera as liberdades dos indivíduos os elementos constitutivos básicos. Atenta-se para a expansão das capacidades das pessoas de levar o tipo de vida que elas valorizam. Essas capacidades podem ser aumentadas pela política pública, mas a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo das capacidades participativas da população.

Sen (2001) considera que o desenvolvimento humano tem dois lados: a) a formação das potencialidades humanas, como saúde, conhecimento e habilidades; b) o uso que as pessoas estão dispostas, habilitadas e podem fazer dessas potencialidades para o lazer, propósitos produtivos ou participação em atividades culturais, sociais e políticas. A rápida expansão dessas potencialidades – inclusive daquelas associadas à educação, saúde, previdência social, crédito, igualdade de gênero, direito a terra e democracia local – depende da ação pública. Os governos devem contribuir para expandir as oportunidades sociais, evitando a regulamentação excessiva e as intervenções burocráticas na produção e no comércio.

O paradigma do desenvolvimento humano desempenha papel importante ao questionar uma pressuposta relação automática entre expansão de renda e a expansão de alternativas humanas. Esse elo depende da qualidade e da distribuição do crescimento econômico e não apenas do crescimento em termos quantitativos.

Um elo entre crescimento e vidas humanas tem que ser criado conscientemente, por meio de políticas públicas deliberadas, como investimento público em serviços sociais e uma política fiscal de redistribuição de renda e de bens. Esse elo não existe nos procedimentos automáticos do mercado, que podem excluir ainda mais os pobres (Sen, 2001).

A rejeição de uma relação automática entre expansão de renda e desenvolvimento humano não significa rejeitar o crescimento econômico, essencial em sociedades pobres, para eliminar ou reduzir a pobreza. A qualidade desse crescimento é tão importante quanto a sua quantidade. É necessário que se estabeleça uma política pública consciente, capaz de levar esse crescimento até a vida das pessoas.

Dois aspectos do desenvolvimento são considerados. Um é a formação de capacitações como melhores condições de saúde, conhecimento, habilidades. O outro refere-se ao uso que as pessoas fazem dessas capacitações, em termos de emprego, atividades produtivas e ações políticas ou lazer. Uma sociedade precisa construir capacidades humanas e garantir acesso equitativo às oportunidades humanas (Sen, 2001).

O paradigma do desenvolvimento humano envolve toda a sociedade – não apenas a economia. Os fatores sociais, políticos e culturais recebem a mesma atenção que os fatores econômicos. O paradigma do desenvolvimento humano abrange todos os aspectos do desenvolvimento – sejam eles crescimento econômico ou comércio exterior, déficits orçamentários ou política fiscal, poupança, investimento ou tecnologia, serviços sociais básicos ou redes de proteção social para a população carente. Nenhum aspecto do modelo de desenvolvimento foge ao seu escopo, mas a sua perspectiva é a da ampliação das escolhas dos indivíduos e a sua melhoria de vida. Todos os aspectos (econômico, político ou cultural) são considerados sob essa perspectiva.

Percebeu-se que, em países de baixa renda, o crescimento econômico é uma condição necessária para a erradicação da pobreza. Esse crescimento pareceu reforçar e consolidar desigualdades na distribuição de renda, bens e poder. Não constitui surpresa a constatação de que era mais difícil redistribuir renda e erradicar a pobreza quando o crescimento tinha sido iniciado com uma distribuição desigual de bens e de poder (Sen, 2001).

Para Sen (2001), as necessidades humanas básicas tornaram-se o passo seguinte na concepção de desenvolvimento. A abordagem das necessidades básicas enfatiza que aumentos na renda não são suficientes para reduzir a pobreza. Educação em massa, água tratada, planejamento familiar, serviços de saúde dependem da ação pública. Algumas populações pobres são incapazes de obter renda. A abordagem das necessidades básicas tem sempre demandado envolvimento comunitário participativo, e instituições com gestão própria, no desenho e implementação de projetos e programas. A abordagem de necessidades básicas pode ser sintetizada em renda, serviços públicos e participação.

O paradigma do desenvolvimento humano com relação à redução da pobreza compreende uma ampla gama de considerações políticas: empoderamento dos pobres, através do fortalecimento de suas capacitações; equidade de gênero; acesso a bens e ativos; crescimento voltado para os pobres; e ação internacional para estimular oportunidades para pessoas e países pobres.

E que relação existe entre desenvolvimento humano e multifuncionalidade da agricultura familiar e, por sua vez, o território de identidade, como categoria de análise, no processo de desenvolvimento de uma região?

Se a noção de desenvolvimento humano baseia-se nas categorias de liberdade, capacidades, oportunidades e funcionalidades, como sentido finalístico do desenvolvimento para a

satisfação das necessidades humanas básicas, reconhecendo-se a dimensão pública da educação, saúde, dos direitos humanos, sem desconsiderar a inserção econômica das pessoas como trabalhadoras, empresários ou profissionais liberais, a noção de multifuncionalidade da agricultura familiar reconhece, nessa categoria social, em que o trabalho e a gestão restringem-se à unidade familiar, a existência de funções públicas, não mercantis, a serem reconhecidas, valorizadas e fomentadas pelas políticas públicas nas estratégias de desenvolvimento das regiões e territórios, em sua dimensão espacial, onde estão os agricultores familiares, inclusive das regiões semiáridas. Essas políticas públicas aliam a perspectiva das políticas agrícola e desenvolvimento dos territórios com as políticas ambientais e as políticas sociais.

A discussão sobre desenvolvimento humano e territórios é necessária para as regiões de clima semiárido, onde há agricultores familiares que compõem boa parte da estrutura social dessas regiões. Não se trata de fomentar, indutivamente, a migração campo-cidade, que se esgotou no processo social brasileiro e latino-americano, mas de desenvolver os espaços rurais, a partir dos empreendimentos econômicos e sociais solidários.

**Tabela 1:** Propostas por tema, segundo grupos temáticos, no âmbito do Plano Plurianual Participativo, em 2007.

<b>Tema</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Agricultura e Desenvolvimento Rural	2.177	25,22
Ciência e Tecnologia	162	1,87
Cultura	429	4,96
Desenvolvimento com inclusão social	571	6,61
Desenvolvimento urbano	20	0,23
Educação	1.488	17,23
Esporte e lazer	33	0,38
Geração de trabalho e renda	13	0,15
Habitação e saneamento	816	9,04
Igualdade e direitos humanos	204	2,36
Indústria, comércio e serviço	272	3,15
Infraestrutura e energia	309	3,58
Meio ambiente	668	7,73
Outros	62	0,72
Saúde	1.075	12,45
Segurança pública	284	3,29
Turismo	50	0,58
<b>Total</b>	<b>8.633</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Seplan. [www.seplan.ba.gov.br](http://www.seplan.ba.gov.br) – PPA-Participativo 2008-2011.

Na Tabela 1, observa-se a quantidade de propostas por temas no âmbito do Plano Plurianual Participativo 2008-2011, do estado da Bahia. Destacam-se os temas de educação, saúde, agricultura e desenvolvimento rural, habitação e saneamento, meio ambiente e cultura. Isso revela a carência da população por educação e saúde no Estado da Bahia e a vinculação de boa parte da população com a agricultura e o meio rural. Não se trata de substituir a agricultura por outras atividades, mas de desenvolver ações que fortaleçam a agricultura familiar pluriativa, que sobrevive de atividades agrícolas e não agrícolas, nos territórios.

## A IDENTIDADE DE PROJETO DA APAEB

Entende-se por identidade a fonte de significação e experiência de um povo (Castells, 2000). Quanto aos atores sociais, identidade é o processo de construção de significado com base num atributo cultural, ou um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, os quais prevalecem sobre outras formas de significado. Identidades constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individuação. As identidades também podem ser formadas a partir de instituições dominantes e somente assumem tal condição quando os atores sociais as internalizam, construindo seu significado com base nessa internalização.

As identidades organizam significados, considerados como a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada pelo ator. O significado SE organiza-se em torno de uma identidade primária (uma identidade que estrutura as demais) autossustentável ao longo do tempo e do espaço. Quem constrói a identidade coletiva e para que essa identidade é construída, são, em grande medida, os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem.

Castells (2000) propõe três formas e origens de construção da identidade:

*Identidade legitimadora*: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade, a fim de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais.

*Identidade de resistência*: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo trincheiras de resistência e sobrevivência, com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos.

*Identidade de projeto*: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, buscar a transformação de toda a estrutura social.

Segundo Castells (2000), identidades que começam como resistência podem acabar resultando em projetos, ou mesmo tornarem-se dominantes nas instituições da sociedade, transformando-se em identidades legitimadoras para racionalizar sua dominação. Nenhuma identidade pode constituir uma essência e nenhuma delas encerra valor progressista ou retrógrado se estiver fora de seu contexto histórico.

A identidade legitimadora dá origem a uma sociedade civil, um conjunto de organizações e instituições, assim como uma série de atores sociais estruturados e organizados que, de modo conflitante, reproduz a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural. A identidade de resistência leva à formação de comunas, ou comunidades. Segundo Castells, trata-se do tipo mais importante de construção de identidade, pois dá origem às formas de resistência coletiva diante de uma opressão estruturada historicamente.

O terceiro processo de construção de identidade, a identidade de projeto, produz sujeitos, que são o ator social coletivo pelo qual indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência. A construção da identidade consiste em um projeto de uma vida diferente, com base numa identidade oprimida, expandindo-se no sentido da transformação da sociedade como prolongamento desse projeto de identidade.

Essa construção da identidade, segundo Castells (2000), significa que as pessoas, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e uma identidade cultural, comunal, sendo necessário um processo de mobilização social, em que as pessoas precisam

participar de movimentos urbanos, pelos quais são revelados e defendidos interesses em comum e a vida é compartilhada, e um novo significado pode ser produzido.

As comunidades locais, construídas por meio da ação coletiva e preservadas pela memória coletiva, constituem fontes específicas de identidades, que consistem em reações defensivas contra as condições impostas pela desordem global e transformações, incontrolláveis e em ritmo acelerado.

O fato de uma comunidade ser construída em torno de uma identidade de resistência não significa que resultará em uma identidade de projeto. Pode permanecer na condição de comunidade defensiva. Pode tornar-se um grupo de interesse e aderir à lógica da barganha generalizada, predominante na sociedade em rede. Em outros casos, identidades de resistência podem se tornar identidades de projeto, voltadas à transformação da sociedade, dando continuidade aos valores da resistência comunal oferecida aos interesses dominantes sustentados pelos fluxos globais de capital, poder e informação.

Os projetos de identidade surgem a partir da resistência da comunidade e não da reconstrução das instituições da sociedade civil, pois a crise verifica-se nessas instituições, aliada ao surgimento das identidades de resistência. A resistência e os projetos contradizem a lógica dominante da sociedade em rede ao entrar em lutas defensivas e ofensivas, tendo como cenário o espaço, o tempo e a tecnologia.

As identidades são tão importantes e poderosas nessa estrutura de poder em constante mutação, porquanto constroem interesses, valores e projetos, com base na experiência e recusam-se a ser dissolvidas, estabelecendo uma relação específica entre natureza, história, geografia e cultura. As identidades fixam as bases de seu poder em algumas áreas da estrutura social e organizam sua resistência ou seus ataques na luta informacional

pelos códigos culturais que constroem o comportamento e novas instituições, como afirma Castells (2000).

Ao mesmo tempo, Castells (2000) afirma que pelo fato de a nossa visão histórica de mudança social esteve sempre condicionada a batalhões bem ordenados, estandartes coloridos e proclamações calculadas, ficamos perdidos ao nos confrontarmos com a penetração bastante sutil de mudanças simbólicas de dimensões cada vez maiores, processadas por redes multiformes, distantes das cúpulas de poder. São nesses recônditos da sociedade, seja em redes eletrônicas alternativas, seja em redes populares de resistência comunitária, que Castells (2000) tem notado a presença de embriões de uma nova sociedade, germinados nos campos da história pelo poder da identidade. Trata-se da história da Apaeb, constituindo um novo território, afirmando uma nova identidade no semiárido baiano, a partir de um projeto de desenvolvimento.

## DO PROJETO APAEB AO TERRITÓRIO DO SISAL

A Apaeb investe milhões de reais por ano para financiar as atividades multifuncionais do desenvolvimento, na economia de Valente e municípios vizinhos, principalmente através da compra de matéria-prima e pagamento de salários. A fábrica de tapetes e carpetes de sisal sempre foi responsável pela geração de muitos empregos diretos e indiretos. Além dos empregos, a fábrica compra matérias-primas para fabricação de tapetes e carpetes. Em 2005, foram gastos R\$ 4.531.373,60 para a compra de 3.685.709 quilos de sisal. Antes de seguir para a indústria de tapetes e carpetes, a fibra passa pela Batedeira Comunitária de Sisal.

O motor de sisal (máquina em que a palha da planta é desfiada, ainda no campo) emprega, em média, seis pessoas, em cada campo onde se faz a colheita. A matéria-prima, em 2005, foi adquirida junto a 150 donos de motores, chegando-se a um total de 900 trabalhadores. Os agricultores familiares beneficiados

são, em média, 450, uma vez que cada motor de sisal circula em três propriedades, fazendo colheita o ano todo. A participação da Apaeb é importante para regular o mercado, ajudando a elevar os preços pagos aos agricultores.

A Apaeb investiu em um novo galpão (hoje em três) para a fábrica, fez um lançamento de nova coleção de modelos e investiu na montagem de uma máquina para emborrachar os tapetes, que eram emborrachados na Europa. O emborrachamento dá a aderência do tapete ao piso, sendo uma exigência da demanda.

## DO POSTO DE VENDAS AO SUPERMERCADO

O posto de vendas começou como um pequeno armazém, criado para que os agricultores associados da Apaeb vendessem suas mercadorias e pudessem encontrar produtos industrializados por um preço mais baixo. Hoje, é um moderno supermercado, que emprega dezenas de funcionários, com 10 mil itens nas prateleiras. Continua a ser um ponto de apoio ao agricultor, sendo que sua principal contribuição é na compra de carne caprina. Em 2005, foram comprados mais de 7.500 kg, além de ovo de galinha caipira e temperos caseiros, elevando a renda de diversas famílias que negociam com o supermercado.

## ASSISTÊNCIA AOS AGRICULTORES FAMILIARES

Desde que foi criada em 1980, um dos objetivos da Apaeb foi o de valorizar a qualidade da fibra do sisal, fundamental para a implantação da fábrica de tapetes e carpetes; entretanto, o processo de capacitação dos agricultores começou a ser feito de forma planejada e sistemática, a partir de 2003. Em 2005, realizou-se um curso de capacitação dos agricultores visando à qualidade da fibra, implicando tratos culturais e técnicas de extração adequadas, com visitas de orientação a 140 famílias. Esse trabalho vem sendo

apoiado por um processo de comunicação de massa através de programas de TV, Rádio Valente FM, Rádio Sisal, boletim Folha da Apaeb, vinculados ao complexo social e produtivo Apaeb-Valente.

## CAPRINOCULTURA DE LEITE

A partir da segunda metade dos anos 1990, a Apaeb começou a estimular o desenvolvimento da caprinocultura leiteira entre seus associados, e implantou o laticínio DACABRA. Em 2000, havia 10 produtores, hoje há 120 agricultores caprinocultores de cinco municípios da região, que desenvolvem a atividade como alternativa de geração de renda, obedecendo aos padrões de qualidade exigidos pelo mercado consumidor. Em 2005, o laticínio, que emprega oito pessoas, processou 385.739 litros de leite, sendo que parte foi utilizada para a fabricação de doces, iogurtes e queijos e a outra distribuída em creches, associações.

A assistência técnica voltou-se para orientar os agricultores sobre os cuidados em manter os rebanhos saudáveis, padrões de higiene, estocagem e alimentação complementar (silagem, fenação, plantio de sequeiros), utilizando o resíduo do desfibramento do sisal (mucilagem), para garantir a regular produção de leite, implicando no aumento do rendimento físico. A alimentação animal também é complementada com ração de milho e soja.

Segundo Apaeb (2005), todos os agricultores produtores de leite aumentaram sua renda, em no mínimo, 100%, com registro de aumentos superiores a 300% da renda familiar. Em 2005, sua importância social foi além do aumento da renda dos fornecedores e da valorização do produto local, beneficiando aqueles que não vendem à Apaeb.

O leite provém de fornecedores dos municípios de Valente, Santaluz, Retirolândia, São Domingos, sendo que 70% da produ-

ção decorre do Distrito de Ouro Verde), Nova Fátima, Capela de Alto Alegre, Quixabeira e Conceição do Coité. A maior parte dos agricultores entrega leite no laticínio ou nos postos localizados nos municípios.

Por meio de convênio com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), uma grande quantidade de leite caprino passou a ser repassado para o Programa Fome Zero, sendo que dezoitos creches e escolas e 4.800 famílias dos municípios de Valente, São Domingos, Santaluz, Retirolândia, Conceição do Coité, Nova Fátima, Quixabeira e Santo Amaro recebem o leite gratuitamente, melhorando as condições de nutrição e saúde. O programa inclui distribuição de carne caprina e peixe, em quantidades menores.

A Apaeb paga um preço diferenciado para os associados, sendo que 95% dos caprinocultores e fornecedores de leite são sócios, recebendo, hoje, R\$ 1,00 por litro de leite e o não sócio recebe R\$ 0,90. Há um ganho real de mais de 10% para o sócio em relação ao não sócio. Entre abril e setembro (inverno), o laticínio processa 700l/dia; entre outubro e março, o processamento chega a 1300 l/dia. Do leite *in natura*, 20% são transformados em iogurtes, queijos e doces e 80% são pasteurizados.

O projeto de ampliação da capacidade produtiva do laticínio está em andamento, com o aumento de processamento de 3.000 litros de leite/dia. Já estão cadastrados 500 agricultores interessados em fornecer leite à Apaeb, sendo que a capacidade de produção mínima para entrar no projeto é de 10 l/dia por agricultor e máxima de 80 l/dia, ou seja, preços de hoje, só com a venda de leite de cabra, o agricultor pode ter um faturamento por mês de R\$ 300,00 a R\$ 2400,00, conforme sua capacidade de produção. Em média, cada família fornece 20 litros/dia, chegando a faturar R\$ 600,00 por mês, somente com a atividade leiteira.

O leite de cabra, ensacado e processado, é vendido à CONAB, no âmbito do PPA/Programa Fome Zero, a R\$1,70 e aos mercados por R\$1,95, sendo que 80% da produção leiteira é vendida à CONAB e 20% a outros clientes, localizados em mercados dos municípios de Salvador, Feira de Santana, Santa Bárbara, Serrinha e Conceição do Coité.

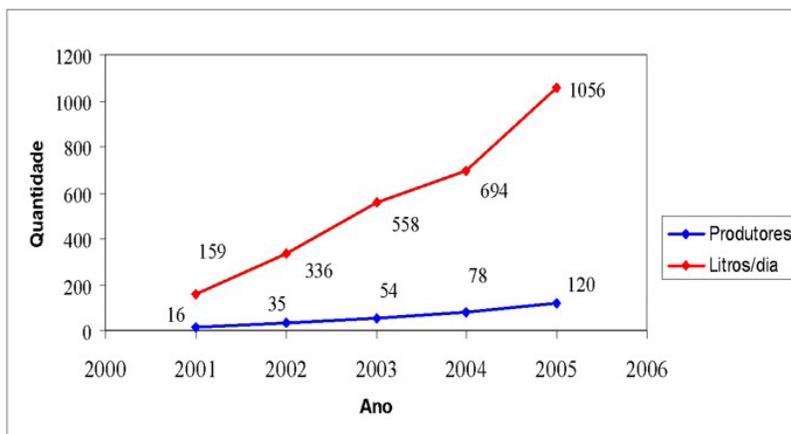
Em relação à caprinocultura de corte, a Apaeb vem apoiando os agricultores com orientações sobre manejo dos animais (cuidados, vacinação) e a adoção de medidas para a convivência com o semiárido: captação e armazenamento de água, produção de alimentos através de plantio de sequeiros, silagem e fenação.

A assistência técnica veterinária vem contribuindo para reduzir os índices de mortalidade dos animais (mantidos entre 4 e 12%) e aumento de produtividade. O índice de cura foi atingido em 95%, sendo, em 2005, realizadas 356 consultas e 90 visitas aos agricultores, além de outras oito à Escola Família Agrícola.

Juntamente com a assistência técnica veterinária, há o melhoramento genético dos rebanhos que consiste em adotar medidas de seleção e classificação do padrão genético dos animais que possam gerar maior produtividade. Além do processo de cruzamento, faz-se inseminação artificial.

No Gráfico 1, tem-se o crescimento na quantidade de litros de leite de cabra e de famílias caprinocultoras, vinculadas ao Laticínio DACABRA.

**Gráfico 1:** Quantidade de produtores e de litros de leite de cabra fornecidos ao Laticínio Da Cabra/Apaeb, 2005, no Território Sisal.



Fonte: Apaeb, 2007.

## APICULTURA

A apicultura é mais uma atividade fomentada pela Apaeb entre os agricultores, contribuindo para a saúde e nutrição, além de elevar a renda dos apicultores. A apicultura cresce com a utilização de abelhas africanizadas. A Apaeb implantou a Casa do Mel, que é uma unidade de coleta, beneficiamento, envasamento e comercialização do mel produzido pelos apicultores. Em 2005, dos 49 apicultores apoiados pela Apaeb, foram adquiridos 2.018 quilos de mel, ao preço de R\$4,00 o quilo. Foram processados e comercializados 45 quilos de cera e 473 quilos de saches. Os apicultores ainda produziram 3.500 kg comercializados por conta própria. Busca-se o registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF).

## TURISMO RURAL

O turismo rural está sendo implementado na região, em dez municípios integrantes do Projeto Turismo Rural na Agricultura

Familiar da Região Sisaleira, em parceria local com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Turismo. Foi criada a Rota do Sisal, que integra o Guia do Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar. Os dez municípios fizeram levantamento de suas atrações culturais, paisagísticas e históricas, com atividades de capacitação das comunidades rurais e poder público para a construção de roteiros turísticos no semiárido.

## SEGURANÇA ALIMENTAR

O Projeto de Tecnologias de Processamento de Produtos no Semiárido focaliza a segurança alimentar, sendo desenvolvido pela Embrapa, juntamente com a Apaeb, nas Comunidades de Cabochard e Papagaio (Valente), Boa Fé (São Domingos) e Casa Nova (Santaluz). O objetivo do projeto é estudar o padrão de consumo alimentar nas comunidades, caracterizar o fruto, a amêndoa e os óleos da polpa do licuri e dos resíduos de sua extração, desenvolvimento de tecnologias para o processamento das frutas, em pequena escala, adequação de tecnologias tradicionais de processamento de mandioca e introdução de novas tecnologias de processamento, além do estudo de mercado e de viabilidade técnica.

## TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

A Embrapa, em parceria com a Apaeb, desenvolve Projeto, na Comunidade de Boa Fé, município de São Domingos, com o objetivo de implantar uma Unidade Integrada de Capacitação e Validação Tecnológica e de bombas para irrigação da unidade, além de aquisição da produção para inclusão na alimentação escolar.

Há algum tempo, a Apaeb busca meios de captação e armazenamento da água, capacitando as famílias a utilizá-la de forma adequada. As atividades realizadas foram 90 cisternas com capacidade para 16.000 litros cada uma, construídas pelo Projeto

1 milhão de cisternas, com recursos do Governo Federal. As famílias das Comunidades de Venda Nova, Covas, Peixe, Encruzilhada, Ferros, Tamanduá, Veado e Capoeira foram beneficiadas.

## MEIO AMBIENTE

Algumas medidas concretas já são implementadas como a Campanha de Reflorestamento, que, em 2005, distribuiu entre os agricultores, 21.783 mudas de árvores frutíferas e forrageiras, produzidas em viveiro próprio. Desde 2001, já foram distribuídas mais de 127 mil mudas. É ensinado o tratamento do lixo doméstico nas comunidades rurais. Muitas escolas passaram a pedir mudas para plantar, como aquelas integrantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Em 2007, A Apaeb, no âmbito do Programa Petrobras Ambiental, lança o Projeto Sertão Verde, que visa à plantação de milhares de mudas no sertão, ampliando a área verde no semiárido; formar pessoas comprometidas com a preservação do meio ambiente; proteger os corpos d'água, reduzindo os índices de evaporação; educar a população para a incorporação de novas práticas ambientais e contribuir para a recuperação e preservação da fauna silvestre. Trata-se de desenvolver o projeto com medidas concretas de rearboreização das unidades familiares de produção e recuperação de áreas degradadas.

Além disso, trata-se, juntamente com grupos locais, de encontrar alternativas de geração de postos de trabalho e de renda, de forma sustentável. Nas Comunidades de Boa Fé (município de Santaluz) e Cabochard (município de Valente), o trabalho é desenvolvido através de visitas, cursos, dias de campo, reuniões, intercâmbios, oficinas, palestras, festas comemorativas, mutirões. Estimula-se a organização comunitária, a segurança alimentar, a geração de renda e revitaliza-se a cultura local. As famílias envolvidas apresentam mudanças de atitude, como pessoas que

voltaram a estudar depois de muitos anos, adoção de planejamento pessoal, introdução de tecnologias apropriadas para a convivência com o semiárido, adoção de medidas de segurança alimentar, valorização de seus produtos e saberes e a cobrança ao poder público por serviços urbanos.

Na comunidade de Vargem Funda, no município de Santaluz, houve um planejamento com a juventude local, que culminou na constituição de uma associação de jovens voltado para atuar junto aos jovens da comunidade. Com a criação da UNIJU (União Juvenil de Vargem Funda), as ações desenvolvidas para o público adulto e infantil têm contado com a participação direta dos jovens da comunidade. O grupo de jovens implantou um miniprojeto de produção de molho de pimenta, com aceitação no mercado, mas com problemas iniciais na oferta de pimenta, em quantidade suficiente, e no processo gerencial.

## ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA

A concepção da Escola Família Agrícola (EFA) foi implantada em várias regiões do mundo, tendo se originado na França, em meados do século XX. Na EFA Valente, o aluno aprende a trabalhar com os animais e a terra, valorizando o meio ambiente. O projeto é orientado aos jovens, a fim de melhorar a produção agropecuária, formando lideranças motivadas e preparadas para estimular e orientar o desenvolvimento comunitário, fortalecendo a agricultura familiar reduzindo o êxodo rural.

Além da formação escolar em si, a EFA visa preparar os estudantes para a permanência no campo, sendo indispensável a adoção de tecnologias apropriadas que garantam a convivência com o semiárido. São feitos estudos, discussões e atividades práticas, silagem, produção de feno e plantio de sequeiros que asseguram a continuidade das atividades econômicas, mesmo no período de seca prolongada.

A EFA trabalha com a pedagogia da alternância em que o aluno passa uma semana na escola e outra em casa. Parte-se do princípio de que a formação do jovem do meio rural para ser completa depende das experiências vividas na escola, na família e na comunidade. Em 2005, a EFA-Valente matriculou 85 estudantes (distribuídos em quatro turmas de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries), com abrangência de 72 famílias, 38 comunidades e oito municípios: Santaluz, Valente, Retirolândia, Queimadas, Conceição do Coité, São Domingos, Serrinha e Nova Fátima.

Entre outras ações socioeducativas, destacam-se as seguintes:

a) a *Casa Brasil*: experiência do Governo Federal, de acesso à internet e prestação de serviços relacionados com o desenvolvimento de habilidades de comunicação e leitura, em parceria com a Apaeb. É a primeira experiência do Brasil. O provedor de internet da Apaeb permite aos moradores de Valente acesso à rede mundial. Há ainda a escola de informática, oferecendo cursos a funcionários, sócios, filhos de sócios e comunidade em geral. O espaço do telecentro também passou a ser usado para recreação e ensino por alunos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apea);

b) o *Centro de Aprendizagem e Intercâmbio de Saberes (CAIS)* é um espaço para cursos e treinamentos, localizado na fazenda da Escola Família Agrícola;

c) a *Casa da Cultura* constitui-se em espaço para eventos da comunidade, como lançamentos de livros, apresentações artísticas, palestras, aulas inaugurais do ano letivo de escolas, seminários didáticos das instituições de ensino, reuniões de grupos dos mais diversos segmentos. Semanalmente, são exibidos filmes na cidade;

d) a *Arca das Letras*, que consiste em uma coleção de 200 livros fornecida pelo Governo Federal, que circula nas comunidades rurais, permitindo que todos tenham contato com obras literárias pela primeira vez em suas vidas;

e) a Apaeb investe em comunicação, apoiando a manutenção econômica da Rádio Comunitária Valente FM, que tem programação de 18 horas por dia, com uma equipe própria de comunicação. É produzido o boletim informativo impresso Folha da Apaeb, publicado semanalmente. São feitos programas de rádio. O setor produz material para exibição em emissora regional de TV. São duas edições diárias de um telejornal de meia hora (*Jornal de Valente*) e um programa semanal de variedades, com informações culturais e outras de interesse comunitário;

f) Projeto Bola da Vez, constituído por crianças que praticam 23 oficinas: futebol, vôlei, basquete, futsal, handebol, atletismo, capoeira, karatê, teatro, musica, recreação, aulas de natação e ginástica. Participam portadores de necessidades especiais. Faz parte do Programa Esporte e Lazer da Cidade, do Ministério dos Esportes.

g) todo o ano, a Apaeb recebe visitas de grupos de entidades da sociedade civil do Brasil e do exterior, universidades, membros do poder público e de organizações internacionais de cooperação. Nos últimos cinco anos, 8.707 pessoas estiveram em Valente. Entre os visitantes, encontram-se estudantes de graduação, mestrado e doutorado, que pesquisam os mais diversos aspectos da experiência social.

## O MICROCRÉDITO E O BANCO DE DESENVOLVIMENTO: A COOPERE

Do ponto de vista da expansão do microcrédito, destaca-se o Fundo Rotativo que foi a primeira atividade de crédito rural para agricultores familiares na região. Operado pela Apaeb, resultou na criação da Cooperativa Valentense e Crédito Rural (Sicoob-Coopere) e em outras cooperativas de crédito do gênero, no estado da Bahia. A operação do programa foi transferida para o

Sicoob-Coopere, sendo que a meta é tornar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em um instrumento mais eficiente de financiamento dos produtores na região.

Em 1993, estrutura-se a Coopere – Cooperativa Valentense de Crédito Rural, filiada ao SICOOB (Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil) integrando o Banco Cooperativo do Brasil (BANCOOB), com o objetivo de dar apoio financeiro aos pequenos agricultores da região sisaleira da Bahia, como única cooperativa de crédito de pequenos produtores. Várias cooperativas surgiram depois dela, sendo que hoje há 50 cooperativas de crédito no Estado da Bahia.

A Coopere possui três linhas de ação: fornecer crédito rural, a fim de que os agricultores aumentem sua produção e renda; formação do associado e de seus familiares, ajudando-os a adquirir mais conhecimentos; atendimento aos associados através das agências do SICOOB-Coopere, funcionando como banco, podendo fazer qualquer operação financeira. Atualmente, é a maior cooperativa de crédito da região.

Em parceria com outras entidades sindicais e comunitárias, promovem o desenvolvimento sustentável à medida que ajudam os agricultores a aumentar sua produção, comercializar os produtos, preservar os recursos naturais, a qualidade de vida dos agricultores e da comunidade. Fazem parte desse processo, o crédito e a capacitação, como cursos, treinamentos, seminários, visitas.

A Coopere atua como banco de desenvolvimento e firma convênios com a Apaeb, para que haja assistência técnica em conformidade com o fornecimento do crédito, realizando cursos de capacitação para os agricultores beneficiados com o crédito, mediante convênio com outras instituições, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Além de contar com recursos repassados pelo Governo Federal do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) e do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf), a Coopere centraliza as operações financeiras da associação, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, de outras pessoas das comunidades e de entidades da sociedade civil. Constam ainda duas linhas de crédito, como o Fundo Rotativo-Criatório e o Fundo Rotativo-Energia Solar, programas de distribuição de pequenos financiamentos (Nascimento, 2003).

### O CRESCIMENTO DO IDH NO MUNICÍPIO DE VALENTE, A PARTIR DA APAEB

Na região sisaleira, o município de Valente foi um dos que tiveram o maior aumento de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), nas últimas décadas. No Brasil, o IDH foi adaptado para avaliar também os municípios. Com base no Atlas de Desenvolvimento Humano, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), comparam-se os índices de 1991 e 2000, com base nos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Entre 17 municípios, Valente passou, em 1991, da sexta posição para a terceira, em 2000. O IDH-M do município passou de 0,247 para 0,657, respectivamente.

Inegavelmente, a atuação da Apaeb, em Valente e região, foi fundamental para melhorar a qualidade de vida dos moradores. Desde 1996, quando da inauguração da fábrica de tapetes e carpetes de sisal, centenas de empregos foram gerados. O preço da tonelada de sisal cresceu de 130 dólares para 350 dólares para o agricultor, incentivado pelas compras da fábrica, aumentando a renda no campo (Apaeb, 2005).

Na Tabela 2, observa-se que o município de Valente, em 2004, apresenta o 3º maior PIB *per capita* do Território Sisal, com R\$ 3.558,24, sendo o PIB *per capita* do estado da Bahia,

nesse mesmo ano, de R\$ 6.347,70. Isso revela a importância dos projetos produtivos da Apaeb, sobretudo da fábrica de tapetes, carpetes e derivados de sisal na magnitude do PIB municipal. Esse crescimento do PIB implica aumento do IDH municipal. Não se trata de um aumento do PIB *per capita* somente, como no caso de Barrocas, proveniente de uma atividade específica, mas de um aumento do PIB *per capita* com melhoria de outros indicadores sociais, que vem confirmar a perspectiva de um desenvolvimento local e regional baseado na diversificação e na multifuncionalidade do espaço rural.

**Tabela 2:** PIB Municipal *per capita* dos municípios do Território Sisal, Bahia – 2004, em R\$1,00

Item	Município	PIB <i>per capita</i>	Item	Município	PIB <i>per capita</i>
1	Barrocas	7 099,35	11	Birtinga	2 072,49
2	Ichu	3 913,96	12	Candeal	1 936,57
3	Valente	3 558,24	13	Santaluz	1 923,35
4	Conceição do Coité	3 424,40	14	Teofilândia	1 915,40
5	Serrinha	2 661,37	15	Lamarão	1 806,53
6	Retirolândia	2 560,69	16	Queimadas	1 751,58
7	São Domingos	2 381,08	17	Nordestina	1 742,24
8	Quijingue	2 169,43	18	Monte Santo	1 723,45
9	Cansanção	2 092,56	19	Itiúba	1 674,90
10	Tucano	2 087,18	20	Araci	1 662,09

**Fonte:** SEI, 2007. Elaborado pelo autor.

Em 2003 e 2004, com base nos dados disponíveis, o PIB de Valente, a preços correntes, foi R\$ 57.900.000,00 e R\$ 70.520.000,00, respectivamente. Esse aumento deve-se ao dólar valorizado, com uma taxa de câmbio média anual de R\$ 2,93 e ao aumento dos preços mínimos de garantia para o sisal bruto e o sisal beneficiado, reajustado pela CONAB, em 2004. Em 2003, o faturamento da fábrica da Apaeb foi R\$ 10.596.247 e em 2004, R\$ 13.637.946. Somente a fábrica da Apaeb contribuiu, em 2003, com 18,3% do PIB de Valente e, em 2004, com 19,34%. Trata-se de uma participação significativa que se baseia numa perspectiva

de geração de empregos diretos e indiretos, apoio aos agricultores familiares e internalização da acumulação na perspectiva do desenvolvimento econômico e social<sup>3</sup>.

A partir de 2002 e 2003, ocorre um crescimento considerável do preço mínimo de garantia, sendo que o preço mínimo de sisal bruto, fixado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), passa de R\$ 0,42 para R\$ 0,78, o quilo. De fato, apesar da presença da Apaeb regulando um preço mais favorável ao agricultor diante dos concorrentes privados, o aumento do preço mínimo de sisal aconteceu em virtude da mobilização dos movimentos e organizações sociais da região sisaleira e da resposta da CONAB, no âmbito da política nacional de fortalecimento da agricultura familiar.

Na Tabela 3, tem-se, a partir de dezembro de 2005, uma mudança de tendência na capacidade de oferta de empregos pela Apaeb. A quantidade de empregados diminuiu progressivamente até o maio de 2007, passando de 884 empregos, para 532, respectivamente. Trata-se de um impacto significativo na capacidade de geração de empregos da instituição e na renda dos municípios de Valente e municípios limítrofes. De fato, a crise se implanta, e com ela todo o temor dos movimentos sociais que deram suporte à Apaeb, desde o seu início, quanto à possibilidade não só de redução, mas de falência do projeto de desenvolvimento em curso voltado para a diversificação de atividades produtivas e sociais.

Com a redução do faturamento em real, em virtude da valorização da moeda nacional frente ao dólar, não somente a fábrica,

---

3 Na perspectiva da ideia de desenvolvimento humano (Sen, 2001), o projeto APAEB, juntamente com as demais instituições do Território Sisal, que surgem dos movimentos sociais, Coopere, Codes, ao promover um espaço rural multifuncional, gera oportunidades e amplia as capacidades coletivas e individuais, não somente na dimensão econômica, mas em outras dimensões humanas, como educação, saúde e cultura. O desenvolvimento humano é um modelo de desenvolvimento holístico que abrange todas as questões relativas ao desenvolvimento, incluindo crescimento econômico, investimento social, empoderamento das pessoas, atendimento das necessidades básicas e estabelecimento de redes de proteção, liberdade política e cultural, e todos os outros aspectos da existência humana.

mas todas as atividades produtivas e sociais da Apaeb são atingidas, como desemprego de profissionais de diversas áreas, redução dos grupos de trabalho que dão assistência às famílias rurais e diminuição dos custos de produção e administrativos.

**Tabela 3:** Evolução do emprego direto gerado pela Apaeb, entre 2001 e maio de 2007.

Mês	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Janeiro	nd	682	605	660	788	813	590
Fevereiro	nd	680	590	651	805	784	561
Março	nd	689	581	646	802	764	551
Abril	nd	689	576	663	817	750	541
Maio	nd	688	568	665	838	731	<b>532</b>
Junho	nd	630	566	693	842	703	
Julho	nd	667	565	737	851	698	
Agosto	nd	664	560	754	847	681	
Setembro	nd	654	556	770	846	662	
Outubro	nd	651	655	781	880	649	
Novembro	nd	651	603	785	<b>884</b>	639	
Dezembro	680	651	667	783	875	620	

**Fonte:** Apaeb, 2007.

Em virtude do acirramento da competição com a entrada dos produtos chineses e indianos no mercado internacional, e diante da valorização cambial no Brasil, a Apaeb vem modificando sua estratégia de inserção tanto no mercado externo, quanto no mercado interno. Os chineses passaram a comprar o sisal brasileiro e reexportá-lo, além de produzirem tapetes e carpetes para o mercado europeu e norte-americano, apresentando-se como um forte concorrente dos tapetes e carpetes brasileiros. Os produtores de sisal ainda concorrem com produtos substitutos, baseados em fibras naturais, como juta, além do *seaglass* (algas marinhas), utilizado na fabricação de tapetes e carpetes.

Observa-se o seguinte movimento na estratégia de mercado da Apaeb, desde 1996: uma tendência à diminuição da participação

do mercado externo, embora significativa até 2002, e um aumento progressivo da participação do mercado interno na venda dos produtos da fábrica, incremento a partir desse ano. O ponto de inflexão ocorre em 2005, sendo que, em 2006, o mercado interno corresponde a 66,2% do faturamento total da fábrica e o mercado externo, 33,8%.

De fato, o problema da dependência externa vai sendo resolvido, apresentando-se uma nova tendência, à medida que as estratégias competitivas da Apaeb passam a concentrar-se no mercado interno do Sul e Sudeste do Brasil, e na diferenciação e diversificação dos produtos manufaturados.

Surgem as institucionalidades territoriais que são os espaços (fóruns, conselhos, comissões, comitês, consórcios, articulações e arranjos institucionais), de expressão, discussão, deliberação e gestão, que congregam a diversidade de atores sociais cuja atenção é voltada à gestão social das políticas e dos processos de desenvolvimento. Essas institucionalidades podem ter conformações distintas, segundo o entendimento das próprias forças sociais, mas deverão expressar a diversidade social, buscando a representatividade, a pluralidade e a paridade entre essas forças, a fim de que os processos horizontais de negociação e decisão transformem práticas verticais de gestão em acordos multissetoriais de gestão social em processos de planejamento ascendente. O processo histórico que tem a Apaeb como um dos agentes econômicos e sociais líderes implica, em meados dos anos 2000, no surgimento do Território do Sisal, em torno do qual reúnem-se varias organizações sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho aborda o desenvolvimento humano comparando-o com a multifuncionalidade da agricultura familiar, como noções similares ao desenvolvimento do espaço rural. A perspec-

tiva espacial afirma-se na territorialidade dos processos sociais, surgindo a categoria Território, como espaço político e de planejamento das organizações sociais e do Estado, na implementação de políticas públicas, como as de desenvolvimento rural, políticas ambientais e as políticas sociais, principalmente as de cidadania incondicional, como saúde e educação.

No estado da Bahia, a experiência recente na elaboração do Plano Plurianual Participativo – PPA 2008-2011, do Governo Estadual, contou com a participação de representantes de diversas categoriais sociais dos 26 territórios de identidade em que a Bahia foi dividida, como nova unidade de planejamento regional. As demandas por projetos e ações que foram incorporadas ao plano plurianual do estado basearam-se, principalmente, em problemas relacionados à educação, saúde e desenvolvimento rural, uma vez que boa parte da população da Bahia é rural, habita municípios rurais e vive de atividades agrícolas, inclusive no semiárido.

A ênfase nas demandas sobre os temas das políticas de cidadania incondicional e na geração de ocupação e renda vai ao encontro da noção de desenvolvimento humano, reafirmando a necessidade que o Estado e a sociedade civil têm de satisfazer necessidades básicas da população urbana e rural. Essas são as carências fundamentais da população no Estado da Bahia, evidenciadas nas plenárias de cada território.

Da mesma maneira, o fortalecimento dos empreendimentos econômicos e sociais solidários (EES), como a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (Apaeb), numa região semiárida, demonstra a possibilidade de outros projetos de desenvolvimento centrados na economia solidária, na diversificação de atividades produtivas e sociais e na valorização da multifuncionalidade da agricultura familiar. Esses EES possuem projetos na perspectiva do desenvolvimento humano.

Entre os projetos territoriais, observa-se que o processo de afirmação de uma territorialidade é ainda incipiente na Bahia. Os projetos ainda não se apresentam representativos de propostas territoriais ou regionais em sua totalidade. Faltam ainda políticas públicas que consolidem as condições de exequibilidade dos projetos territoriais, financiem amplamente tais projetos e fortaleçam institucionalmente os territórios.

Consolidar a presença do Estado através das políticas de cidadania incondicional (saúde e educação) e do fortalecimento dos coletivos sociais como empreendimentos econômicos solidários na geração de ocupação e renda consiste numa alternativa histórica e materialmente possível para o desenvolvimento dos territórios de identidade no semiárido da Bahia.

A criação de um fundo da multifuncionalidade da agricultura familiar, onde seria reconhecida a natureza multifuncional do espaço rural e da agricultura familiar, significa conceber e implantar um planejamento por territórios/regiões, no qual parte dos investimentos previstos no orçamento estatal (do Estado-membro ou da União Federal) seria utilizada no financiamento dos projetos territoriais e como pagamentos diretos ou compensatórios aos agricultores pela natureza multifuncional de suas atividades. Tanto o financiamento territorial (coletivo) quanto o financiamento individual seriam realizados mediante um contrato social, a exemplo do contrato de agricultura durável francês, aqui no Brasil conhecido na literatura como os contratos territoriais de desenvolvimento.

Segundo a estratégia de apoio ao desenvolvimento sustentável dos territórios de identidade, o objetivo é promover e apoiar as iniciativas das institucionalidades representativas dos territórios de identidade, objetivando o incremento sustentável dos níveis de qualidade de vida da população rural. Entre os objetivos, destacam-se os seguintes: a) promover e apoiar a gestão, organização e fortalecimento institucional dos atores sociais dos territórios rurais, especialmente daqueles que atuam na represen-

tação dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária e de populações rurais tradicionais; b) planejamento e gestão social dos territórios, como critérios de desenvolvimento sustentável, autonomia e participação social; c) iniciativas territoriais que contribuam para a dinamização e diversificação das economias territoriais, voltadas para a valorização dos recursos locais, competitividade territorial, crescimento e distribuição da renda com o incremento de empregos; d) implementação e integração de políticas públicas visando à redução das desigualdades sociais e regionais e geração de riquezas com equidade social.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO DA REGIÃO SISALEIRA (Apaeb). *Relatório Anual 2004*. Valente, 2004.

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO DA REGIÃO SISALEIRA (Apaeb). *Relatório Anual 2005*. Valente, 2005.

BARTHELEMY, D.; NIEDDU, M. *Biens marchands, biens identitaires et multifonctionnalité agricole*. In: Actes du colloque international de la Société Française d'Économie Rurale. *La multifonctionnalité de l'activité agricole et sa reconnaissance par les politiques publiques*. Paris: SFER-Educagri-CIRAD, 21 et 22 mars 2002, p. 107-140.

BODIGUEL, L. Multifonctionnalité de l'agriculture et territoire. Le territoire, un concept juridique en construction. In: Actes du colloque international de la Société Française d'Économie Rurale. *La multifonctionnalité de l'activité agricole et sa reconnaissance par les politiques publiques*. Paris: SFER-Educagri-CIRAD, 21 et 22 mars 2002, p. 355-386.

BRASIL. *Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais*. Brasília (DF). Série Documentos institucionais n. 2, 2005.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. 2 ed. Vol. II. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

COOPERATIVA VALENTENSE DE CRÉDITO RURAL (Coopere). *Relatório Anual 2002*. Valente (BA), 2003.

COOPERATIVA VALENTENSE DE CRÉDITO RURAL (Coopere). *Relatório Anual 2003*. Valente (BA), 2003.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (CAR). *Recursos Hídricos do Estado da Bahia: ênfase no semiárido*. Salvador: 1995.

DUFUMIER, Marc. *Les projets de développement agricole – Manuel d’expertise*. Paris-Wageningen: CTA-Karthala, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, José. *O novo rural brasileiro*. Campinas, SP: Unicamp, IE, 1999a (Coleção Pesquisas).

GRAZIANO DA SILVA, José. *Tecnologia e agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999b.

INSTITUTO NACIONAL E COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA/ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAOONU). *Agricultura familiar no Brasil: uma análise a partir do Censo Agropecuário de 1995/1996*. Brasília (DF). Disponível em: [www.incra.gov.br/fao](http://www.incra.gov.br/fao) Acesso em 25 de nov. de 2004.

LOYAT, Jacques; PETIT, Ives. *La politique agricole commune (PAC): un enjeu de société*. La documentation française. 2 ed. Paris, 2002.

MARX, Karl. *O Capital*. Série Os Economistas. Vol 1. Editora Nova Cultural, 1988.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *Histoire des agricultures du monde – du néolithique à la crise contemporaine*. Editions du Seuil, 2002.

MATTOSO, Luiz Henrique Capparelli *et al.* Aplicação da fibra de sisal na indústria automobilística para reforço. In: SILVA, Odilon Reny Ribeiro, BELTRÃO, Napoleão Esberard de Macêdo. *O agronegócio do sisal no Brasil*. Brasília: Embrapa -SPI; Campina Grande: Embrapa – CNPA, 1999.

NASCIMENTO, Humberto Miranda do. *Conviver o sertão – origem e evolução do capital social em Valente/BA*. 1ed. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAOONU)/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). *A Agricultura familiar na região Nordeste*. Projeto UFT/BRA/036/BRA, 1996 (versão preliminar), mimeo.

SABOURIN, Eric. Desenvolvimento rural e abordagem territorial – conceitos, estratégias e atores. In: SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olívio Alberto (Orgs.). *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais – conceitos, controvérsias e experiências*. Brasília (DF), Embrapa/CIRAD/UFPP, 2002, p. 21-37.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). *Relatório da pesquisa Análise Regional da Bahia Rural*. Salvador: Convênio IICA/SEI, 2003.

## CAPÍTULO 2

### CONTRATENDÊNCIA NO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO NA BAHIA, NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE LITORAL SUL: UMA ANALOGIA À ANÁLISE DE REDES SOCIAIS

Inês Teresa Lyra Gaspar da Costa

#### APRESENTAÇÃO

Esse texto busca apresentar uma articulação entre o padrão de desenvolvimento agrícola que vem se desenvolvendo no Território de Identidade Litoral Sul do Estado da Bahia e o artigo “Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial”, de Luís Carlos Mior (2010) no que tange a análise das redes sociais. O artigo foi escolhido por apresentar aspectos teóricos sobre análise de rede na agricultura familiar e um estudo de caso no oeste de Santa Catarina. Esse trabalho contribui, por analogia, para explicar a trajetória de um dos modelos de desenvolvimento rural que emergiram no território do cacau – Litoral Sul.

A formação de redes sociais parece estar presente no território em questão para evidenciar o processo produtivo que vem se amadurecendo: uma, a agricultura familiar multifuncional como forma de desenvolvimento das forças produtivas numa região assolada pela praga da vassoura-de-bruxa na cultura do cacau.

Não se trata, entretanto, de uma análise quantitativa e métrica compreendida pela análise das redes sociais que emergiram nesse território, mas de uma abordagem qualitativa. A metodologia desta análise apresenta uma abordagem qualitativa baseada em levantamentos bibliográficos.

O texto se subdividirá em três seções: a primeira apresenta uma síntese da formação econômica recente, no Litoral Sul da Bahia, visando contextualizar o tema. A segunda seção abordará o artigo, tomado como referência para a análise das redes sociais, e a terceira pretende concluir, desenvolvendo uma articulação entre a região baiana e o artigo selecionado, no que tange a análise das redes sociais.

## FORMAÇÃO ECONÔMICA RECENTE DO LITORAL SUL DA BAHIA

A Bahia apresenta um território rural complexo, diversificado, no qual se verificam profundas diferenças de padrões de desenvolvimento capitalista. Para fins de planejamento territorial, a Secretaria do Planejamento dividiu a área territorial do Estado em 27 territórios de identidade. O termo “Territórios de Identidade” foi definido pela Secretaria de Planejamento da Bahia em 2016 como:

[...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial.

O território Litoral Sul da Bahia é uma região interessante para se estudar, pois apresenta certo desvio na lógica da sua acu-

mulação rural, digamos, em transição para um novo paradigma tecnológico de desenvolvimento agrícola (Machado, 2019). A região, que apresentou baixo índice de geração de emprego e renda por sua condição socioeconômica histórica (crise cacauera desde o final da década de 1980), vem encontrando um novo modelo de desenvolvimento através do fortalecimento da agricultura familiar multifuncional, numa rede de solidariedade, com base na agroecologia. Identifica-se, assim, a passagem de uma relação subordinada ao capital comercial e industrial para uma relação de cooperação (Machado, 2020).

A região passou por uma grande desestruturação econômico-social, advinda da forte queda da produção física do cacau, monocultura predominante, ao longo dos últimos trinta anos, por causa da doença vassoura-de-bruxa. Muitos dos grandes agricultores abandonaram a produção enquanto os pequenos, de produção familiar, iam, através da identificação de seus desejos, aspirações e história de vida, se articulando e reestruturando uma prática já conhecida no manejo do cacau agroecológico. Conforme Machado (2019), em 1990, a crise econômica do cacau provocou transformações no meio rural, decorrentes dos assentamentos e, “do ponto de vista técnico, da transição de uma agricultura parcialmente produtivista para uma agricultura agroecológica e multifuncional, através da agricultura familiar” (p. 13868). Machado (2019) considera que a região se caracteriza, pela perspectiva do paradigma tecnológico, como parcialmente produtivista tendendo à ruptura para um paradigma agroecológico e multifuncional e argumenta:

Parcialmente produtivista porque os sistemas de produção agrícola, na região do cacau do Estado da Bahia, estruturaram-se, no bioma Mata Atlântica, de floresta tropical, em sistemas de produção cabruca, reconhecidos recentemente, como indicação de procedência (indicação geográfica), pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), incluindo-se, historicamente, aqueles sistemas patronais, que preservavam a mata, haja vista,

no secular sistema cabruca, o cacau ser plantado sob floresta tropical secundária, mantendo-se o extenso verde da costa sul do Estado da Bahia.

Mesmo antes da crise da produção do cacau, ocorrida no final da década de 1980, a atividade econômica da região estava fundamentada tão somente na monocultura do fruto, inexistindo atividades não agrícolas derivadas, tais como comércio intenso, a agroindústria e atividades urbanas. Portanto, o movimento de recuperação através da produção do cacau orgânico (cabruca) pela produção familiar desenvolve-se num ambiente pouco complexo. A crise de desemprego desencadeou a ação de movimentos sociais (via MST) por novos assentamentos, que, por sua vez, vieram a ser assistidos através, principalmente, de políticas públicas, em especial o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Deste modo, a rede costurada com base no MST, através da cooperativa Cabruca e pelos pequenos produtores ainda apresenta uma dinâmica em formação.

O histórico da agricultura orgânica do cacau demonstra que ele vem sendo fruto de iniciativas não governamentais, especialmente a partir do final da década de 1990, tanto ao nível da gestão das relações sociais (através do associativismo), quanto do financiamento (recursos próprios derivados dessa associação). No tocante à inovação e aprendizagem, a rede associativa que se forma permitiu, inclusive, alcançar certificações da excelência da produção da agricultura orgânica do cacau. Segundo Neves (2018), 47 estabelecimentos estavam certificados sendo 36 deles associados à cooperativa Cabruca.

Essa característica territorial que vem se formando lhe confere uma dinâmica socioeconômica completamente diversa de uma agricultura calcada em um paradigma tecnológico tipicamente produtivista vez que, conforme Machado (2019, p. 13875-13876)

Como paradigma tecnológico radicalmente contrário ao produtivo, surgem as agroecologias como conjunto de princípios cuja base é a utilização de técnicas que garantam a preservação do meio ambiente e uma agricultura sustentável, envolvendo diferentes tendências, como a agricultura biológica, a agricultura biodinâmica, a agricultura orgânica e a permacultura, cada uma com suas especificidades. Tem, como denominador comum, a preocupação ambiental... As agroecologias consistem no modelo de agricultura sustentável que garante a preservação dos recursos naturais e capacidade produtiva dos sistemas agrícolas e o desenvolvimento das comunidades rurais.

Evidentemente que o desejo econômico de recuperação da produção, renda familiar e melhoria nos índices de desocupação da mão de obra são, sem dúvida, os fatores que catalisaram o processo de formação da rede social rural no território em questão. Contudo, elementos não econômicos associados à subjetividade dos atores certamente atuaram decisivamente na formação dessas redes. Tais elementos estariam ligados a dimensões não produtivas (Neves, 2018) quais sejam: dimensão antropológica: a propagação do conhecimento através das redes desperta a consciência agroecológica além das práticas ancestrais de cultivo; subjetividade dos produtores: tomada de consciência da importância ecológica se difunde através de redes solidárias e de difusão do conhecimento (horizontalidade na articulação entre os atores). Destarte, produz-se a motivação para a formação do capital social: consciência ecológica, rede de solidariedade, assentamentos, propagação do conhecimento.

Corroborando com esta visão, Machado (2019, p. 13876) assevera acerca da dinâmica no território: “A lógica produtiva não se baseia na produtividade. O produtor direto visa à manutenção do patrimônio familiar e conserva uma tradição de policultura que o aproxima da sustentabilidade ecológica”.

Com base nessa contextualização, o Território Litoral Sul servirá como ambiente para a analogia do estudo de redes fundamentado em Mior (2010) e Murdoch (2000).

## REDE SOCIAL RURAL NO OESTE CATARINENSE

Mior (2010) faz uma análise sobre o processo de mudança rural a partir de uma perspectiva territorial e/ou multissetorial do desenvolvimento rural (Oeste Catarinense), procurando identificar os desafios para a construção de sustentabilidade no desenvolvimento territorial, tendo por base uma metodologia baseada numa perspectiva teórico – metodológica das redes sociais e sociotécnicas. Segundo o autor (2010, p. 1)

A complexidade dos processos de mudança rural, sobretudo nos países desenvolvidos, contribuiu para a ampliação da importância da abordagem de redes de desenvolvimento rural nos anos 90. Marsden; Lowe; Whatmore (1990) argumentam que os processos de mudança rural não devem ser vistos como determinados unicamente pela forças presentes na globalização do sistema alimentar, e seu estudo deve incluir os processos de reestruturação rural que envolvem as dinâmicas sociais e econômicas regionais (grifo nosso)

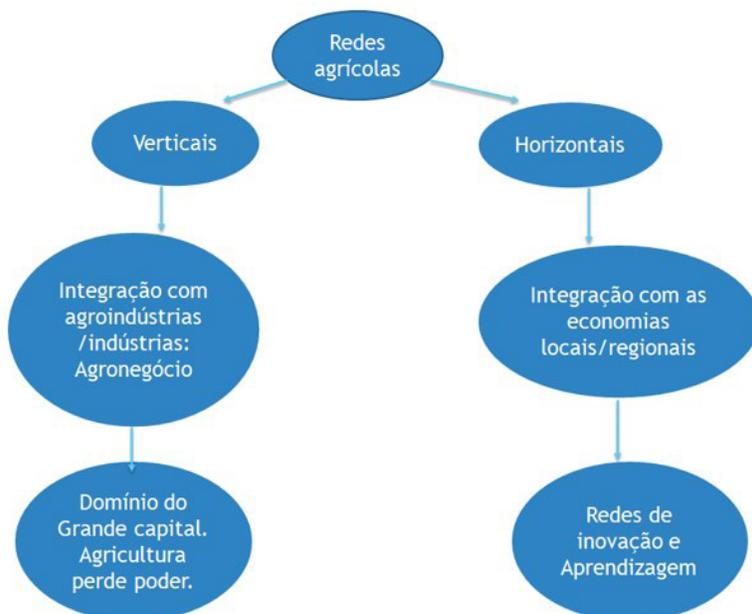
Murdoch (*apud* Mior, 2010, p. 2) desenvolve uma tipologia de redes de relacionamento em duas instâncias.

Teríamos dois principais conjuntos de redes interagindo nas regiões rurais: as redes verticais e as redes horizontais de desenvolvimento rural. O termo rede vertical refere-se à forma como a agricultura é incorporada em processos mais amplos de produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos e matérias primas, dentro de uma abordagem setorial do desenvolvimento. Já o termo redes horizontais de desenvolvimento rural refere-se à incorporação da agricultura e dos territórios rurais em atividades

que os atravessam e estão imersas nas economias locais e regionais, inclusive urbanas.

Esquemáticamente, poderíamos representar o conceito conforme a Figura 1, a seguir:

**Figura 1:** Tipologia das redes rurais.



**Fonte:** Elaboração da autora.

Para Murdoch (*apud* Mior, 2010), o melhor lócus para aproveitar as oportunidades econômicas são aquelas áreas rurais baseadas na agricultura tradicional e que mantêm uma reserva econômica. Diz também que as redes de inovação são “mais facilmente construídas em áreas que conservaram uma estrutura industrial flexível baseada em um grande número de pequenas unidades de produção” (p. 2); especificamente, a situação é encontrada em alguns territórios do estudo de caso analisado em Santa Catarina e, ainda emergindo, com as indústrias artesanais de chocolate no

Litoral Sul da Bahia, nas áreas do cacau orgânico desenvolvidas pela agricultura familiar.

Para Murdoch (2000), a abordagem de redes parece ser fundamental porque integra questões de desenvolvimento tanto interna as áreas rurais com oportunidades externas, não agrícolas, caracterizando uma possibilidade multifuncional de desenvolvimento. O autor, citado por Mior (2010), identifica três tipos de redes que devem estar relacionadas ao contexto histórico-cultural (p. 2-3):

I. Cadeias de *commodities*/economia de escalas e estratégias competitivas/grandes empresas/globalização. As inovações tecnológicas estão fora da região.

II. Redes de pequenas e médias empresas ligadas ou não aos setores agrícolas. As inovações são produzidas internamente.

III. Regiões marginalizadas tanto pelas redes estandardizadas da produção especializada de *commodities*, como pela produção diversificada ligada a relações horizontalizadas de inovação e aprendizagem.

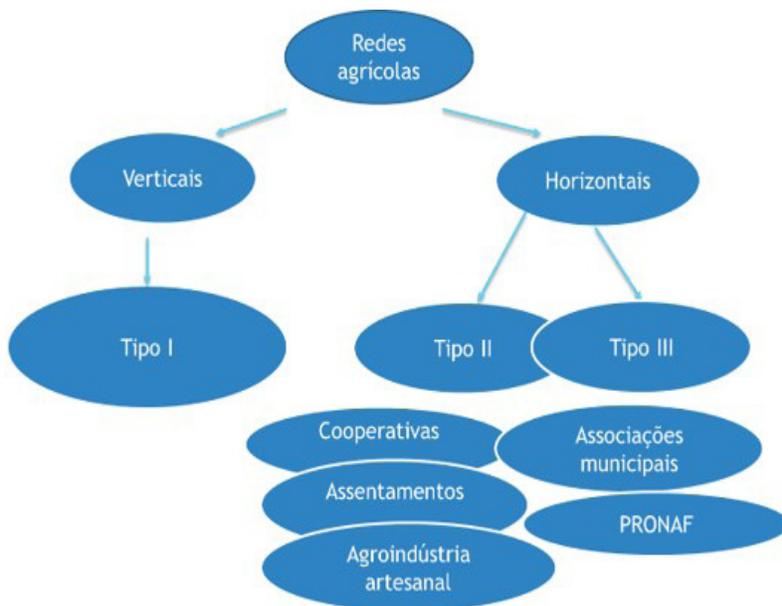
O Oeste de Santa Catarina abriga o maior complexo de produção, abate e transformação de carne suína e de aves do Brasil e América Latina, sendo espaço privilegiado de atuação das grandes empresas agroalimentares como a Sadia, a Perdigão, a Seara e a Chapecó. Além de apresentar um destacado dinamismo agroindustrial ao nível nacional/internacional, também apresenta uma segunda vertente que é a agricultura familiar. Concorre para essa segunda vertente uma forte organização dos agricultores familiares que se expressa num conjunto de associações, sindicatos e movimento sociais, tais como a Fetraf-Sul, o Movimento dos Sem Terra, além do movi-

mento das Mulheres Agricultoras, dos jovens e dos atingidos por Barragens e a atuação do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Mior, 2010).

De outro lado, a região ainda apresenta dificuldade de oportunidades de emprego fora do setor agrícola/agroindustrial; concentração econômica regional, exclusão dos pequenos produtores familiares da produção de suínos, poluição das águas pelos dejetos suínos, êxodo rural e regional, principalmente dos mais jovens. Além, disso, contribuindo negativamente para o desenvolvimento social, a forma de organização da produção familiar vem sofrendo mudanças com sua integração agroindustrial a partir da década de 90, conforme Sorj e Wilkinson (1983, *apud* Mior). Até então, a agricultura familiar gozava de relativa autonomia. De um total de aproximadamente 67 mil suinocultores no ano de 1980, restaram cerca de 20 mil em 1995 (Testa *et al.* 1996, *apud* Mior).

Com base nesse resumido relato, Mior (2010) faz uma articulação teórico-prática sobre a tipologia de redes desenvolvida por Murdock, chegando ao seguinte achado para o Oeste de Santa Catarina. Veja Figura 2:

**Figura 2:** Tipos de redes agrícolas no oeste catarinense.



**Fonte:** Elaboração da autora.

A consolidação destas novas redes de produção (Tipo II) repousa sobre a capacidade organizacional e institucional local, que tem sido atribuída à evolução do capital social existente no território (OCDE *apud* Murdoch, 2000), o qual possui poder de transformação territorial.

De acordo com Oliveira (2016), enquanto promoção do capital social, o desenvolvimento e a aplicação de uma tecnologia social permitem a interação entre as pessoas de uma comunidade através de trocas (econômicas, culturais, místicas, simbólicas e sociais) que geram mudanças e transformação social no território onde estas pessoas vivem. Além disso, as dimensões do capital social podem compreender a capacidade associativa, a confiança, a solidariedade, a ação coletiva, a cooperação, a coesão e a sociabilidade. Nesse sentido, conforme Menezes *et al.* (2019), a conexão se dá

através da identidade entre as pessoas, uma vez que ela se forma através da ligação social. Não existindo limites físicos, mas limites identitários (expectativas, confiança, solidariedade), a rede social se caracteriza como uma ligação porosa e não estrutural, ou seja, “parte de sua força está na habilidade de se fazer e de se desfazer rapidamente” (p. 148).

Mior conclui que (2010, p. 12-14):

i. Embora as redes verticais (representadas pelas grandes agroindústrias convencionais como atores-mundo), assim como as horizontais (representadas pelos promotores das agroindústrias familiares) estejam em processo de transformação, é a ação estratégica da agroindústria convencional que acaba influenciando o padrão de desenvolvimento da agroindústria familiar.

ii. A continuidade da trajetória da agroindústria familiar e suas redes de desenvolvimento rural dependerão da capacidade do território em responder ao desafio de manter e aprimorar esta forma de organização e, ao mesmo tempo, fortalecer a inserção regional em novas cadeias de valor, com a agroecológica e artesanal, por exemplo.

iii. A mobilização das redes sociais mais amplas, de parentesco, e de amigos, evidencia como a agricultura familiar, através da reativação de vínculos sociais, estabelece estratégias para constituir mercados para seus produtos de valor agregado. Também a agroindústria familiar rural tem relação mais próxima com os consumidores (feiras livres) e comerciantes (pequeno varejo).

iv. A partir do caso do oeste catarinense pode-se inferir que sua sustentabilidade dependerá da continuidade e fortalecimento das redes horizontais assim como de uma maior presença de políticas públicas de apoio a estes novos arranjos entre a agricultura familiar, os processos de agregação de valor e o território.

## ANÁLISE COMPARATIVA DAS REDES SOCIAIS EM AMBIENTES RURAIS

Os ambientes analisados, independentemente de sua distinção geográfica e histórico-econômica, são ambientes complexos, no estrito termo teórico (Nussenzveig, 2003), ou seja, a rede social que se forma no oeste catarinense ou na Bahia (Litoral Sul) é um sistema aberto com tendência ao desequilíbrio (por razões econômicas, em ambos os casos), que evoluiu através da emergência de novas formas de aglomeração e relações sociais, dissipando a forma antiga. É essa potencialidade emergente de uma situação de desequilíbrio que constitui o chamado sistema complexo. E como essa antiga estrutura se dissipou dando lugar a uma nova? Através da auto-organização, da adaptação e da aprendizagem e da difusão do conhecimento. A cultura da cooperação tem como objetivo facilitar o processo de desenvolvimento de uma comunidade para atingir a capacidade de agir coletivamente, visando objetivos compartilhados dos participantes (Nussenzveig, 2003). Conforme Gala (2019, p. 5)

O ambiente de trabalho fornece oportunidades de interação frequente com outras pessoas com históricos de conhecimento semelhantes. Interações frequentes entre pessoas criam confiança e empatia e, assim, facilitam a transferência de conhecimento aprofundado.

Na Bahia, uma rede social (sem limites, não estruturada, mas formando, através dos laços sociais, uma rede de relações sólidas) permitiu que as evasões campo-cidade diminuíssem e que a agricultura familiar multifuncional fosse adquirindo força na região e resistência. Vejamos, então, alguns pontos de discussão:

1) Dinamismo, complexificação e desenvolvimento das forças produtivas são bastante diferentes entre o Oeste Catarinense e o Território Litoral Sul da Bahia.

O contexto socioeconômico do Litoral Sul da Bahia se apresenta de forma menos potente em termos do desenvolvimento das forças produtivas. Sua recuperação, através da produção do cacau orgânico (cabruca) pela produção familiar, desenvolve-se num ambiente pouco complexo, como vimos, diferentemente do contexto altamente dinâmico, desenvolvido e diversificado encontrado na região oeste de Santa Catarina. Deste modo, a rede de articulações que veio a se formar no Litoral Sul da Bahia, baseada nos movimentos de assentamentos do MST, pela Cooperativa dominante: a Cooperativa Cabruca, e pelas famílias de pequenos produtores vem sendo um processo de lenta formação e fortalecimento, o que provavelmente conduz a uma Classificação de Rede do Tipo III, com base na tipologia desenvolvida por Murdock (2000). Lembremo-nos que o Tipo III apresenta como característica “regiões marginalizadas tanto pelas redes estandarizadas da produção especializada de *commodities*, como pela produção diversificada ligada a relações horizontalizadas de inovação e aprendizagem”. Esta tipologia é fundamentada na associação livre entre os atores interessados, sem a coexistência com o grande capital agrário. O histórico da agricultura orgânica do cacau demonstra que ele vem sendo fruto de iniciativas não governamentais, tanto ao nível da gestão das relações sociais (através do associativismo) quanto do financiamento (recursos próprios derivados dessa associação). No tocante à inovação e aprendizagem, a rede associativa que se forma permitiu, inclusive, alcançar certificações da excelência da produção da agricultura orgânica do cacau. Segundo Neves (2018), 47 estabelecimentos estavam certificados, sendo 36 deles associados à cooperativa Cabruca.

Ao analisar a métrica da rede formada na região cacauzeira, que explora formas não convencionais de produção do cacau, pode-se, qualitativamente, perceber que:

a) Sobre a centralidade. O nó central da rede, aquele onde os atores mais se relacionam é a Cooperativa Cabruca. Ator de maior prestígio, dentro do conceito de redes sociais.

b) Também pelo critério de intermediação, suspeitamos, qualitativamente, que a cooperativa Cabruca possui uma localização estratégica nessa rede de relações. Ela poderia, pelas informações obtidas em Neves (2018), servir como “ponte” para a comunicação entre os participantes da rede e entre estes e o mercado externo, por exemplo, ou órgãos de certificação. Cabe destacar, no âmbito interno da rede, a importância da Cooperativa Cabruca na difusão do conhecimento através de projeto educativo sobre práticas orgânicas.

2) Após a crise da lavoura cacaueteira, que desestruturou o modelo capitalista de exploração, a tradição cultural e histórica, aliada à tecnologia de manejo (tecnologia social com base no cacau cabruca), foram fatores que impulsionaram um desejo.

Evidentemente que o desejo econômico, de recuperação da produção, renda familiar e melhoria nos índices de desocupação da mão de obra são, sem dúvida, os fatores que catalisaram o processo de formação da rede social rural no sul da Bahia, tal qual o desejo fundante da articulação da rede Tipo II, que se desenvolveu no oeste catarinense. Contudo, elementos não econômicos, associados à subjetividade dos atores, certamente atuaram decisivamente na formação dessas redes no Território Litoral Sul da Bahia. Tais elementos estariam ligados às dimensões não produtivas (Neves, 2018) quais sejam: dimensão antropológica: a propagação do conhecimento através das redes desperta a consciência agroecológica além das práticas ancestrais de cultivo; subjetividade dos produtores: tomada de consciência da importância ecológica se difunde através de redes solidárias e de difusão do conhecimento (horizontalidade na articulação entre os atores). Destarte, formase a motivação para a formação do capital social: consciência ecológica, rede de solidariedade, assentamentos, propagação do conhecimento.

3) No artigo em referência, a forte relação de confiança e reciprocidade – entre os produtores e entre eles e os consumi-

dores – pode ser uma tendência a se consolidar na região baiana em estudo.

A consolidação de uma rede social sólida, baseada na construção do capital social, que avança para o desenvolvimento de atividades não agrícolas, como no oeste catarinense, onde a presença de cooperativas, associações municipais, assentamentos e agroindústria artesanal repousam sobre a capacidade organizacional e institucional local, que tem sido atribuída à evolução do capital social existente no território (OCDE *apud* Murdoch, 2000) com poder de transformação territorial. Conquanto, ainda parece prematuro classificar a rede observada na pesquisa de tese com tais características de transformação territorial, seja no âmbito econômico-social, seja no âmbito do desenvolvimento humano/cultural. Mas esperamos que o desenvolvimento local das forças produtivas se constitua num devir para a região do cacau cabruca, no Território de Identidade Litoral Sul da Bahia.

## REFERÊNCIAS

- GALA, Paulo. *O espaço setorial-ocupacional revela a estratificação socioeconômica no Brasil*. FGV/EESP, jun/2019.
- MACHADO, Gustavo Bittencourt. *Agricultura produtivista à agricultura multifuncional no sistema agrário do cacau*. Braz. J. of Develop. Curitiba, v. 5, n. 9, p. 13868-13890 sep. 2019.
- MACHADO, Gustavo Bittencourt. *Multifuncionalidade da agricultura familiar: a diversificação das atividades no sertão semiárido da Bahia, Brasil*. Curitiba: CRV, 2020.
- MENEZES, A. M. et al. *Rede e comunidades rurais de prática e sua importância para a difusão do conhecimento em Analista Cognitivo: uma profissão interdisciplinar*. Salvador: EDUFBA, 2019.
- MIOR, Luís Carlos. *Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial*. Santa Catarina: EPAGRI, 2010.
- MURDOCH, J. Networks – a new paradigm of rural development? *Journal of Rural Studies* n. 16, 2000, p. 407-419.

NEVES, K. F. T. V. *Formação territorial do sul da Bahia e produção não convencional de cacau*. Tese de Doutorado. USP: 2018.

NUSSENZVEIG. *Introdução à complexidade em complexidade e caos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/COPEA, 2003.

OLIVEIRA, Eduardo David de. *Conhecimento e cultura*, 2016.

## CAPÍTULO 3

### AGÊNCIAS TERRITORIAIS DE DESENVOLVIMENTO<sup>1</sup>

Gustavo Bittencourt Machado

#### INTRODUÇÃO

Este texto apresenta a concepção dos Núcleos-piloto de informação e gestão tecnológica para a agricultura familiar (NAF), os resultados de atuação em espaços regionais do Brasil, considerando-os, do ponto de vista metodológico, base para a implantação de agências territoriais de desenvolvimento, como ente executivo das políticas territoriais. Faz-se uma abordagem sobre as Sedes Universitárias Municipais (SUM), em Cuba, como uma das metodologias de extensão universitária e gestão do conhecimento em âmbito local.

Os NAF são concebidos como espaço de atuação conjunta de várias organizações de cada território escolhido, voltadas para o resgate e a geração de conhecimentos e também como espaço de aprendizagem colaborativa entre pesquisadores e técnicos de formação variada e os agricultores, em torno de uma unidade na

---

1 Texto escrito, originalmente, em 2011. Apresentado em congresso científico e decorrente de reflexões do autor a partir de consultoria realizada para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa.

diversidade de saberes. Os NAF são coordenados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, juntamente com instituições públicas e organizações de agricultores familiares e da sociedade civil.

O NAF do Território Mata Sul, no Estado de Pernambuco, do Promata – Programa Estadual de Desenvolvimento do Governo do Estado de Pernambuco, que serviu de comparação para os NAF dos demais territórios do Agrofuturo, possui uma equipe extensa composta de coordenadores geral e operacional, técnicos, pesquisadores e agentes de desenvolvimento local, o que facilita a implementação das atividades, como um NAF que alia coordenação e execução de projetos de desenvolvimento e projetos de gestão tecnológica, diferentemente dos demais, que se caracterizam pelas ações de geração e transferência de tecnologias.

Os NAF visam socializar os conhecimentos disponíveis, identificar demandas, sobretudo de pesquisa e desenvolvimento e tecnologia de gestão, para a agricultura familiar, favorecendo o intercâmbio entre o saber técnico e o saber popular, e estimular e favorecer a construção de conhecimentos na perspectiva dos anseios dos agricultores familiares.

## OS NAF

Os NAF qualificam-se como interlocutores qualificados das organizações junto aos agricultores, promovendo a identificação e o encaminhamento de demandas dos agricultores, sobretudo tecnológicas, promovendo e articulando ações de capacitação para técnicos, multiplicadores e agricultores, entre técnicos e seus pares, entre técnicos e agricultores e entre os próprios agricultores para troca de conhecimentos e experiências.

Os Territórios de atuação dos NAF, no âmbito do Programa Agrofuturo, coordenado pela Embrapa são os seguintes: Território-

rio do Semiárido, no Estado da Bahia, correspondente à região sisaleira; Território do Nordeste Paraense, no Estado do Pará; e Território da Grande Dourados, no Estado do Mato Grosso do Sul.

A experiência do NAF, do Território da Mata Sul, apoiado pelo Promata, baseia-se em políticas públicas voltadas para a gestão tecnológica e o desenvolvimento econômico e social, incluindo ações em infraestrutura.

Colocam-se os NAF nas ações de difusão e promoção tecnológica na perspectiva de que, na realidade, os resultados não surgem de imediato, mas a partir de um tempo incerto e imprevisível, de que as equipes técnicas não possuem controle e muito menos, os estrategistas, que concebem ou administram a execução de programas semelhantes ao Programa Agrofuturo, ou seja, os resultados não necessariamente surgirão a contento aos objetivos discriminados no Programa e, particularmente, no seu prazo contratual de cinco ou seis anos. Além disso, nem os resultados serão aqueles previstos: resultados de outra natureza já surgem à margem do esperado, e podem desencadear novos processos de pesquisa e de socialização, ou transferência de conhecimentos e tecnologias.

Além da ênfase na geração, na difusão e na gestão de tecnologias, a Embrapa, como instituição-sede do Programa Agrofuturo, em conjunto com as instituições parceiras, de missões variadas junto aos agricultores familiares, coloca o desafio, inerente a todo o projeto institucional de pesquisa-ação, de considerar o enfoque estritamente centrado na pesquisa e difusão de tecnologias, mesmo inserido numa lógica de gestão tecnológica, numa possibilidade de pesquisa sobre desenvolvimento territorial e tecnologias racionais, sociais e alternativas voltada para a agricultura familiar, como mais um campo de investigação no qual a empresa pode tornar-se uma referência internacional, a partir de seu pioneirismo e originalidade.

Não há fórmulas, padrões e pacotes pré-concebidos para lidar com a agricultura familiar, a menos que lhe sejam impostos socialmente. Este é o desafio de qualquer programa governamental, a fim de desencadear um processo de consolidação de Núcleos Pilotos de Informação e Gestão Tecnológica para a Agricultura Familiar, em que a realidade é a complexidade como uma totalidade de sistemas de produção agrícola, diversificados e diversos uns dos outros.

Algum nível de incerteza e imprevisibilidade, inerente a todo projeto executivo, assume uma dimensão mais ampla e complexa, em virtude de suas ações, que não fogem às características orgânicas da Embrapa, mas que extrapolam os limites da articulação interinstitucional, intrínseca e necessária a esta Instituição perante a sociedade, como o retorno social do investimento público em pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Dessa forma, com os NAF, tem-se o objetivo de desenvolver arranjos institucionais piloto, como alternativa capaz de catalisar os esforços das organizações públicas, privadas e não governamentais, a fim de incrementar o desenvolvimento tecnológico e de gestão da agricultura familiar, contribuindo, assim, para sua viabilização econômica e social (Embrapa, 2004).

Entre as áreas específicas de atuação está a “Difusão e Promoção Tecnológica”, incluindo a reorganização da rede de assistência técnica e extensão rural, prevendo-se ações efetivas de formação de multiplicadores que ampliem, junto aos agricultores familiares, a utilização de informações, conhecimentos e tecnologias, elevando seus níveis de produtividade e de renda; promovendo-se o intercâmbio tecnológico entre técnicos e agricultores da área de abrangência do Núcleo, com profissionais e agricultores de outros projetos, programas e iniciativas de sucesso, tanto no país como no exterior, que permitam ampliar as possibilidades de ação; estabelecendo-se meios e formas de comunicação que privilegiem e facilitem a socialização de in-

formações, conhecimentos e tecnologias entre pesquisadores, extensionistas e multiplicadores.

Integram-se esforços do governo e do terceiro setor para o apoio efetivo aos agricultores, através da capacitação de profissionais, que possam prestar uma assessoria de resultados, propondo e implementando soluções para os problemas enfrentados, a exemplo do que acontece nos Territórios da Grande Dourados e Sisal, com a presença de organizações não governamentais nas ações de capacitação. No Território da Grande Dourados, ainda se verifica a participação efetiva das universidades, a exemplo da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) e da Universidade Federal da Grande Dourados (UFG).

O conteúdo dessa qualificação é definido com base na demanda dos agricultores familiares e compreende treinamentos, cursos, intercâmbios onde são disponibilizados e discutidos os conhecimentos pertinentes aos temas escolhidos num processo de troca de experiências e informações (Embrapa, 2004).

Além da capacitação dos multiplicadores, os técnicos componentes do núcleo podem assessorá-los na implantação de unidades demonstrativas, na realização de dias de campo, na promoção de eventos de transferência, na realização de palestras para os agricultores e na organização de encontros entre técnicos, produtores e pesquisadores. Nesta perspectiva, tanto os técnicos componentes do Núcleo quanto os multiplicadores atuam de forma complementar a outras iniciativas, contribuindo de maneira efetiva para o atendimento e a profissionalização dos agricultores, e em consequência, para a autonomia dos atores locais.

Também são produzidos materiais instrucionais e informacionais (boletins, vídeos, cartilhas, folders, álbuns seriados, folhetos), em linguagem adequada a cada tipo de público, para viabilizar a socialização dos conhecimentos e tecnologias disponíveis.

Outra estratégia desenvolvida pelos NAF é a promoção de intercâmbios tecnológicos (visitas técnicas, excursões, estágios) entre técnicos e agricultores familiares líderes, objetivando a troca de experiências e o conhecimento de outros programas, projetos e iniciativas tanto nacionais quanto internacionais.

Outra área específica do Programa é o de “Pesquisa e de Gestão Tecnológica”, que compreende um processo de ampla participação dos agentes interessados, sobretudo agricultores familiares, cujas demandas sociais podem ser apoiadas como projetos e ações de pesquisa e gestão tecnológica.

Considera-se que o NAF do Território Mata Sul, no Estado de Pernambuco, atua efetivamente com os três tipos de demandas, associando ações de desenvolvimento com ações de gestão tecnológica para a agricultura familiar.

A articulação com universidades estaduais e federais, faculdades situadas no território também é fomentada para o fortalecimento das ações dos NAF, a fim de envolver estudantes e incentivar pesquisas, geração e sistematização de conhecimentos, estabelecendo-se parcerias que concentrem atividades junto às comunidades.

A ação das universidades e instituições isoladas de ensino superior no âmbito dos territórios pode ocorrer em termos de atividades acadêmicas curriculares, como a orientação de estágios supervisionados nas áreas atendidas pelos Núcleos e visitas técnicas orientadas, ou em termos de atividades de extensão universitária, envolvendo alunos e docentes, como, por exemplo, a realização de treinamentos de curto prazo para agricultores e técnicos multiplicadores ou a promoção de eventos culturais ou técnicos, conforme previsto no documento do projeto da Embrapa.

Outra área de atuação consiste na implantação das “agências de Informação” em cada NAF. A Agência de Informação tem o

objetivo de identificar e/ou sistematizar as demandas dos agricultores familiares por informação tecnológica, promover e ampliar o acesso ao consumo de informação e contribuir para a socialização desses conhecimentos e tecnologias. Isso pressupõe a execução de algumas etapas de trabalho, como por exemplo: validação da metodologia que já está em uso pela Embrapa, identificação das principais fontes de informação, definição de conteúdo e de linguagem adequados à agricultura familiar, seleção de técnicas adequadas à transformação dos dados brutos em informação com valor agregado (Embrapa, 2004).

A área seguinte de atuação do Componente 3 consiste no “Apoio à Gestão do Agronegócio Associativo Inovativo”, que tem por finalidade coordenar ações tendentes a incrementar e melhorar a capacidade de gestão dos negócios associativos de inovação dos produtores familiares, no território que ele abrange, o que significa apoiar a consolidação das organizações dos produtores, em condições de empreender e gestionar negócios associativos, a fim de expandir e melhorar a competitividade de seus produtos e rentabilidade, assim como dos estabelecimentos associados.

Esse apoio pode ser dado pelas organizações parceiras como Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater, MDA, Conab e Sebrae, por exemplo, mas em alguns casos pode requerer a presença de especialistas para formulação e encaminhamento de propostas mais específicas, que de fato possam responder adequadamente a determinados pontos de estrangulamento; nestes casos, o Núcleo daria a assessoria. Esse apoio pode ser dado por meio de visitas direcionadas, em termos de tema e de público, capacitação, estudos específicos e consultorias.

A difusão desta linha de financiamento deverá ser feita no âmbito de todo o território de atuação do Núcleo pelos meios de difusão que possibilitem que todos os potenciais beneficiários sejam informados, devendo ser divulgados os critérios de par-

tipificação, o tipo de apoio que estará sendo proporcionado e a instância responsável pela seleção das propostas submetidas ao Núcleo (Comitê de Gestão dos Núcleos).

Estudos prospectivos sobre oportunidades de negócios inovativos para a agricultura familiar do território podem ser apoiados pelo Componente 3, no caso de ausência de demandas relativas a assessoramento para elaboração e/ou avaliação de propostas por parte de grupos, associações de agricultores familiares ou outras entidades relacionadas ao público-alvo do projeto.

No Território do Sisal, os estudos de Sayago (2007) basearam-se no Plano Safra Territorial do Sisal, realizado sob a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Territorial/MDA e da Secretaria de Segurança Alimentar – MDS, no Estudo da Base Econômica Territorial/Território do Sisal, sob a coordenação do MDA, no Caderno Informativo, Conceitos & Metodologias, a partir do Seminário Desenvolvimento Territorial da Bahia: uma Política Articulada, realizado em dezembro de 2004 e publicado em maio de 2005 pelo MDA, e no livro intitulado *Territórios de Identidade: um novo Caminho para o Desenvolvimento Rural Sustentável na Bahia*, publicado pela Coordenação Estadual de Territórios – CET, em 2006.

No Território do Nordeste Paraense, foram analisados o Diagnóstico e Planejamento do Desenvolvimento do Território Rural do Nordeste Paraense, elaborado sob a responsabilidade da Fundação Sócio Ambiental do Nordeste Paraense – FSANP, o Estudo da Dinamização da Economia do Território Nordeste Paraense, documento da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário – SDT/MDA, e o Banco de Dados Incra/Idam/Coodersus, sob a responsabilidade da Cooperativa de Prestação de Serviços em Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável – Coodersus), o Relatório Fanep – Aurora, realizado pela Fundação Sócio Ambiental do Nordeste Paraense – Fanep e o Perfil dos Territórios Rurais – Território Nordeste Paraense – PA,

da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário – SDT/MDA (Sayago, 2007).

Para Sayado (2007), as entrevistas coletivas tiveram o objetivo de levantar dados qualitativos durante as discussões, informar aos participantes sobre o Agrofuturo; mostrar aos participantes a necessidade de iniciar um processo de organização territorial em torno da implantação do Núcleo Piloto. Os participantes foram orientados quanto às técnicas e processos a utilizar para o cumprimento dos objetivos acima indicados, de forma que se captasse a opinião da comunidade quanto à identificação dos problemas considerados como os mais importantes enfrentados pelo território e indicação das potencialidades do território.

Quanto ao mapeamento institucional, foram identificadas e listadas as instituições das esferas federal, estadual e municipal consideradas, na opinião dos atores entrevistados, como importantes e atuantes no Território. Aplicou-se a técnica do Diagrama de Venn. O Mapa Social é uma técnica que facilita o intercâmbio de informações e sua verificação por um grupo maior de pessoas-chave. Serve de análise e discussão da situação atual do território por intermédio de uma visão compartilhada que levanta os problemas e as potencialidades (Sayago, 2007).

## O NAF MATA SUL

O Núcleo Piloto de Informação e Gestão Tecnológica para a Agricultura Familiar (NAF) do Território Mata Sul, no Estado de Pernambuco estrutura-se, de forma associada, às políticas de desenvolvimento, centradas em infraestrutura, saúde, educação, meio ambiente, entre outras. Trata-se de um núcleo para o qual converge uma centralidade de políticas públicas no Território Mata Sul.

**O que o diferencia o NAF Mata Sul de outras experiências do Programa Agrofuturo, a exemplo dos NAF do Território do Nordeste Paraense, no Estado do Pará (PA), Território da Grande Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul e Território do Sisal, no Estado da Bahia?**

É preciso salientar duas razões: uma inerente ao próprio funcionamento do Núcleo mediante as inovações institucionais que ele pode oferecer a partir da iniciativa de sua equipe. O NAF Mata Sul tem equipe com profissionais em quantidade suficiente para implementar as ações de planejamento e execução no Território, em várias dimensões, não necessariamente de geração, transferência e socialização de tecnologias, mas também, de articulação de outras políticas públicas.

A segunda razão, central e estruturante, é que o NAF Mata Sul foi incorporado a uma política de desenvolvimento no âmbito do Promata, financiado pelo Governo do Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), como um projeto de longo prazo.

O Promata aporta recursos ao NAF Mata Sul<sup>2</sup>, permitindo que sua equipe incorpore novos profissionais, como os agentes de desenvolvimento local (AGLs), hoje em número de dez, atuando junto às comunidades rurais, em todo o território. Para isso, além de reforçar o NAF com novos profissionais, chegando a ter Mestrado, o Promata apoia o NAF mediante o aporte de recursos para aquisição de equipamentos – motocicletas para o deslocamento dos AGLs, manutenção e estruturação da sede do Promata, com aquisição de computadores, mobiliários, no Assentamento Catende, no município de Catende e disponibili-

---

2 O NAF Mata Sul abrange 24 municípios da Mata Sul, sendo 19 pelo Programa Territórios da Cidadania do Governo Federal, incluindo Bonito. Ocupa uma área de 5.161,6 Km<sup>2</sup> (516.160 ha). Os municípios que fazem parte desse território são os seguintes: Água Preta, Amaraji, Barreiros, Belém de Maria, Bonito, Catende, Cortês, Gameleira, Jaqueira, Joaquim Nabuco, Maraial, Palmares, Primavera, Ribeirão, Rio Formoso, São Benedito do Sul, São José da Coroa Grande, Tamararé e Xexéu.

zação de veículos para o deslocamento da equipe nas atividades de campo.

O NAF Mata Sul atua tanto como um núcleo de articulação voltado para a gestão tecnológica, quanto um espaço de articulação de outras políticas públicas, que perpassam as metas previstas nos marcos lógicos do Programa Agrofuturo, em seu Componente 3. Nesse sentido, o NAF Mata Sul avança no tempo, e habilita-se, em três anos de atuação, como um espaço de articulação interinstitucional que tende a tornar-se uma agência territorial de desenvolvimento, com funções técnicas, de planejamento e execução de políticas de alcance territorial, incorporando as ações e a metodologia do Programa Agrofuturo, como uma política de longo prazo.

Nesse aspecto, a proposta institucional cumpre com os objetivos previstos, não somente no curto prazo, mas consolida-se no longo prazo, ao promover inovações institucionais na execução de políticas públicas, em coordenação com o colegiado territorial do Território da Mata Sul, responsável pelas deliberações dos planos e ações territoriais.

O NAF Mata Sul possui uma equipe cujos membros têm atribuições bem definidas: um coordenador geral, responsável pela articulação política e gerencial do NAF junto ao Promata e demais Secretarias de Estado e instituições públicas, privadas e sociais externas ao Governo do Estado de Pernambuco; um coordenador de articulação, responsável pela execução técnica das ações do NAF, ambos contratados pelo Promata; dois coordenadores locais, responsáveis pelo acompanhamento das atividades do NAF no território da Mata Sul, vinculados ao Instituto de Pesquisas Agronômicas do Estado de Pernambuco (IPA); um pesquisador, responsável pela supervisão e acompanhamento do Agrofuturo, vinculado à Embrapa Solos; um analista da Embrapa Solos, da área de transferência de tecnologia, e dez agentes de desenvolvimento local, além de profissionais graduados que atuam no escritório do Promata, em Recife.

A extensão e o perfil dos membros do NAF Mata Sul, graduados, mestres e doutores, e o apoio financeiro do Promata justificam o volume de ações desenvolvidas por este Núcleo, desde o início de suas atividades, como uma referência para as outras experiências do Programa Agrofuturo, quanto à necessidade de estruturação dos NAF com a ampliação da equipe e a inserção de outros programas federais e estaduais à sua estratégia de ação, que não se restringem à gestão tecnológica.

## A IDEIA DA AGÊNCIA TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO

Os NAF consistem numa inovação institucional de abrangência territorial que reúne as condições objetivas de sua permanência e evolução como agências territoriais de desenvolvimento. Essa é, sem dúvida, a única experiência no Brasil, cuja metodologia serve de referência para que se consolide a ideia de que nos territórios apoiados pela política de desenvolvimento territorial, do MDA/Secretaria de Desenvolvimento Territorial, é necessária à constituição de uma agência territorial de desenvolvimento, que tenha atribuições executivas e cujo quadro técnico seja preenchido por critérios definidos de seleção e merecimento, sob restrições limitadas de ingerência político-partidária na nomeação e execução das ações. Nesse caso, o controle social seria estabelecido com a presença de cidadãos, representantes de instituições da sociedade civil, representantes do Poder Público municipal, membros de órgãos de classe, Ministério Público Estadual e imprensa, por exemplo.

O aprendizado colaborativo e as condições de gestão do conhecimento verificados no NAF Mata Sul apresentam-se como pressupostos para a criação de uma agência pública de direito privado com controle social, criada por lei estadual, de jurisdição territorial, voltada para executar projetos territoriais, articular as políticas públicas federais, estaduais e municipais, incrementando

suas execuções e implementando processos de gestão tecnológica e infraestrutura junto às comunidades rurais, a exemplo do que acontece com o NAF. A agência territorial também executaria o PTDRS e as deliberações do colegiado territorial.

Além do NAF Mata Sul, a ADT-GD do território da Grande Dourados reúne as condições para se institucionalizar como uma agência pública de direito privado com controle social, para que possa haver dotação orçamentária e receber aporte de recursos públicos de outras instituições de direito público interno e internacional.

Embora esse tema não tenha surgido nos NAF dos territórios Nordeste Paraense (PA) e Sisal (BA), essa discussão pode ser fomentada entre instituições da sociedade civil que compõem o NAF e os colegiados territoriais, órgãos estaduais e federais e Poder Público municipal. Da mesma forma, intercâmbios de discussão sobre esse tema podem ser realizados entre os NAF dos quatro territórios.

Cada situação que envolve o funcionamento do NAF nos territórios será determinante para o estabelecimento da natureza jurídica e as formas de criação e atuação da agência. O ideal é que não haja impedimentos jurídicos para que a agência possa utilizar diretamente recursos dos orçamentos públicos para a execução dos projetos territoriais.

A natureza jurídica da agência poderia ser uma das seguintes:

- pública de direito privado (empresa);
- OSCIP (sociedade civil sem fins lucrativos).

A agência territorial de desenvolvimento teria as seguintes atribuições precípua:

- a. executar as políticas territoriais;
- b. implementar a gestão tecnológica;
- c. articular as políticas públicas no território sob sua jurisdição.

Tornam-se importantes o intercâmbio e visitas recíprocas entre representantes das instituições executoras e parceiras de cada NAF para que conheçam experiências de funcionamento de cada núcleo.

Segundo Medeiros, Wilkinson e Lima (2002), no sistema agroindustrial de grande porte, as estruturas de coordenação e domínio se estabelecem e por si só são capazes de determinar a dinâmica da inovação e da gestão tecnológica, enquanto na agricultura familiar, há necessidade de se encontrar formas, mecanismos organizacionais e institucionais capazes de prover essa gestão tecnológica.

Menciona-se o exemplo da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – Ceplac, autarquia federal brasileira que atua no sul da Bahia, Estado do Espírito Santo e região amazônica, voltada para pesquisa, desenvolvimento e extensão tecnológica, sendo a lavoura cacaueira a principal atividade-fim da autarquia.

A Ceplac, nos anos de 70 e 80 do século XX, atuou como uma verdadeira agência territorial de desenvolvimento, utilizando parte dos recursos provenientes da exportação de cacau, com a construção de pontes, abertura e conserto de estradas vicinais, promoção de eventos científicos e apoio às demais ações de infraestrutura. Embora se questione a ação conservadora, restrita a interesses dos grandes cacauicultores, líderes políticos regionais, a instituição, além da sua atribuição de pesquisa, desenvolvimento e extensão, exerceu papel importante no desenvolvimento da região cacaueira da Bahia, numa perspectiva de ação territorial.

Do ponto de vista da articulação da política de CT&I e de desenvolvimento pela agência territorial de desenvolvimento, Medeiros, Wilkinson e Lima (2002) apresentam algumas das principais demandas para o setor de CT&I em apoio à agricultura familiar:

a) normalização da pequena agroindústria

- revisão e elaboração de normas e *standards* apropriados para empreendimentos em pequena escala bem como a identificação de equipamentos apropriados de medição;
- pesquisas apoiadas em critérios científicos que possam confirmar a (in) validação da legislação que prejudica a pequena agroindústria.

b) normalização da agroindústria artesanal

- pesquisas sobre as bases biológicas da qualidade de produtos tradicionais; fermentos no caso de iogurte, bactérias no caso de queijos e salames; bem como pesquisa no uso de métodos biológicos de preservação como alternativas a químicos – vinho ao invés de nitratos no salame, conservantes naturais para bolos de mandioca, milho verde etc. Estudos do tempo de prateleira desses produtos;
- desenvolvimento de catálogos com caracterização dos produtos de qualidade típicos da agricultura familiar;
- pesquisas para definir, junto aos produtores os processos produtivos (matéria-prima, equipamentos e maquinaria) apropriados para garantir a qualidade e autenticidade dos produtos artesanais, visando à sua certificação.

c) viabilização técnica da pequena agroindústria

- identificação e catalogação de máquinas e equipamentos apropriados à pequena agroindústria bem como de seus fornecedores e o estímulo à sua adaptação/produção nas escalas adequadas;
- desenvolvimento de plantas em escala apropriada à pequena agroindústria – módulos de processamento básicos, respeitando as normas gerais de sanidade e fluxo de produção, compatíveis com a disponibilidade de material de cada região e adaptáveis a cada linha de produção, vegetais, animais, doces, panificação etc.;
- desenvolvimento de plantas em escala apropriada para a captação e tratamento de água na propriedade com destino sustentável das águas servidas;

- aproveitamento dos subprodutos gerados na propriedade agrícola;
- desenvolvimento de embalagens artesanais biodegradáveis confeccionadas com materiais locais;
- desenvolvimento de fluxogramas e sistemas de produção para pequena escala com custo/benefício viável para produtos tais como: corantes naturais – urucum – ervas aromáticas – chás e temperos – ervas medicinais, féculas diversas, milho pré-cozido para cuscuz, verduras minimamente processadas e acondicionadas em atmosfera modificada, sucos doces, queijos, embutidos e defumados – suínos, caprinos, ovinos, aves, peixes.

d) estudos de mercado

mapeamento local, regional e nacional dos mercados artesanais, institucionais, orgânicos, solidários, éticos e de nicho que possam ser supridos pela produção.

e) capacitação

- programas de informática ou planilhas simplificadas para a elaboração do custo final do produto e viabilização operacional de produção sazonalizada;
- programas de informática para gerenciamento dos pontos críticos da atividade dirigidos aos proprietários, técnicos e entidades que dão assistência a estas agroindústrias;
- programas de capacitação de recursos humanos para treinamentos dos pequenos produtores, dentro da lógica da economia rural familiar. Estas iniciativas de capacitação devem privilegiar a formação dos jovens no campo.

f) promoção de atividades rurais não agrícolas.

Inúmeras demandas podem ser mencionadas tanto para temas de C,T&I, quanto temas de desenvolvimento. A agência territorial de desenvolvimento tem a atribuição de coordenar as

ações públicas e comunitárias visando o desenvolvimento dos territórios rurais. Entre suas funções, destacam-se as seguintes:

- a) executar os projetos territoriais;
- b) implementar ações de geração, transferência e socialização de conhecimentos e tecnologias;
- c) articular políticas públicas em sua área de jurisdição.

Bava (2004) cita as feiras diretas do produtor, organizadas por prefeituras e que viabilizam a comercialização sem intermediários dos produtos hortifrutigranjeiros produzidos no município e que reforçam a economia local e favorecem tanto o consumidor quanto os agricultores familiares. Outra experiência é a das patrulhas mecanizadas, conjunto de máquinas e implementos agrícolas adquiridos pela prefeitura e alugados a preços módicos às cooperativas de agricultores familiares, que administram sua utilização.

Ainda menciona-se a existência de políticas públicas que dão mais amplitude e qualidade às tecnologias sociais, como a figura dos agentes comunitários de saúde e o programa saúde da família, com excelentes resultados segundo Bava (2004), em que não é a família que se desloca aos órgãos públicos de saúde, mas as equipes de saúde da prefeitura que vão às casas das famílias.

## AS SEDES UNIVERSITÁRIAS MUNICIPAIS (SUM), EM CUBA

A ideia das Sedes Universitárias Municipais (SUM<sup>3</sup>) surge de um processo iniciado no início dos anos 2000 no âmbito da universalização do ensino superior, em Cuba. Segundo Jover, Montalvo e Ones (2006), o conceito de nova universidade consiste em uma ideia em construção, ao estruturar parte das transformações revolucionárias em curso, incorporando novas dimensões.

---

3 A SUM surge no contexto do Projeto *Yaguajay de Salud*, no início dos anos 2000, com referência aos objetivos de Saúde para Todos, estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde.

Uma dessas dimensões consiste na gestão do conhecimento e o contexto territorial.

As SUM são concebidas a partir de 2002 como parte dos processos sociais que se desencadearam nos marcos da Batalha de Ideias, cumprindo as aspirações da Conferência Mundial da Unesco, de 1998. Os estudos superiores em modalidade de presença institucional direta, juntamente com modalidades formativas semipresenciais assistidas, são levados a todos os municípios do país, sem exceção. O entorno social é parte da própria instituição de ensino superior aportando infraestrutura, profissionais e recursos materiais.

A ideia força na noção de que nova universidade está associada à possibilidade de gerar sólidos nexos entre instituições de educação superior e os territórios. A nova etapa da institucionalização dota os territórios de instituições universitárias antes inexistentes. Surge uma universidade do território que reúne uma parte significativa de pessoas mais qualificadas em cada região. Essas pessoas têm conhecimentos, contatos com pessoas e instituições que possuem conhecimentos, tecnologias, conhecem e podem investigar os problemas dos territórios onde atuam. Pessoas e instituições, através de redes formais e informais, podem tecer redes e propiciar fluxos de conhecimentos que atendam os diversos problemas sociais, culturais e econômicos dos territórios.

Na “nova universidade” cubana, surgem oportunidades inéditas de disponibilizar conhecimentos para a solução de problemas territoriais, criando-se um novo ator coletivo, potencialmente destinado à inovação, viabilizando a criação de competências para a assimilação e criação de tecnologias e saberes de significação social, em conexão com outros atores políticos, administrativos e educativos no território.

As Sedes Universitárias Municipais constituem um ente local que aglutina pessoas e inovações, com a presença de agentes re-

gionais, provinciais e nacionais que podem construir redes pelas quais se transmitam conhecimentos, tecnologias, que permitem atender a necessidades sociais dos territórios. As SUM, assim como os NAF, constituem uma inovação institucional que abre novas possibilidades com instituições dinamizadoras da gestão do conhecimento, a investigação, o desenvolvimento e a inovação nos territórios.

Tem-se uma nova institucionalidade da educação superior que assume, em maior medida, a problemática territorial, sendo que a função que se atribui à universidade no território é plural, não reducionista à formação profissional a certos perfis e disciplinas.

Este projeto pedagógico e metodológico em curso aponta algumas mudanças fundamentais, sendo que o conhecimento passa a ser produzido no contexto de sua aplicação, diferentemente do que sugeriam os modelos tradicionais, em que, na maioria das situações, o conhecimento se produz orientado à sua aplicação. A inovação aparece como chave. O novo modelo rompe com a ideia de monopólio cognitivo por parte de umas e outras instituições, como as universidades, e assume-se que o conhecimento está socialmente distribuído, necessitando-se o trabalho em redes, não somente acadêmicas, como afirmam Jover, Montalvo e Ones (2006).

As SUM configuram-se como um ator que em um conjunto de atividades epistêmicas que inclui a investigação e privilegia a transferência de tecnologias e saberes em função do desenvolvimento local. A gestão do conhecimento consiste em colaborar com a identificação de problemas locais que requer o conhecimento para sua solução e identificação das organizações e pessoas que podem construir nexos, redes e fluxos de conhecimentos que permitam a assimilação, avaliação, processamento e utilização desses conhecimentos.

As SUM devem atuar como agentes na **construção social do conhecimento**. A produção de conhecimento em nível local é de natureza epistemológica; os problemas abordados são complexos e compreendem uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, como problemas de alimentação, vivência, saúde, violência familiar, em que as soluções estão na combinação dos conhecimentos disciplinares existentes. Inclui-se ainda o valor do conhecimento a partir da etnociência, o qual as SUM podem recuperar como parte da cultura.

Os atores envolvidos nas SUM são as universidades, centros de pesquisa, administração local, empresários, agentes políticos, organizações profissionais e sociais, movimentos sociais em fórum, representantes locais dos ministérios. Cada um dos atores tem diferentes funções na rede.

A ideia integrada de gestão do conhecimento, da ciência, da tecnologia e a inovação para o desenvolvimento local sugere que as clássicas separações entre pesquisa, pós-graduação e extensão tornam-se irrelevantes no plano local. Muitos dos problemas sociais que o conhecimento deve atender não requererão pesquisa científica no plano tradicional. Muitos problemas poderão ser resolvidos com a transferência de conhecimentos pela via dos cursos de capacitação e outros meios pedagógicos.

Como afirmam Senti e Cárdenas (2006), a principal missão da gestão do conhecimento é criar um ambiente em que o conhecimento e a informação disponíveis em uma organização sejam acessíveis e possam ser usados para estimular a inovação e melhorar a tomada de decisões. Isto significa criar um ambiente em que a informação e o conhecimento sejam valorizados, compartilhados e utilizados a fim de cumprir seus propósitos.

Entre os principais aspectos para a gestão atual do conhecimento, estão os seguintes:

- a. criação de comunidades de conhecimentos a fim de garantir o fluxo de conhecimentos;
- b. dispor de uma intranet para o intercâmbio de informações, conhecimentos e experiências;
- c. atualização sistemática da informação necessária para agilizar e fazer mais efetiva a tomada de decisões;
- d. dispor de uma base de dados;
- e. fazer a gestão do conhecimento tácito e convertê-lo em conhecimento explícito;

Com o processo de universalização do ensino superior em Cuba, a partir da criação das sedes universitárias municipais, abrem-se novas oportunidades e possibilidades de acesso à educação superior ao assegurar de forma massiva os estudos universitários em terceiro nível de ensino. A universidade no município significa não somente uma ampliação das possibilidades de estudar uma carreira universitária, mas gerar novos conhecimentos em diferentes ramos da ciência, assegurando a contínua superação pós-graduada aos profissionais universitários que se encontram realizando seu trabalho, divulgando os resultados científico-técnicos e contribuindo ao crescimento e desenvolvimento econômico-social do território.

As SUM difundem e promovem a cultura, a pesquisa e a inovação tecnológica na localidade. As SUM ampliam as possibilidades de ingresso à educação superior para jovens desvinculados dos estudos e trabalho, para quadros dirigentes das organizações juvenis e de massas, trabalhadores do açúcar atingidos pelo fechamento de fábricas de açúcar e a população em geral.

Nos processos de aprendizagem grupal, os estudantes tornam-se trabalhadores sociais e realizam seu trabalho diário nas comunidades, acompanhando as pessoas com dificuldades socioe-

conômicas. Da mesma forma, quando se trata de profissionais que aprendem a ensinar, está-se tratando de graduados universitários em exercício de suas respectivas profissões, inseridos nas SUM e que não tenham tido formação nem experiência pedagógica anterior para a docência e o extensionismo.

Requer-se um período mais ou menos longo para que cada professor veja suas próprias experiências, sofra decepções e desfrute dos primeiros êxitos de seus estudantes e dele mesmo, experimentando múltiplas sensações que o convenceram quanto às possibilidades de continuar, ou não, realizando este tipo de trabalho, sendo que cada um deverá ter tempo para as suas próprias conclusões, encontrando as próprias limitações e definindo os prazos e metas a alcançar, os meios e métodos para alcançar seus objetivos, como afirmam Morales e Suayero (2006).

Toda a complexidade do processo encontra-se nos meios e métodos para que os profissionais que não eram docentes, e que agora o são de fato, aprendam a ensinar, mostrem e modifiquem as estratégias de aprendizagem que requerem os alunos, imersos em trabalho social, e que lutam para transformar a realidade de suas comunidades ao tempo em que se convertem nos principais sujeitos e objetos de troca de condutas, modos de atuar e pensar.

Salienta-se que, em 2007, quanto à formação de recursos humanos de alto nível para atividades de P&D, as universidades cubanas formaram 469 doutores, número duas vezes maior que os 230 formados em 1990.

Embora tenha aumentado em termos absolutos o número de doutores formados por ano no período analisado, Joseph (2010) afirma que sua participação em relação à América Latina reduziu em 7% aproximadamente, acontecendo com os demais países da América Latina e Caribe, com uma queda média de 15,79%, com exceção do Brasil e México, sendo que o Brasil é o país da região que mais forma doutores por ano.

Quanto ao índice pessoal ocupado em atividades de P&D em relação à população economicamente ativa, Cuba apresenta valores aproximados a 14,6 (cada 1000), superiores a países como Japão, Alemanha, Coreia, México, Brasil e Argentina, influenciados pelo tamanho reduzido da PEA cubana em comparação com a de outros países.

Na Europa e América do Norte, uma porcentagem elevada dos pesquisadores e tecnólogos está alocada no setor privado, com 45% e 80% respectivamente; na América Latina, o setor público emprega a maior parte desse pessoal, seja em instituições de pesquisas ou de ensino superior, com aproximadamente 80%, ou seja, 20% desse pessoal estão empregados no setor privado. Em Cuba, todo o pessoal ocupado nas atividades de P&D está empregado no setor público, incluindo as universidades e centros de P&D (Joseph, 2010).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comparação entre a experiência dos NAF, SUM e a previsão de implantação de agências territoriais de desenvolvimento, como ente executivo das políticas territoriais, em atuação conjunta com os conselhos territoriais deliberativos, consiste em uma ideia de política pública que visa demonstrar, a partir das metodologias de gestão tecnológica dos NAF, a importância das agências territoriais na execução dos interesses e projetos de âmbito regional, que correspondem aos interesses da população e demais coletividades institucionais territoriais.

Um novo processo de discussão pode ser alcançado, como um de seus resultados institucionais externos, e não previsíveis, inicialmente, e que consolida a preocupação e a necessidade de institucionalização dos NAF para além mediante a Lei das Agências Territoriais, cujas diretrizes podem ser estabelecidas em âmbito federal e a estrutura administrativa em âmbito estadual

com diretrizes complementares, uma vez que sua jurisdição ficará limitada a espaços territoriais dos Estados-membros, reconhecidos por leis e atos administrativos estaduais.

A articulação entre uma instância deliberativa (colegiado territorial) e uma instância executiva (NAF para uma agência territorial) apresenta-se como um modelo de gestão inovador no Brasil, em torno de novas institucionalidades que asseguram certa jurisdição e competência institucional na execução de políticas de desenvolvimento em âmbito territorial. Essa experiência do território da Mata Sul, no Estado de Pernambuco, já indica um horizonte de consolidação dessas institucionalidades territoriais no Brasil, que não se limitam à atual estrutura federativa, baseada na divisão entre União Federal, Estados-membros e municípios.

Gestão e inovação tecnológicas por si só não são suficientes para impulsionar processos outros de desenvolvimento econômico e social, embora a estes sejam necessários, principalmente em situações de desigualdade social, carência em infraestrutura e outras políticas sociais, como educação e saúde, em comunidades rurais ou de baixa renda. Gestão tecnológica e desenvolvimento econômico e social podem ser dois horizontes de programas.

Assumir e consolidar a metodologia dos NAF, como uma linha institucional significa tornar o tema do desenvolvimento-tecnologia, como categorias inseparáveis e de uma única totalidade gnosiológica, um objeto de pesquisa permanente, para onde podem convergir projetos de pesquisa de natureza e ações diversas, coordenados e executados por pesquisadores, analistas e equipes, não somente das Ciências Sociais Aplicadas e Humanas, mas também das outras áreas do conhecimento.

As SUM difundem e promovem a cultura, a pesquisa e a inovação tecnológica na localidade. As SUM ampliam as possibilidades de ingresso à educação superior para jovens desvinculados dos es-

tudos e trabalho, para quadros dirigentes das organizações juvenis e de massas, trabalhadores do açúcar atingidos pelo fechamento de fábricas de açúcar e a população em geral.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta. *A apropriabilidade dos frutos do progresso técnico*. In: Victor Pelaez, Tamás Szmrecsánuyi (Orgs). *Economia da Inovação*. São Paulo: Editora Hucitec/Ordem dos Economistas do Brasil, 2006, p. 232-259.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BAÑULZ, Angel Magin Carnero. Inserción de la sede universitaria en el municipio: nuevas perspectivas en Palma Soriano. In: *La Nueva Universidad Cubana y su contribución a la universalización del conocimiento*. Colectivo de autores. La Habana: Editorial Félix Varela, 2006, p. 106-15.

BAVA, Silvio Caccia. Tecnologia social e desenvolvimento local. In: Lassance Jr. et al. *Tecnologia social – uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

CÁRDENAS, Francisco Benítez; GUTIÉRREZ, Dimas Hernández; HERRERA, Berta Pichs; HERNÁNDEZ, Ynocencio Sánchez; BERGONDO, Orbis Ávila. El impacto de la universalización de la educación superior en el proceso docente educativo. In: *La Nueva Universidad Cubana y su contribución a la universalización del conocimiento*. Colectivo de autores. La Habana: Editorial Félix Varela, 2006, p. 147-55.

CALLOU, Ângelo Brás Fernandes et al. *O estado da arte do ensino da Extensão Rural no Brasil* (relatório de pesquisa). Itamaracá (PE): Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), 2008.

CAMPOS, André Luiz Sica de. Ciência, Tecnologia e Economia. In: Victor Pelaez, Tamás Szmrecsánuyi (Orgs). *Economia da inovação*. São Paulo: Editora Hucitec/Ordem dos Economistas do Brasil, 2006, p. 137-167.

CAPINAN, Ubiraneila. *O quilombo remanescente de Jurema, Monte Santo – BA: breve relato de sua história e organização sociocultural* (relatório técnico). Salvador: 2010.

CAPORAL, Francisco Roberto; HERNANDEZ, Jaime Morales. *La Agroecología desde Latinoamérica: avances y perspectivas*. Disponível em: [www.redecapa.org.br](http://www.redecapa.org.br) Acesso em 10 de nov. de 2008.

CENTRO DE PESQUISA E FOMENTO EM TECNOLOGIAS SOCIAIS. *Conceito de Tecnologias Sociais*. Disponível em: [www.itsbrasil.org.br](http://www.itsbrasil.org.br) Acesso em 21 de dez. de 2008.

COUTO, Vitor de Athayde (Coord.). *Tecnologias*. In: *Revista Ops*. Salvador: V.1, n.1, verão, 1996.

DAGNINO, Renato. A tecnologia social e seus desafios. In: Lassance Jr. et al. *Tecnologia social – uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

DAGNINO, Renato; BRANDÃO, Flávio Cruvinel; NOVAES, Henrique Tahan. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: Lassance Jr. et al. *Tecnologia social – uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

DUFUMIER, Marc. *Projetos de desenvolvimento agrícola – manual para especialistas*. Trad. Vitor de Athayde Couto. Salvador: EDUFBA, 2007.

EMBRAPA. *Marco referencial em Agroecologia*. Brasília, Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

EMBRAPA. Projeto: Componente 3 – Núcleos piloto de informação e gestão tecnológica para a Agricultura Familiar. Brasília, 2004, 26 p.

FELIÚ, Andrés Ramírez. Sistema para la superación posgraduada, la ciencia y la innovación tecnológica en la SUM. In: *La Nueva Universidad Cubana y su contribución a la universalización del conocimiento*. Colectivo de autores. La Habana: Editorial Félix Varela, 2006, p. 227-31.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

GARCÍA, Lissete Durán; CRUZ, Abel Bordón; QUIÑONES, Nieves Cruz. El sistema de gestión de los recursos humanos en las sedes universitarias municipales. Experiencia de trabajo en la provincia de Ciego de Ávila. In: *La Nueva Universidad Cubana y su contribución a la universalización del conocimiento*. Colectivo de autores. La Habana: Editorial Félix Varela, 2006, p. 233-243.

GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. 11 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

GUARTON, Nora Arrechavaleta; CÁRDENAS, Francisco Benítez; LÓPEZ, Mercedes Bendicho. Las relaciones universidad-territorio desde las sedes universitarias municipales (SUM) en Cuba. In: *La Nueva Universidad Cubana y su contribución a la universalización del conocimiento*. Colectivo de autores. La Habana: Editorial Félix Varela, 2006, p. 116-30.

GUTIÉRREZ, Dimas Hernández; HERRERA, Berta M<sup>a</sup> Pichs; CÁRDENAS, Francisco Benítez. In: *La Nueva Universidad Cubana y su contribución a la universalización*

*del conocimiento*. Colectivo de autores. La Habana: Editorial Félix Varela, 2006, p. 173-86.

HERNÁNDEZ, Ynocencio Sánchez; RIVERA, Raúl de Armas; CABRERA, Rosendo Rivero. Logística de la universalización. In: *La Nueva Universidad Cubana y su contribución a la universalización del conocimiento*. Colectivo de autores. La Habana: Editorial Félix Varela, 2006, p. 131-146.

JOSEPH, Lázaro Camilo Recompensa. O sistema de inovação tecnológica de Cuba: uma análise do avanço científico e os problemas da inovação no período de 1990-2007. Campo Grande (MS): *Anais... 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Sociologia e Administração Rural (Sober)*. Sober, 2010.

JOVER, Jorge Nunez; MONTALVO, Luís Félix; ONES, Isarelis Pérez. La gestión del conocimiento, la ciencia, la tecnología y la innovación en la nueva universidad: una aproximación conceptual. In: *La Nueva Universidad Cubana y su contribución a la universalización del conocimiento*. Colectivo de autores. La Habana: Editorial Félix Varela, 2006, p. 5-19.

LASSANCE Jr. Antonio E.; PEDREIRA, Juçara Santiago. Tecnologias sociais e políticas públicas. In: *Lassance Jr. et al. Tecnologia social – uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

MACHADO, Gustavo Bittencourt; SILVA, Edna Maria. *Desenvolvimento e inovação no semiárido da Bahia*: identificação de demandas em pesquisa e difusão tecnológica. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), 2007.

MORALES, Oscar Ortiz; SUAYERO, Xiomara Cano. La gestión universitaria en la localidad. Universalización de la educación superior en la isla de la juventud. In: *La Nueva Universidad Cubana y su contribución a la universalización del conocimiento*. Colectivo de autores. La Habana: Editorial Félix Varela, 2006, p. 86-97.

NAVARRO, Carlos M. Mejías; GARCÍA, Luís O. Aguilera. El proceso de universalización y su modelo en la universidad de Holguín. In: *La Nueva Universidad Cubana y su contribución a la universalización del conocimiento*. Colectivo de autores. La Habana: Editorial Félix Varela, 2006, p. 98-105

PÉREZ, Maidelyn Díaz; CARMONA, Martha Arroyo. La gestión de información para la gestión del conocimiento en la innovación del desarrollo. In: *La Nueva Universidad Cubana y su contribución a la universalización del conocimiento*. Colectivo de autores. La Habana: Editorial Félix Varela, 2006, p. 59-67.

PÉREZ, Miguel Torres; ROJAS, Nívia Sánchez. La universalización de la educación superior como alternativa ante el proceso de globalización. In: *La Nueva Universidad Cubana y su contribución a la universalización del conocimiento*. Colectivo de autores. La Habana: Editorial Félix Varela, 2006, p. 187-196.

SANTANA, Juan José Hernández; RODRÍGUEZ, Marta Martínez. Evaluación y acreditación. Experiencia de aplicación en las sedes universitarias. *In: La Nueva Universidad Cubana y su contribución a la universalización del conocimiento*. Colectivo de autores. La Habana: Editorial Félix Varela, 2006, p. 159-171.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula G.; NUNES, João Arriscado. Introdução: Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. *In: Boaventura de Sousa Santos (Org.). Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 21-121.

SAYAGO, Doris. *Linha de Base*. Brasília, mai. 2007, 170 p.

SENTÍ, Vivian Estrada; CÁRDENAS, Francisco Benítez. La gestión del conocimiento en la nueva universidad cubana. *In: La Nueva Universidad Cubana y su contribución a la universalización del conocimiento*. Colectivo de autores. La Habana: Editorial Félix Varela, 2006, p. 49-58.

SUAREZ, Rafael Ojeda. Gestión del conocimiento en el desarrollo local. *In: La Nueva Universidad Cubana y su contribución a la universalización del conocimiento*. Colectivo de autores. La Habana: Editorial Félix Varela, 2006, p. 21-31.

## CAPÍTULO 4

# GESTÃO AMBIENTAL COMPARTILHADA: UMA ANÁLISE SOBRE O ARCABOUÇO INSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM O CONSÓRCIO TERRITORIAL DO RECÔNCAVO BAIANO

Roque Lessa Bispo

## INTRODUÇÃO

A gestão ambiental no âmbito municipal vem sendo assegurada desde a promulgação da Lei Complementar (LC) nº 140/2011 (Brasil, 2011), que regulamenta o Art. 23 da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), e apresenta como objetivo estabelecer mecanismos de cooperação entre os entes federados para a gestão ambiental. Embora esta lei venha sofrendo inúmeras críticas, representa um passo importante para a gestão ambiental compartilhada entre os entes federados. Sabe-se da urgência e dos problemas ambientais que o planeta vem enfrentando ao longo dos séculos, sejam eles numa escala global ou local.

Os municípios precisam lidar com essas questões, assumindo na esfera local o compromisso de constituir estruturas adequadas para gerir essas demandas ambientais. De acordo com Franco

(1999), os municípios têm que assumir seu papel na criação de uma nova consciência e de novas práticas ambientalmente corretas, rompendo ciclos, conceitos, valores e atitudes erroneamente consolidadas, elevando o conhecimento e o respeito pelo meio ambiente ao lugar que efetivamente lhe deve caber.

Com a promulgação da Constituição Federal 1988, foi estabelecida a formação da República Federativa do Brasil pela união dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal e conferiu a autonomia municipal, ratificando que o município tem o poder de gerir seus próprios negócios. Todavia, não é apenas sob a ótica estritamente jurídica que se analisa a descentralização municipal. É no Município que os cidadãos vivem e convivem, e que o dia a dia da vida nacional acontece, e, portanto, nada mais coerente que gerir diretamente os recursos necessários à melhoria da qualidade de vida do povo que ali reside (Figueira, 2020).

Para assumir essas responsabilidades, os municípios necessitam constituir esse arcabouço institucional definido há mais de trinta anos, pela Lei nº 6.938/1981 (Brasil, 1981), que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente. Destaca-se que devido às carências administrativas, no que se referem aos recursos econômicos, recursos humanos, equipamentos diversos, dentre outros, muitos municípios não conseguem organizar administrativamente suas estruturas para lidar com as demandas ambientais locais.

Como forma de apoiar a descentralização da gestão pública de meio ambiente, a Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA), por meio da Superintendência de Políticas e Planejamento Ambientais (SPA), coordena o Programa Gestão Ambiental Compartilhada (GAC), que tem como principal objetivo apoiar os municípios baianos, individualmente ou por meio de consórcios territoriais de desenvolvimento sustentável, para a adequação de suas estruturas municipais de meio ambiente, tendo em vista a Lei Complementar nº 140/11 e a Resolução Cepam nº 4.327/2013, atualizada pela Resolução Cepam nº 4.420/2015.

Com a pretensão de compreender as contribuições do GAC no apoio aos municípios que compõem o Consórcio Territorial do Recôncavo (CTR) para criação e/ou fortalecimento do seu arcabouço institucional, propõe-se neste estudo, acompanhar o atual cenário destes municípios, levando em consideração a quantidade de Conselhos Municipais de Meio Ambiente, Órgãos Municipais de Meio Ambiente, Fundos Municipais de Meio Ambiente e Legislações Municipais de Meio Ambiente. A pesquisa trata de uma abordagem quali-quantitativa que utilizou técnicas de levantamento documental, bibliográfico e estatístico, bem como coleta de informações no banco de dados do IBGE, Pesquisa de Informações Municipais – Munic-2009/2020. Foi dado esse recorte temporal de análise visando perceber avanços ou estagnação no processo de estruturação institucional dos municípios em relação à gestão ambiental.

## PERCURSO METODOLÓGICO

A coleta das informações foi realizada com base nos dados disponíveis no “Perfil dos Municípios Brasileiros, Meio Ambiente, 2009/2020”, conduzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A utilização desses dados permitiu traçar o perfil atual do arcabouço institucional dos 19 municípios que compõem o Consórcio Territorial do Recôncavo, os quais responderam às diversas questões do diagnóstico. O objetivo foi elaborar gráficos comparativos analisando os anos de 2009 e 2020 em relação à estrutura institucional desses municípios e aos mecanismos políticos de gestão ambiental, buscando representar a intenção dos gestores municipais de incorporar aspectos adicionais no tratamento das questões ambientais, além de suas responsabilidades constitucionais.

Reforça-se esse entendimento a partir da reflexão de De Carlos (2006):

Apesar das diferenças estruturais dos municípios brasileiros em termos demográficos, econômicos e culturais, que fazem com que a capacidade institucional e política para articular tais instrumentos sejam extremamente variáveis, existem algumas diretrizes para que o município estruture seu sistema municipal de gestão ambiental e possa dar conta dos diversos impactos resultantes da exploração desordenada de seus recursos naturais e de seu meio urbano (De Carlos, 2006, p. 152).

Para obter um panorama da situação real dos municípios do Recôncavo que integram o consórcio, foram consideradas quatro variáveis que representam os aspectos institucionais na administração dos problemas ambientais municipais, ou seja, a dimensão do Arcabouço Institucional:

1. Existência de órgão municipal de meio ambiente (OMMA).
2. Existência de legislação ambiental municipal específica (Legislação).
3. Existência de Conselho Municipal de Meio Ambiente Ativo (CMMAA).
4. Existência de fundo municipal de meio ambiente (FMMA).

O uso de dados estatísticos é justificado, conforme Batista (2002), porque os métodos estatísticos têm se tornado cada vez mais sofisticados, permeando os processos de gerenciamento através de técnicas de quantificação e sistematização da informação, o que torna o setor público mais eficiente. De Carlos (2006) reforça que esses métodos apoiam a formulação de políticas públicas em diversos níveis.

A sua utilização pioneira esteve associada às contas públicas e ao registro de operações fiscais. Atualmente, o seu uso é cada

vez mais visível no planejamento e nas instituições de pesquisa, dando suporte à tomada de decisão. A popularização do uso de indicadores sintéticos, de simulações dos impactos das políticas públicas, de comparações entre objetivos pretendidos e alcançados e de construção de modelos estatísticos, certamente, permite melhor inferir sobre a realidade.

De acordo com Kerlinger (1980):

Estatística é a teoria e o método de analisar dados obtidos de amostras de observações com o fim de descrever populações, estudar, comparar fontes de variância, para ajudar a tomar decisões sobre aceitar ou rejeitar relações entre fenômenos e para ajudar a fazer inferências fidedignas de observações empíricas (Kerlinger, 1980, p. 353).

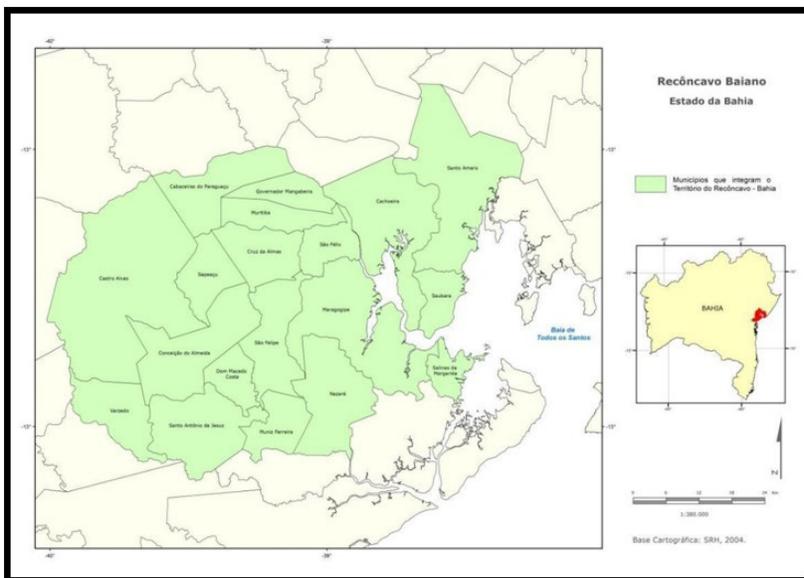
O objetivo de categorizar, ordenar e manipular informações por meio de procedimentos analíticos é transformar grandes quantidades de dados brutos em uma forma interpretável, permitindo a explicação das características das situações e o estudo e interpretação das relações entre as variáveis. A estatística descritiva envolve a descrição de conjuntos de dados por meio de gráficos e tabelas, facilitando a síntese e indicando padrões comportamentais representativos de um grupo, classe ou conjunto de indivíduos (De Carlos, 2006).

## OS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM O CONSÓRCIO TERRITORIAL DO RECÔNCAVO

O Território de Identidade do Recôncavo (TI) está localizado na Mesorregião Metropolitana de Salvador, entre as coordenadas aproximadas de 12°22' a 13°6' de latitude sul e 38°38' a 39°30' de longitude oeste, ocupando uma área de 4.570 km<sup>2</sup> (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2013), o que corresponde a

aproximadamente 0,8% do território estadual. É composto administrativamente pelos municípios de Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, Sapeaçu, Saubara e Varzedo (SEI, 2015).

**Figura 1:** Mapa do Território de Identidade do Recôncavo.



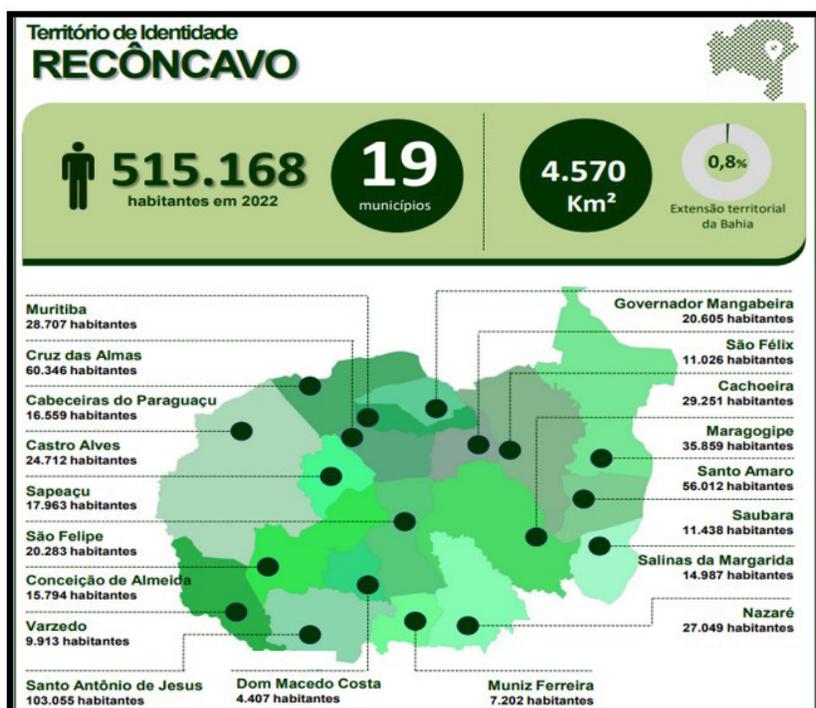
**Fonte:** Codeter Recôncavo, 2017.

O Território de Identidade faz parte da área de abrangência do Semiárido, mas apenas Castro Alves e Cabaceiras do Paraguaçu estão na Região Semiárida. Já Varzedo, Muritiba e Governador Mangabeira estão dentro do Polígono das Secas (além de Castro Alves e Cabaceiras do Paraguaçu). As faixas climáticas são bem distribuídas entre os tipos subúmido a seco no Oeste, úmido a subúmido na porção central e úmido, no Leste. Chove até 1.000 mm na faixa subúmida à seca, pouco, comparando com a área mais

próxima ao litoral, que atinge até 2.400 mm de pluviometria, e apresenta temperatura média anual em torno dos 24,7°C (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 1999).

Segundo o IBGE (2022), a população do Território do Recôncavo era de 515.168 habitantes, em 2022, representando 3,6% da população total da Bahia. Em termos absolutos, Santo Antônio de Jesus é o município com maior concentração populacional, com 103.055 habitantes, seguido por Cruz das Almas, com 60.346 habitantes. Dom Macedo Costa, por outro lado, é um dos municípios com menor população do Estado da Bahia, com 4.407 habitantes (Ver figura 02).

Figura 2: Território de Identidade Recôncavo.



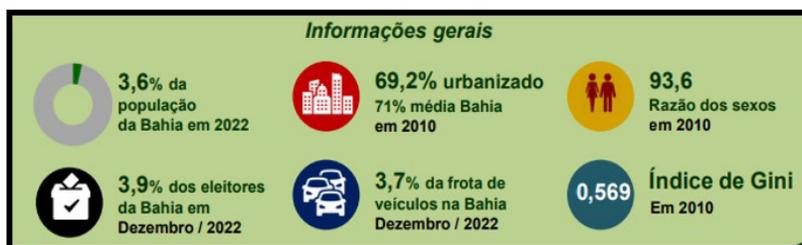
Fonte: Censo Demográfico (2022; 2010); IBGE (2022); TSE (2023); Brasil (2022). Elaboração: Coest/SEI, (2023).

Considerando a distribuição por domicílio, em 2010, havia uma predominância de habitantes na zona urbana do Território de Identidade do Recôncavo (69,2%), enquanto 30,8% residiam na zona rural. Em comparação, o Estado da Bahia tinha uma taxa de urbanização de 72,1%, indicando que uma parte significativa da população do território vivia em áreas urbanas. No censo de 2022, a taxa de urbanização média dos municípios que compõem o Território do Recôncavo foi de 69,2%. A figura, a seguir, mostra também que 3,9% dos eleitores da Bahia estão no território, seguidos por 3,7% da frota de veículos.

Em relação à distribuição por gênero em 2010, o Território de Identidade do Recôncavo apresentava um número superior de mulheres em comparação aos homens, com 266.361 mulheres e 248.431 homens. Isso representava uma proporção de 51,7% para mulheres e 48,3% para homens. A diferença aumentou em relação ao censo anterior, com 93,6 homens para cada 100 mulheres. Apenas dois municípios apresentavam um número de homens superior ao de mulheres: Maragogipe e Muniz Ferreira.

Em termos socioeconômicos, os municípios do Território do Recôncavo apresentaram um perfil semelhante nas variáveis analisadas, conforme o Índice de GINI de 0,569 registrados no censo demográfico de 2011. Veja Figura 3:

Figura 3: Informações Gerais.



Fonte: Censo Demográfico (2022; 2010); IBGE (2022); TSE (2023); Brasil (2022).

Elaboração: Coest/SEI, 29 de junho de 2023.

O Território de Identidade do Recôncavo é destacado no Estado da Bahia por preservar intensas tradições culturais de matrizes africanas. Essa característica é evidente nas diversas manifestações populares presentes em todos os municípios do território, destacando-se o Bembé do Mercado em Santo Amaro da Purificação, a Capoeira em Cabeceiras do Paraguaçu, o Carnaval de Maragogipe em Maragogipe e a Festa da Boa Morte em Cachoeira (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, 2015).

## DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DE MEIO AMBIENTE NOS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM O CONSÓRCIO TERRITORIAL DO RECÔNCAVO BAIANO

Os consórcios públicos intermunicipais emergem como uma alternativa crucial para fortalecer e integrar os governos locais, permitindo a colaboração mútua na consecução de objetivos comuns que não poderiam ser alcançados pela atuação isolada dos municípios. Esses consórcios introduzem inovações na gestão que possibilitam a execução de serviços e políticas públicas com maior eficiência, agilidade e transparência, além de racionalizarem e otimizarem o uso dos recursos públicos (CNM, 2016).

Essa forma de cooperação é especialmente importante para muitos municípios, principalmente os de pequeno e médio porte, que frequentemente enfrentam limitações na arrecadação de impostos e dificuldades financeiras para oferecer determinados serviços à população local. Na Bahia, existem atualmente 28 arranjos de cooperação entre municípios, dedicados ao desenvolvimento econômico em áreas como agricultura, meio ambiente, saúde, educação, ação social, infraestrutura, turismo e economia. O Consórcio Territorial do Recôncavo é um exemplo desses arranjos, integrando 19 municípios com características e potencialidades distintas, especialmente no que diz respeito à gestão ambiental.

A descentralização das políticas ambientais, desde a Constituição Federal de 1988, não é apenas um processo administrativo, mas também um processo político significativo para a autonomia dos municípios. No entanto, essa descentralização não foi exclusivamente resultado da Constituição; diversos fatores indicavam que era o caminho mais viável. A descentralização financeira foi especialmente importante por facilitar a relação dos governos com as sociedades, possibilitando a resolução dos problemas locais (Souza, 2002).

O processo de descentralização da gestão ambiental, já presente na esfera estadual, foi expandido para o âmbito municipal. Entende-se que o município é a instância mais adequada para enfrentar os desafios ambientais, dado que todos os impactos ambientais são, essencialmente, locais, reforçando o lema ambientalista “pensar globalmente, agir localmente”. O município, como uma unidade administrativa que engloba áreas urbanas e rurais, enfrenta o desafio de cumprir uma agenda que promova os princípios do Programa Gestão Ambiental Compartilhada.

Entre as ações propostas pelo Programa estão: capacitar os técnicos municipais para fortalecer os sistemas municipais de meio ambiente; apoiar o planejamento integrado das ações ambientais locais em colaboração com instâncias regionais de gestão e planejamento; transferir a responsabilidade pelo licenciamento ambiental de atividades de impacto local para os municípios; apoiar o desenvolvimento de consórcios intermunicipais para gestão ambiental, facilitando o compartilhamento de recursos técnicos, licenciamento e monitoramento ambiental, especialmente para municípios menores com maiores desafios econômicos; e fornecer equipamentos e programas de informática para estruturar os órgãos municipais de meio ambiente.

Para que os municípios do Consórcio Territorial do Recôncavo possam efetivamente assumir uma gestão ambiental voltada para atender às demandas locais, é essencial estruturar um ar-

cabouço institucional que permita a construção de uma agenda clara para as ações da organização municipal de meio ambiente. As informações disponíveis sobre esses municípios indicam que são predominantemente de pequeno e médio porte, enfrentando desafios significativos como a falta de equipes multidisciplinares, infraestrutura adequada e recursos financeiros suficientes.

Consciente desses desafios e da urgência em estabelecer uma política de gestão ambiental no Território, o Governo do Estado da Bahia desenvolveu o Programa de Gestão Ambiental Compartilhada para apoiar os municípios na estruturação dessas instituições. Nesse contexto, esta pesquisa visa contribuir, refletindo sobre algumas questões cruciais: os municípios que compõem o TI Recôncavo estão preparados para assumir as responsabilidades da gestão ambiental compartilhada? Quais são os principais desafios e oportunidades enfrentados por esses municípios na estruturação da gestão ambiental local? As estruturas atuais são adequadas para esse fim? E, por fim, quais são as possibilidades de melhoria para promover uma gestão ambiental compartilhada de maneira eficaz?

Este estudo não pretende apenas responder essas questões de forma conclusiva, mas sim direcionar o olhar para a política pública, buscando identificar oportunidades para fortalecer os municípios dentro do Território de Identidade do Recôncavo, de modo que possam assumir com comprometimento e responsabilidade as políticas de gestão ambiental local.

De acordo com a CNM (2016):

É muito importante poder gerir o Meio Ambiente local, pois, assim, os municípios podem planejar melhor seu modelo de desenvolvimento. O município com uma estrutura de meio ambiente eficaz e apta a licenciar: atrai mais investimentos; agiliza a implantação de novos empreendimentos; evita o des-

locamento do empreendedor à capital para requerer a licença; aumenta seus recursos com a cobrança de taxas de licenciamento e recebimento de parte dos recursos da Taxa de Controle e Fiscalização cobrada pelo Ibama ou órgãos estaduais; facilita o acesso a financiamentos; diminui a sobrecarga de trabalho dos órgãos estaduais de licenciamento, que passarão a ficar responsáveis apenas pelo licenciamento de grandes empreendimentos com alto potencial de impacto ambiental; demonstra ser uma administração municipal responsável e consciente da pauta mundial de Meio Ambiente (CNM, 2016, p. 3).

A gestão ambiental nos municípios vai além da gestão das questões ambientais; envolve também a adoção de políticas responsáveis alinhadas com os princípios globais de preservação e sustentabilidade. A consolidação de uma política ambiental municipal deve assegurar autonomia e condições institucionais para que os municípios possam enfrentar essas demandas com eficácia.

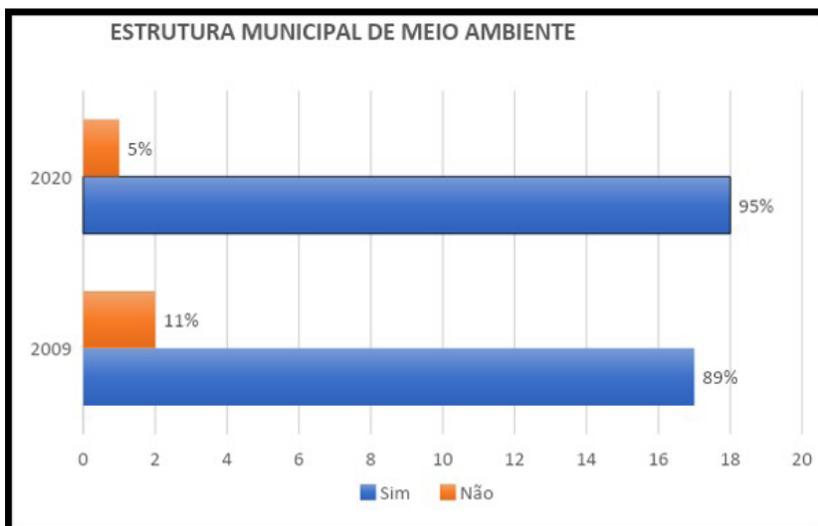
Como mencionado anteriormente, esta pesquisa se propôs a analisar como o Programa de Gestão Ambiental Compartilhada (GAC) tem contribuído para apoiar os municípios. Para isso, foram considerados dados do Munic/IBGE dos anos de 2009 e 2020. Esse recorte temporal foi escolhido para verificar se houve avanços em relação aos seguintes aspectos:

- Conselhos municipais de meio ambiente;
- Órgãos municipais de meio ambiente;
- Fundos municipais de meio ambiente; e
- Legislações municipais de meio ambiente.

A pesquisa abrangeu todos os 19 municípios que compõem o CTR-21. O primeiro item analisado foi a estrutura administrativa dos municípios, identificando quais já possuíam órgãos institucionais e como esses eram estruturados, além de verificar quais ainda não tinham essas estruturas. Um aspecto relevante abordado foi

a garantia de autonomia dos municípios, detalhando suas competências para que possam assumir integralmente o processo de gestão de forma eficiente.

**Gráfico 1:** Estrutura Municipal de Meio Ambiente.



**Fonte:** Gráfico elaborado pelo autor, a partir de informações contidas no Munic/IBGE 2009-2020.

No Gráfico 1, podemos observar os resultados dos dados sobre as estruturas institucionais presentes nos municípios do CTR-21. Em 2009, 89% dos municípios analisados já possuíam algum tipo de estrutura institucional, enquanto 11% informaram não possuir. Em 2020, houve um aumento no número de municípios com estruturas institucionais, com apenas 5% dos municípios ainda sem nenhum tipo de estrutura.

É relevante notar que, em 2009, Governador Mangabeira e Sapeaçú informaram ter secretaria exclusiva de meio ambiente, 13 municípios declararam ter secretaria compartilhada com outra política, e dois municípios responderam que o setor era subordinado diretamente à chefia do executivo.

De acordo com a proposta do Programa GAC, acredita-se que a presença ou o aumento dessas estruturas nos municípios se relaciona com uma das exigências do programa sobre as competências de gestão ambiental previstas na Constituição Federal. É obrigatória a criação de um órgão ambiental capacitado na estrutura municipal, legislação ambiental municipal e conselho municipal de meio ambiente para que o município esteja apto a participar do GAC por meio de convênios.

É fundamental que os municípios disponham de alguma estrutura institucional para gerir as políticas ambientais, como destaca Leme (2016):

É fundamental dispor de algum tipo de estrutura administrativa para tratar de determinada política pública. Definido o tipo de estrutura – em conjunto ou não com outras políticas –, aloca-se pessoal, recursos e processos relativos a esta política. A estrutura responsável pelo meio ambiente no município pode lidar com agendas positivas, como ações de planejamento, educação ambiental e política tributária de incentivo às formas sustentáveis de produção. Outras ações que tal estrutura pode assumir são as do tipo comando e controle, no tocante às atividades que requerem licenciamento, monitoramento e fiscalização, para as quais se exerce o poder de polícia. Ainda podem ser responsáveis por conservação e recuperação de ecossistemas, unidades de conservação, parques, jardins e recuperação ambiental em áreas rurais. Por fim, lidam com as ações administrativas internas necessárias para propiciar as atribuições anteriores (Leme, 2016, p. 152).

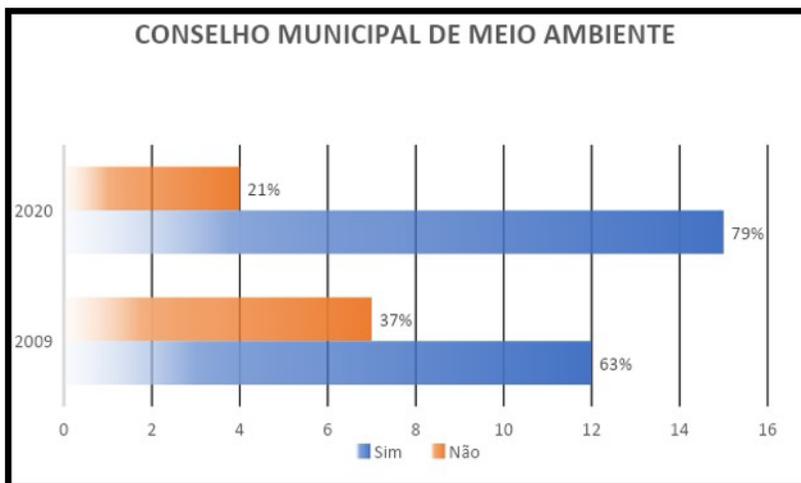
A responsabilidade que os municípios precisam assumir vai requerer que eles disponham de uma importante rede de funcionamento, para que a gestão ambiental possa atender as exigências

de conciliar o desenvolvimento local com as ações sustentáveis. Sem dúvida, a municipalização é um importante potencializador para os entes que integram o TI, podendo proporcionar as mudanças necessárias, como planejar e executar políticas ambientais que gerem respostas eficientes para trazer as mudanças que a população precisa.

Outro ponto analisado refere-se aos municípios que dispõem de Conselhos Municipais de Meio Ambiente (CMMA), um importante órgão dentro da esfera municipal que tende a contribuir com o desenvolvimento de políticas ambientais locais, visando fortalecer, enquanto instância, o planejamento e a tomada de decisão alinhados às boas práticas ambientais. O CMMA tem papel determinante para elaborar e organizar as políticas ambientais no âmbito local; sua função está atrelada a preservação, conservação, proteção, defesa, melhoria, recuperação e controle do meio ambiente e uso adequado dos recursos ambientais dos municípios. No entanto, sabe-se que a simples criação dos conselhos não garante que sua função seja cumprida.

Entende-se a necessidade de instituir os conselhos como um grande passo dentro da descentralização da gestão ambiental, dessa forma, buscou-se no site da MUNIC 2009/2020, os municípios do TI que já tinham implantado os CMMA. No gráfico, a seguir, é possível acompanhar essas informações:

**Gráfico 2:** Conselho Municipal de Meio Ambiente.



**Fonte:** Gráfico elaborado pelo autor, a partir de informações contidas no Munic/IBGE 2009-2020.

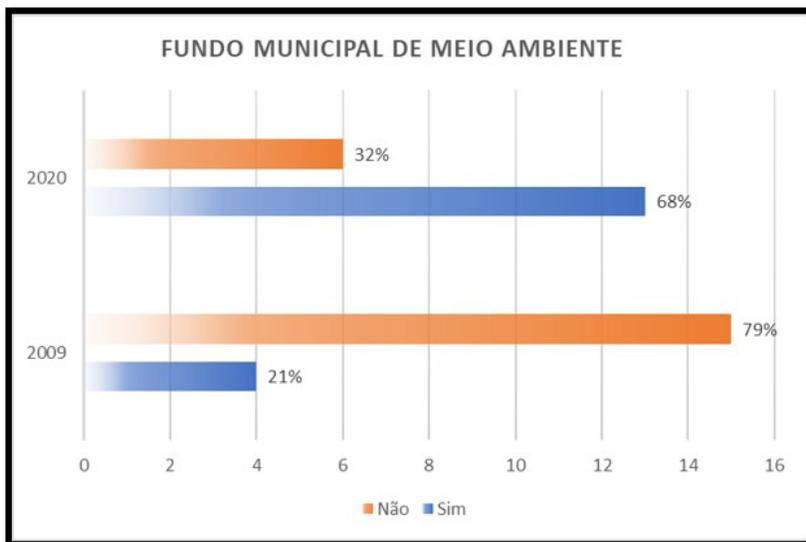
Conforme os dados apresentados no gráfico, nota-se que no ano de 2009, 63% dos municípios já possuíam CMMA e 37% não constavam criação segundo a Munic/IBGE. Quando analisados os dados referentes ao ano de 2020, esse número chega a 79% com CMMA, restando 21% que informaram ainda não possuir conselhos municipais de meio ambiente. Os dados disponíveis na Munic/IBGE não mostram informações qualitativas que evidenciem sobre o funcionamento dos conselhos e se realmente existem o aperfeiçoamento e o controle social de políticas de meio ambiente nos municípios. O que foi encontrado além do quantitativo foi em relação às competências dos CMMA, os quais apresentam caráter deliberativo, consultivo, fiscalizador e normativo. Como já foi sinalizado anteriormente, uma das exigências do GAC para que os municípios passassem a fazer parte do programa é a criação na sua estrutura municipal de gestão ambiental de conselho.

A existência e funcionamento dos conselhos municipais de meio ambiente fortalecem a democracia e estimulam a participação social. É importante que a população local seja estimulada a participar do cuidado com o meio ambiente e possa garantir a representação de seus membros, pois é no conselho que será possível debater e propor o planejamento ambiental do município, criar resoluções para a qualidade ambiental, analisar e conceder licenças ambientais, avaliar recursos sobre aplicação de multas, receber e apurar denúncias, fiscalizar as ações e a destinação de recursos.

A garantia da existência e funcionamento do conselho torna-se um importante aliado no processo de participação popular e, conseqüentemente, levar ao colegiado demandas que realmente são importantes para população, permitindo a existência de amplo debate na tomada de decisão em relação ao contínuo equilíbrio em desenvolvimento e sustentabilidade.

Atrelado à constituição dos conselhos, buscaram-se informações em relação à existência de Fundos Municipais de Meio Ambiente (FMMA). Entende-se que para exercer a gestão ambiental, os municípios precisam, além de estrutura administrativa, recursos humanos e legislação, de fontes de recursos financeiros e uma das possibilidades é a criação dos fundos municipais. Ao analisar as informações disponibilizadas no Munic/IBGE, apresenta-se o gráfico, a seguir, com dados referentes aos municípios que já possuíam FMMA entre os anos de 2009/2020.

**Gráfico 3:** Fundo Municipal de Meio Ambiente.



**Fonte:** Gráfico elaborado pelo autor, a partir de informações contidas no Munic/IBGE 2009-2020.

Dos tópicos propostos para análise, observa-se avanço entre os anos de 2009 a 2020 em relação aos fundos municipais. No gráfico constam os dados disponibilizados na Munic/IBGE, no qual nota-se que em 2009 apenas 21% dos municípios informaram ter FMMA e 79% ainda não tinham. Já em 2020, essa relação quase se inverte, pois 68% municípios declararam já possuir fundos municipais e 32% ainda não possuíam. Os fundos municipais são importantes conforme pontua Leme (2016):

Quanto aos fundos de meio ambiente, trata-se de instrumentos de gestão que podem propiciar melhoria no desempenho e na transparência na aplicação dos recursos, devido à presença de mecanismos de controle social, além dos tradicionais controles na aplicação de recursos públicos. Uma forma de propiciar maior *accountability* na gestão dos recursos é

garantir que os conselhos municipais de meio ambiente deliberem sobre a aplicação destes e, ainda, que estes conselhos funcionem como espaços de controle social (Leme, 2016, p. 15).

No geral, os recursos captados para esse fundo vêm de multas e de atividades relativas à gestão ambiental em âmbito municipal, doações nacionais e internacionais, orçamentos de outras secretarias e entes de governo, entre outros. Deve haver uma legislação no Município que cria o fundo e estabelece as fontes e a forma de aplicação dos recursos. A criação dos fundos pode ser um importante aliado para a realização das políticas ambientais locais, uma vez que a ausência de recursos financeiros torna-se um dos grandes empecilhos para que as prefeituras estruturem sua área de meio ambiente. Assim, o FMMA representa uma porta de entrada para recursos públicos ou não, alocados especificamente para o meio ambiente. É o instrumento financiador da política ambiental do município, responsável por captar e gerenciar recursos financeiros destinados a projetos socioambientais. Conforme descreve os Cadernos de Formação, Volume 2, do Ministério do Meio Ambiente, um fundo bem estruturado e gerido:

- pode receber recursos extraorçamentários e gastá-los sem se sujeitar às regras orçamentárias convencionais como a devolução no fim do exercício;
- previne que recursos arrecadados pelo município e destinados a ações socioambientais sejam gastos em obras para as quais se podem usar recursos do próprio orçamento municipal; possui mecanismos que facilitam a participação social na definição das suas prioridades de ação;
- permite a execução direta e descentralizada das políticas públicas municipais com maior controle da sociedade;

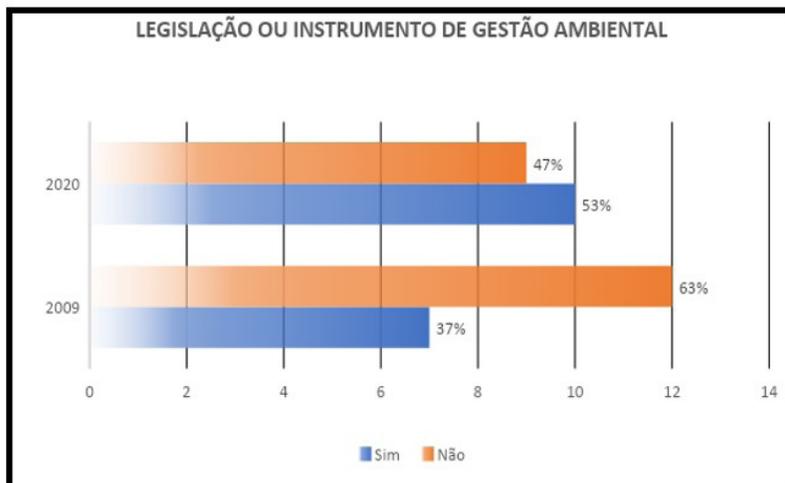
- pode apoiar projetos de órgãos da administração municipal e também de entidades da sociedade civil voltados à solução de problemas ambientais;
- pode executar recursos de outros setores, garantindo a transversalidade na gestão da política ambiental.

Percebe-se que a existência do FMMA, além de habilitar os municípios para acessarem os benefícios do GAC no apoio à descentralização das suas políticas ambientais, representa um importante instrumento de gestão no auxílio dos municípios para executarem suas ações ambientais. Destaca-se que mais de 90% dos municípios brasileiros desconhecem os benefícios que esse instrumento pode trazer (MMA, 2006).

No que se refere à criação de legislação ambiental, observou-se que alguns municípios sinalizaram que possuíam. Conforme um estudo realizado pela Confederação Nacional dos Municípios, em 2009, no qual cita a Lei da Política Nacional de Meio Ambiente no seu art. 6º, está clara a competência dos municípios para legislar sobre o Meio Ambiente. A CF/1988, em seu art. 30, afirma que compete aos municípios legislar sobre assuntos de interesse local. Muitos temas ambientais ultrapassam os limites territoriais do município, como é o caso dos recursos hídricos – entretanto, há diversos aspectos e temas ambientais que podem ser tratados em âmbito local, desde que não contrariem a legislação do estado federado e da União.

A fim de investigar os municípios que já possuíam legislação própria, recorre-se ao Munic/IBGE 2009/2020, obtendo-se o resultado conforme aparece no gráfico a seguir:

**Gráfico 4:** Legislação ou Instrumento de Gestão Ambiental.



**Fonte:** Gráfico elaborado pelo autor, a partir de informações contidas no Munic/IBGE 2009-2020.

O gráfico apresenta, no ano de 2009, que dos municípios observados, 37% já tinham legislação própria ou algum instrumento de gestão ambiental, contrapondo a 63% dos municípios que nesse mesmo período informaram não possuir. Já com os dados do ano de 2020, observa-se que o número de entes com legislação ambiental chegou a 53%, enquanto 47% ainda não possuem legislações próprias.

Observa-se diante dos resultados obtidos em relação à organização institucional dos municípios, que ocorreu um tímido crescimento quando comparamos os dados do ano de 2009 em relação ao ano de 2020. No entanto, acredita-se que existem outros desafios no sentido de operacionalizar esses órgãos, a fim de garantir a autonomia e competência dos municípios em assumir uma gestão ambiental plena que convoque e estimule a participação popular nas tomadas de decisões, que visam a melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

O GAC tem papel importante nesse processo de apoio aos entes municipais, já que propõe através da Resolução Cepam nº 4.420/2015, que tem como fins o fortalecimento da gestão ambiental, mediante normas de cooperação entre os Sistemas Estadual e Municipal de Meio Ambiente, definindo as atividades de impacto ambiental local para fins do exercício da competência do licenciamento ambiental municipal. Esse apoio torna-se vital para a grande maioria destes municípios, pois trata-se de cidades de pequeno e médio porte que disponibilizam poucos recursos para atender toda essa demanda. É importante que a descentralização dessa política ambiental conforme sinaliza Azevedo, Pasquis, Bursztyn, (2014) não esteja atrelada apenas à capacidade institucional e administrativa local, controle social, mecanismos de flexibilização, mas, sobretudo, é de suma importância que o processo ocorra de forma compartilhada com outras instâncias e esferas do governo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa, observou-se a relevância da descentralização das políticas ambientais para estimular a construção da estrutura administrativa dos municípios em relação às organizações municipais de meio ambiente no cenário nacional. Percebe-se que muito ainda precisa ser feito, uma vez que muitos municípios de médio e pequeno porte enfrentam diversos obstáculos para a efetivação de seu arcabouço institucional, decorrentes de fatores que vão desde a falta de profissionais até recursos financeiros insuficientes ou inexistentes.

Os municípios que fazem parte do Consórcio Territorial do Recôncavo não são exceção; constatou-se, através dos resultados, que há muito a avançar dependendo do período e da variável tratada na pesquisa. Além da criação do arcabouço institucional, é crucial garantir a funcionalidade desses elementos essenciais

para a concretização de uma política ambiental municipal. É fundamental que a administração pública incentive e viabilize uma ampla participação popular, pois os avanços na formulação de políticas ambientais devem-se, em parte, ao envolvimento da sociedade na gestão ambiental, execução e acompanhamento de projetos. Outros argumentos que apoiam a participação são: sua importância para a eficácia das políticas de desenvolvimento, sustentabilidade, boa governança, formação e acumulação de capital social, fortalecimento da sociedade civil e democratização (Costa; Cunha, 2003).

Desde a criação da Organização Municipal de Meio Ambiente até o Conselho Municipal de Meio Ambiente, é necessário promover uma ampla participação para fortalecer as tomadas de decisões em relação às boas práticas na gestão dos recursos naturais, localmente. Franco (1999) afirma que o principal desafio da gestão municipal está em assumir seu papel na criação de uma consciência e ações ambientalmente corretas, rompendo ciclos e valores anteriormente considerados ideais, mas erroneamente consolidados. Para isso, os municípios brasileiros precisam combinar uma participação democrática com formas de gestão mais eficientes (Pacheco, 1999). Isso deve ser complementado com o envolvimento da sociedade na formulação, execução e acompanhamento de projetos e políticas ambientais, garantindo mais equidade e articulando as relações entre o local e o global (Jacobi, 1999).

Assim, acredita-se que o maior desafio após os municípios construírem seu arcabouço institucional é garantir seu pleno funcionamento, fortalecendo a democracia e a participação popular para desenvolver um novo modelo de desenvolvimento socialmente justo, considerando os princípios da sustentabilidade. Um município com uma estrutura ambiental justa e participativa pode enfrentar positivamente uma agenda de planejamento de ações, educação ambiental e incentivo às novas formas de produção.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, A.; PASQUIS, R.; BURSZTYN, M. A reforma do estado, a emergência da descentralização e as políticas ambientais. *Revista do serviço público*. Brasília, v. 58, n. 1, p. 37-55, jan./mar., 2007.

BAHIA. Resolução CEPRAM N° 4.420 de 27 de novembro de 2015. Altera a Resolução CEPRAM N° 4.327 de 31 de outubro de 2013, que dispõe sobre as atividades de impacto local de competência dos Municípios, fixa normas gerais de cooperação federativa nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente e ao combate da poluição em qualquer de suas formas. Disponível em <http://www.seia.ba.gov.br/legislacaoambiental/resolucoes?page=1> Acesso em ago. de 2023.

BAHIA. Resolução CEPRAM N° 4.327 de 31 de outubro de 2013. Dispõe sobre as atividades de impacto local de competência dos Municípios, fixa normas gerais de cooperação federativa nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente e ao combate da poluição em qualquer de suas formas, conforme previsto na Lei Complementar n° 140/2011, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.ba.gov.br/meioambiente/sites/sitesema/files/migracao\\_2024/arquivos/File/GAC/150514Resolucao4327ImpactoLocaldosMunicipios.pdf](https://www.ba.gov.br/meioambiente/sites/sitesema/files/migracao_2024/arquivos/File/GAC/150514Resolucao4327ImpactoLocaldosMunicipios.pdf).

BATISTA, Carlos M. Considerações metodológicas para a formulação de políticas no setor público: uma avaliação dos instrumentos adotados. *In: Temas em Políticas Públicas. Cadernos do CEAM – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas*. Universidade de Brasília, ano III, n.10, set., 2002. p. 11-28.

BID/MMA – BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Diálogos de Política Social e Ambiental: aprendendo com os Conselhos Ambientais Brasileiros*. Nova Iorque: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2002.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil: 1988*. Brasília: Câmara dos Deputados. Coordenação de Publicações, 2007.

BRASIL. Lei n° 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6938-31-agosto-1981-366135-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 15 de abr. de 2023.

BRASIL. Lei nº 7.804 de 18 de julho de 1989. Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, a Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, a Lei nº 6.803, de 2 de julho de 1980, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1989/lei-7804-18-julho-1989-366151-norma-pl.html> Acesso em 10 de mar. de 2003.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. Meio Ambiente: desafio e oportunidade para os gestores municipais. Brasília: CNM, 2016.

DE CARLO, Sandra. *Gestão ambiental nos municípios brasileiros: impasses e heterogeneidade* / Sandra De Carlo. Brasília, 2006.

FRANCO, R. M. Principais problemas ambientais municipais e perspectivas de solução. In: PHILIPPI JÚNIOR, A. et al. (Eds.). *Municípios e meio ambiente: perspectivas para a municipalização da gestão ambiental no Brasil*. São Paulo: ANAMMA, 1999. p. 19-32.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC. Perfil dos municípios brasileiros 1999*. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2009/2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC. Perfil dos municípios brasileiros: gestão pública 2009/2020*. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2009/2020.

KERLINGER, Fred Nichols. *Metodologia de pesquisa em ciências sociais – um tratamento conceitual*. São Paulo: Editora Pedagógica e universitária Ltda., 1980.

JACOBI, P. *Poder local, políticas sociais e sustentabilidade*. Saúde e Sociedade. V. 8, n. 1, p. 31-48, 1999.

LEME, Taciana Neto. *Governança ambiental no nível municipal*. 2016.

MMA – Ministério do Meio Ambiente; CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente. *Resoluções do Conama*. Resoluções vigentes publicadas entre julho de 1984 e maio de 2006. Brasília: MMA; CONAMA, 2006.

PACHECO, R. S. Administração pública gerencial: desafios e oportunidades para os municípios brasileiros. In: Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam (Ed.). *O município no século XXI: cenários e perspectivas*. São Paulo: Especial, 1999. p. 39-50.

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Perfil dos Territórios de Identidade – Salvador: SEI, 2016. V. 3. p. Série territórios de identidade da Bahia, v. 2.

SCARDUA, Fernando Paiva; BURSZTYN, Maria Augusta Almeida. *Descentralização da política ambiental no Brasil*. Sociedade e Estado, v. 18, p. 291-314, 2003.



## CAPÍTULO 5

### RENDIMENTOS E ESTRATÉGIAS DOS CAPRINOCULTORES DE LEITE NO SEMIÁRIDO DA BAHIA

Gustavo Bittencourt Machado

#### INTRODUÇÃO

O presente capítulo<sup>1</sup> baseia-se em estudos voltados para compreender as inter-relações entre as rendas agrícolas e não agrícolas, a pluriatividade dos agricultores familiares cujos sistemas de produção se inserem na cadeia produtiva da caprinocultura leiteira e como se integram às estratégias de mercado da Apaeb, considerando o crescimento da atividade e a expansão dos sistemas de criação com caprinos leiteiros das raças Sanei e Pardo Alpina, a fim de incrementar a oferta de derivados e leite *in natura* de cabra.

Trata-se de compreender e analisar a expansão da cadeia produtiva da caprinocultura leiteira no sistema agrário, gado policultura com sisal, no Território do Sisal, Estado da Bahia, considerando as opções tecnológicas dos agricultores na organização

---

1 Texto elaborado de pesquisa realizada entre 2011 e 2013, para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através da Universidade Federal da Bahia.

dos sistemas produtivos, incluindo as combinações entre sistemas de cultivo, sistemas de criação e floresta – associação lavoura-pecuária-floresta, entre rendas agrícolas e não agrícolas, a pluriatividade da agricultura familiar, uma comparação entre sistemas produtivos especializados em caprinos leiteiros e aqueles com caprinos leiteiros diversificados com outras culturas, as políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar, o desenvolvimento territorial e a aquisição de alimentos, assim como as condições de integração vertical, horizontal ou quase integração dos caprinocultores de leite com a agroindústria regional. Neste artigo, consideram-se apenas os dados relativos às atividades com caprinocultores de leite e tecnologias sociais locais identificados.

Entre os objetivos específicos, estão os seguintes:

1. Compreender a diversidade de organização dos sistemas de produção com caprinos leiteiros, das raças Sanei e Pardo Alpina, introduzidas no Território do Sisal, as combinações e associações entre sistemas de cultivo, sistemas de criação e floresta (caatinga);
2. Comparar os sistemas de produção de caprinos leiteiros especializados e diversificados;
3. Analisar as estratégias competitivas de integração vertical, horizontal ou quase integração dos sistemas de produção com caprinos leiteiros à agroindústria regional, destacando-se a agroindústria da Apaeb;
4. Estudar a composição das rendas agrícolas e não agrícolas no rendimento dos sistemas de produção familiares e patronais, considerando a pluriatividade da ocupação do trabalho familiar;
5. Analisar os impactos das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, de desenvolvimento territorial e das ações de aquisição de alimentos na estruturação da cadeia produtiva da caprinocultura leiteira.

## O MÉTODO ANÁLISE-DIAGNÓSTICO EM SISTEMAS AGRÁRIOS

O método baseia-se em passos progressivos, partindo do geral para o particular. Na abordagem de gênero e gerações, acrescentam-se outros níveis conforme o quadro seguinte, como o subsistema de *atividades não agrícolas*, diante da importância crescente do fenômeno da pluriatividade na ocupação e renda das famílias rurais, o *subsistema extrativismo*, o *subsistema quintal* e o *subsistema trabalho doméstico*.

Nesta metodologia, são feitas uma análise global da região, leitura de paisagem, coleta e tratamento dos dados, entrevistas históricas e elaboração das tipologias. A seguir, apresentam-se os conceitos de sistema de atividades, subsistema de cultivo, subsistema de criação, subsistema de beneficiamento ou transformação, subsistema quintal, subsistema extrativismo, subsistema atividades não agrícolas, e subsistema trabalho doméstico:

- conceito de Sistema de Atividades: combinação (no tempo e no espaço) dos recursos disponíveis para a obtenção das produções vegetais e animais, sua transformação, além da realização de atividades não agrícolas e do trabalho doméstico. Combinação mais ou menos coerente de diversos subsistemas de atividades.

Subsistemas de atividades:

a) *subsistema de cultivo das parcelas*: unidade com produções vegetais, tratadas de maneira homogênea, com os mesmos itinerários técnicos e com as mesmas sucessões culturais;

b) *subsistema de criação*: unidade com grupos de animais ou de fragmentos de grupos de animais da mesma espécie, com os mesmos itinerários técnicos;

- c) *subsistema de beneficiamento ou transformação*: unidade de transformação dos produtos agrícolas de origem vegetal e animal;
- d) *subsistema quintal*: unidade destinada, em geral, ao autoconsumo das famílias, podendo parte da produção ser vendida; contígua ou próxima às residências das famílias, podendo ser realizada em conjunto com o trabalho doméstico;
- e) *subsistema extrativismo*: unidade em que se realiza coleta de produtos da natureza (vegetais, animais ou minerais), para o autoconsumo familiar ou fins comerciais;
- f) *subsistema atividades não agrícolas*: unidade onde se realiza atividades não agrícolas pelos membros (UTFs) da família, por conta própria ou como empregados, caracterizando a natureza pluriativa da unidade de produção familiar;
- g) *trabalho doméstico*: exercido pelos membros da família, como atividade não mensurável com valor de uso (renda oculta); essencial à reprodução da família e para o sistema de atividades familiar. Medido pelo custo de oportunidade do emprego doméstico na região.

Quando se propõe abordar o problema pela lógica da família e pelas relações de gênero na organização do trabalho e no tempo de trabalho gasto de cada membro no conjunto de atividades, a realidade se revela bastante complexa. Não há modelos, padrões únicos e homogêneos. Todavia, interessa conhecer, durante um ano, o tempo de trabalho de cada Unidade de Trabalho Familiar – UTF em cada atividade ou subsistema. A soma das UTFs parciais por subsistema é igual a 1 (ou 100%), correspondente ao tempo integral dedicado às atividades agrícolas, não agrícolas ou ao trabalho doméstico.

O tempo de trabalho da UTF em cada atividade determina a renda que cada UTF gera para o sistema de atividades. Trata-se

de obter o real valor-trabalho baseado no tempo efetivamente ocupado por cada família nas atividades produtivas, incluindo o trabalho doméstico.

### **Como se estima a UTF em cada atividade até a soma da UTF total do sistema?**

O objetivo é calcular o tempo de trabalho de cada membro da família nas diversas atividades; não basta simplesmente perguntar ao entrevistado.

### **E como se estima esse tempo?**

Utilizando-se a técnica de grãos (milho e feijão), pergunta-se aos membros da família, ou seja, àqueles que realmente trabalham no sistema de atividades/produção, quanto tempo de trabalho, no ano, cada membro dedica a cada subsistema.

O entrevistado distribui, por exemplo, 20 grãos em cada subsistema, permitindo que se estime uma proporção da quantidade de trabalho em cada atividade. A experiência tem demonstrado, nas várias oficinas de capacitação com o método, que essa simples técnica de mensuração e representação do tempo despendido por aqueles que trabalham no sistema de atividades aproxima-se com mais precisão do tempo efetivamente trabalhado. Outra técnica pode evidentemente ser utilizada.

O trabalho doméstico é compreendido como trabalho produtivo e não mais como um trabalho acessório, atribuído exclusivamente às mulheres, sendo, inclusive, calculado no delineamento da tipologia dos sistemas de atividades, segundo gênero e idade/geração. A pergunta, no início da pesquisa, era a seguinte: como calcular o valor do trabalho?

O Subsistema Trabalho Doméstico é interdependente do Subsistema Quintal e, igualmente neste, a família obtém renda não monetária, destinada ao autoconsumo, tão peculiar à agricultura

familiar. Em ambos, cabe a estimação da renda. No autoconsumo a família consome o que foi produzido internamente, abstendo-se de comprar bens agrícolas no mercado.

No trabalho doméstico, é a própria família que executa esses serviços, abstendo-se de contratar trabalhadores no mercado, cuja remuneração é determinada pelo valor do emprego doméstico na região.

Se as oportunidades existentes fora da propriedade oferecem uma melhor remuneração do que a auferida na produção agrícola, é muito provável que alguns membros da família decidam trabalhar fora. Se a renda agrícola for superior à que poderia ser obtida fora da propriedade, membros da família podem preferir se manter na atividade agrícola. Essa combinação de atividades agrícolas na unidade agrícola com outras atividades agrícolas fora da unidade produtiva e atividades não agrícolas vêm caracterizar a pluriatividade e o tipo de sistema de atividades. Estima-se que essas decisões são pautadas pelo custo de oportunidade.

Todo subsistema cuja produção também se destina ao autoconsumo alimentar da família, relaciona-se diretamente com o Subsistema Trabalho Doméstico, onde há fluxos de produtos e trocas de fertilidade, caracterizando uma das funções da agricultura familiar, que é a garantia do abastecimento alimentar dos próprios agricultores e de sua família, além da reposição dos nutrientes do solo através do aproveitamento de resíduos e de esterco animal.

Mede-se o resultado da produção pelo produto bruto (PB), que corresponde ao valor total do que é produzido, seja para venda, seja para o consumo da família. O sistema de produção consome bens que são transformados no processo que totalizam o consumo intermediário (CI). Incluem-se também os custos de aluguel de equipamentos ou de contratação de serviços. Para a produção, a família disponibiliza o seu patrimônio (espécie de capital fixo), o qual é parcialmente transformado, pois sofre desgaste e perde

valor. Esse custo é calculado sob a forma de depreciação anual do capital fixo (D) e acrescentado a outros custos a exemplo de: impostos (Imp), juros (J), salários (Sal) e arrendamento da terra (Rt). Finalmente, adicionam-se os subsídios (Sub).

A parte do produto bruto, que fica com o produtor após a dedução do consumo intermediário, depreciação dos equipamentos, impostos, juros, salários e arrendamento da terra, adicionada aos subsídios, constitui a renda agrícola (RA), conforme a fórmula a seguir:

$$RA = PB - CI - Dep - Sal - Imp - J - Rt + Sub$$

A renda agrícola monetária do sistema de atividades é a renda agrícola total deduzida do autoconsumo.

$$RM = RA - \text{autoconsumo.}$$

Para a agricultura familiar, importa conhecer a renda pelo número de trabalhadores familiares, pois é esse parâmetro que se compara à remuneração das outras oportunidades de trabalho. Calcula-se a renda agrícola por UTF (RA/UTF).

Quando os agricultores têm pouca terra disponível, são levados a adotar sistemas de atividades que exigem mais força de trabalho, permitindo-lhes obter uma renda mais elevada por unidade de área. Calcula-se essa renda agrícola dividindo-se por unidade de área (RA/Sa), sem esquecer o subsistema Quintal e o Subsistema Extrativismo.

O rendimento não agrícola provém de atividades não agrícolas que um ou mais membros da família exercem, além das transferências governamentais (aposentadorias, pensões, bolsas-família) que algumas famílias recebem.

Qual seria o nível de renda por trabalhador familiar para se proceder à comparação com o patamar de reprodução simples, em que se considera a cesta básica familiar ou regional, e com o

patamar de reprodução ampliada, tendo, como parâmetro, o custo de oportunidade da força de trabalho?

Nesse caso, têm-se dois níveis de comparação: um somente com o rendimento agrícola e percebe-se se esse rendimento está sendo suficiente para a sobrevivência da família ou para ela se capitalizar; outro com o rendimento total, considerando o rendimento agrícola e não agrícola, sem considerar o trabalho doméstico. A adição do rendimento não agrícola permitirá observar o impacto das transferências governamentais nas estratégias de reprodução das famílias.

A estimativa da renda da mulher baseia-se no custo de oportunidade do trabalho doméstico na região onde se encontra o assentamento. Quanto vale o emprego doméstico por mês, nas “casas de família”, se uma pessoa (adulta, jovem ou idosa) se emprega na cidade mais próxima ou na região?

Considera-se o salário corrente como o custo de oportunidade do trabalho doméstico aceitável por uma pessoa disposta a se empregar. Todavia, sabe-se que esse salário dificilmente corresponde à integralidade dos direitos constitucionais do trabalhador doméstico. Esse custo de oportunidade corresponde ao valor do trabalho doméstico na região.

A equação final de rendimentos da família corresponde à soma do rendimento agrícola com o rendimento não agrícola e a renda oculta. Esta, de fato, não existe, pois não tem valor de troca, embora haja um trabalho familiar incorporado que interdepende das demais atividades (subsistemas), e pode ser medido pelo custo de oportunidade do emprego doméstico na região estudada.

RT = rendimento total

RA = rendimento agrícola

RNA = rendimento não agrícola

TD = custo de oportunidade do trabalho doméstico na região

Com a renda por cada subsistema, dividem-se as UTF's parciais de cada membro da família pela UTF total de cada subsistema, obtém-se o percentual dessas UTF's parciais. Esse valor percentual, ou em decimal, é multiplicado pelo valor da renda do subsistema. Com isso, obtém-se o valor que cada membro da família produz em cada subsistema.

Esses dados indicam o quê? a) a participação das mulheres no trabalho e na geração de renda na agricultura familiar; b) a importância do trabalho doméstico, do qual não se obtém um rendimento de fato, mas que se integra e é fundamental às demais atividades agrícolas e não agrícolas. Através do trabalho doméstico concentrado na mulher, liberam-se os demais membros da família (Unidades de Trabalho Familiar) para exercerem outras atividades.

Essa diferença de renda, quando se considera ou não o trabalho doméstico, é importante, pois, embora, na prática, o trabalho doméstico não seja remunerado, ele faz parte do conjunto de atividades da família, e são subsistemas interdependentes. Além disso, aquela que mais trabalha nas atividades domésticas libera o tempo das demais Unidades de Trabalho Familiar para atuarem em atividades agrícolas e não agrícolas.

## ESTRATÉGIAS COMPETITIVAS DO LATICÍNIO DA CABRA E LATICÍNIO OURO VERDE

O Laticínios Da Cabra, vinculado à Associação de Desenvolvimento Solidário Sustentável da Região Sisaleira – Apaeb –, fomentou a expansão da criação de caprinos de leite na região sisaleira, conhecida como Território do Sisal, integrando produtores dos municípios de Valente, Santaluz e São Domingos, sendo a pioneira na difusão de técnicas e tecnologias de criação de caprinos de leite na região, das raças Saney e Pardo Alpina, como alternativa econômica à crise da monocultura do sisal dos anos 1990 e 2000.

A Apaeb e o Laticínio Da Cabra desenvolvem, desde os anos 1990, atividades de assistência técnica e extensão tecnológica junto aos agricultores familiares, introduzindo técnicas de nutrição e manejo semi-intensivo, construção de apriscos na criação de cabras leiteiras. O preço do litro de leite de cabra é maior que o preço do litro de leite de vaca.

O Laticínio Da Cabra possui uma estrutura de funcionamento e gestão consolidada, apresentando, em geral, saldos financeiros positivos, o que torna o empreendimento economicamente viável. Consiste em uma iniciativa organizacional e empreendedora dos agricultores familiares da região e da comunidade local que contribui para a diversificação econômica da região.

As estratégias competitivas implementadas pelo Laticínio Da Cabra baseiam-se na diferenciação de produtos, no apoio logístico fornecido pela Apaeb, na venda de seus produtos para mercados privados, como supermercados e *delicatessen* da região do sisal, da região de Feira de Santana e da cidade de Salvador.

Da mesma forma, na cidade de Valente, seus produtos são vendidos no supermercado da Apaeb. Além disso, uma parte da produção é vendida para mercados institucionais, como a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e prefeituras locais, através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e distribuída na merenda escolar. Entre os produtos comercializados, tem-se o leite de cabra pasteurizado, o iogurte com frutas, o queijo de cabra tipo coalho e o doce de leite de cabra. Todos comercializados para os mercados privados e institucionais mencionados.

Segundo Porter (1999), a vantagem competitiva no custo ou na diferenciação é função da cadeia de valores da empresa, sendo que a posição de custo reflete o custo coletivo do desempenho de todas as atividades de valor em comparação com o dos rivais; cada atividade de valor apresenta vetores

que determinam as fontes potenciais da vantagem de custo e a capacidade da empresa em se diferenciar reflete a contribuição de cada atividade de valor para a satisfação das necessidades dos compradores.

O escopo competitivo apresenta quatro dimensões críticas: o escopo do segmento, o escopo vertical (grau de integração vertical), o escopo geográfico e o escopo setorial (extensão dos setores relacionados em que a empresa compete). O escopo competitivo é uma ferramenta para a criação da vantagem competitiva e o amplo escopo possibilita que a exploração de inter-relacionamentos entre as cadeias de valores sirvam a diferentes segmentos do setor, áreas geográficas ou setores afins. Com um escopo estreito, a empresa tem condições de amoldar a cadeia de valores a um determinado segmento-alvo, para alcançar o custo mais baixo ou a diferenciação.

O Laticínio Ouro Verde é administrado pela Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares do Território do Sisal (Coop-sisal) e surgiu a partir de uma dissidência de caprinocultores de leite do município de São Domingos, associados ao Laticínio Da Cabra. Tanto o Laticínio Ouro Verde quanto o Laticínio Da Cabra tiveram apoio de projetos governamentais federais e estaduais para a implantação de infraestrutura e equipamentos industriais.

O Laticínio Ouro Verde produz leite de cabra pasteurizado e iogurte de leite de cabra com frutas, vendidos em mercados institucionais, como a Conab e prefeituras locais, através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Atua com produtores integrados, mas que também diversificam seus sistemas de produção e atividades com outras culturas e serviços, a exemplo do cultivo de sisal, milho, feijão e mandioca, solteiros ou em consórcio.

## BREVE HISTORICIDADE DA FORMAÇÃO DO SISTEMA AGRÁRIO

A partir do levantamento de informações históricas, realizado com a participação dos bolsistas de graduação em Zootecnia, oriundo do confronto de informações provenientes da oralidade dos informantes-chave, observa-se que, entre 1930 e 1940, a caatinga era densa e fechada no município de São Domingos, havia vilas com criação de animais domésticos e produção de feijão e milho, com ausência de rede de saúde e dificuldade de acesso a alimentos em virtude da seca. Os animais eram utilizados para transporte.

Nos anos 40 do século XX, há início do cultivo do sisal, permanecendo a criação de animais domésticos e galinha caipira. O acesso à escola é difícil e surgem centros de saúde e comércio, sendo utilizados animais para transporte e tração. Nos anos 50, inicia-se o desmatamento da caatinga para a expansão do sisal, com ocorrência de pluviosidade irregular e eventual enchente. Os solos apresentam fertilidade natural. Expansão do cultivo de mandioca, feijão e milho. Reduz-se a mão de obra, com desemprego, com a introdução do motor de sisal. Constroem-se estradas com força humana e utilização do resíduo do sisal para adubo das lavouras. Os problemas de escassez de posto de saúde e atividades comerciais existem, e o motor de desfibramento do sisal provoca impacto tecnológico na região, com o aumento da eficiência no processamento da fibra verde.

Entre 1960 e 1970, ocorre desmatamento intensivo da caatinga com queda na fertilidade dos solos, estiagens e secas, sendo que, além da criação de gado, o cultivo de feijão, milho e mandioca, utiliza-se o motor de sisal, transporta-se fibra por tração animal e uso do trabalho infantil. A terra se valoriza com a expansão do sisal; entretanto, em virtude da expansão das fibras sintéticas, ocorre queda nos preços internacionais da fibra de sisal, pelo deslocamento da demanda para fibras sintéticas.

Nos anos 70 do século XX, ocorre a salinização de açudes; ampliam-se as escolas, mas inicia-se intenso êxodo rural com o início da crise da região do sisal. Introduzem-se máquinas de beneficiamento de mandioca para a produção de farinha. Nos anos 80, ampliam-se as vilas com a formação de povoados e extensão das atividades comerciais, mas ainda com a falta de energia elétrica.

Nos anos 90 do século XX, ocorrem enchentes e a caatinga encontra-se desmatada. Introduz-se a caprinocultura de leite e utiliza-se o sisal para arração animal – uso do resíduo do sisal para a produção de silagem. Expandem-se as vilas e introduz-se o Sistema Único de Saúde (SUS), mas com dificuldade no acesso a medicamentos. Implantação do Laticínio Da Cabra e acesso ao ensino-escola sem transporte. Introduz-se assistência técnica da Apaeb.

A partir de 2000, ocorrem, em São Domingos, projetos de reflorestamento da caatinga com ações de preservação de matas nativas. Há melhorias nas estradas para o escoamento do sisal, queda da produção de leite devido à seca, construções de barragens subterrâneas e conscientiza-se da importância de tecnologias sociais. Expande-se o interesse pela apicultura e educação no campo. Estende-se a rede de energia elétrica com o Programa Luz para Todos do Governo Federal. Ampliam-se os créditos pelo Pronaf. Há ainda dificuldade de acesso aos medicamentos e implanta-se o transporte escolar. Implanta-se o Programa Saúde da Família (PSF), o Programa Bolsa Escola, depois o Programa Bolsa Família. Inaugura-se o Laticínio Ouro Verde.

Em 2011, há preocupação com a preservação ambiental, salinização de solos, alteração do curso de micro bacias e produção de mudas para reflorestamento. Há construção de barragens subterrâneas e barreiros para acesso a água; intensificação do plantio de palma adensada. Surgem pesquisas de coprodutos do sisal e intensificação de pesquisas científicas para reprodução dos rebanhos caprino e ovino.

Ocorrem programas de educação e formação para as mulheres desde os anos 2000. Crescem e surgem novas cooperativas, associações, convênios de pesquisa, beneficiamento e intensificação de tecnologias sociais.

**Quadro 1:** Fatos ecológicos, fatos técnicos, fatos socioeconômicos da região do sisal nas comunidades de Valente, Santa Luz e São Domingos no período de 1930 a 2011.

Período	Fatos ecológicos	Fatos técnicos	Fatos socioeconômicos
1930-1940	Caatinga fechada, solo fértil, períodos de seca extrema.	Criação de animais domésticos para consumo (gado, quintal com galinha caipira), conhecimento empírico para cultivo de animais e vegetais.	Existência de vilas, ausência de rede de saúde, animais para meio de transporte, ausência de comércio, dificuldade no acesso ao alimento devido à seca.
1941-1950	Caatinga fechada, solo fértil. Início do cultivo de sisal.	Criação de animais domésticos para consumo (gado, quintal com galinha caipira).	Presença de vilas, difícil acesso à formação escolar, aparecimento de centros de saúde e comércio, animais para transporte e tração.
1951-1960	Desmatamento da Caatinga para introdução do sisal, solo fértil, pluviosidade irregular, enchentes.	Criação de gado, galinhas, introdução da mandioca-cultura, cultura do feijão e milho; redução da mão de obra (desemprego) devido à introdução do motor de sisal; construção de estradas com força braçal; uso do resíduo de sisal como adubo.	Presença de vilas; difícil acesso à formação escolar, centros de saúde e comércio; introdução do motor de sisal para beneficiamento do sisal.

<b>1961-1970</b>	Desmatamento intensivo da caatinga para cultivo do sisal, solo em declínio de fertilidade, pluviosidade irregular, salinização dos açudes, enchentes.	Criação de animais domésticos para consumo (gado, quintal com galinha caipira), plantação de mandioca, milho e feijão; uso do motor de sisal; transporte da fibra por tração animal e o uso de trabalho infantil.	Presença de vilas; valorização da terra pelo sisal, declínio dos preços do sisal (oscilação de oferta/demanda).
<b>1971-1980</b>	Desmatamento da caatinga em expansão, pluviosidade regular, salinização dos açudes.	Plantação de milho, mandioca e feijão.	Interesse pela formação escolar, início do êxodo rural, queda da monocultura sisaleira, diversificação do sistema produtivo, introdução ao beneficiamento da mandioca (máquina de fabricação de farinha).
<b>1981-1990</b>	Desmatamento da caatinga em expansão, pluviosidade regular, salinização dos açudes.	Plantação de milho, mandioca e feijão.	Crescimento das vilas para formação de povoados pela introdução do comércio; ausência de energia elétrica, dificuldade ao acesso à saúde.
<b>1991-2000</b>	Desastre natural por enchentes, caatinga desmatada.	Plantação de mandioca, feijão e milho; Introdução da caprinocultura leiteira; uso do resíduo de sisal para arraçoamento animal; uso do resíduo de sisal para confecção de silagem.	Expansão das vilas, início do comércio; introdução do Sistema Único de Saúde (SUS); Dificuldade ao acesso a medicamentos; introdução do Laticínio Da Cabra; acesso ao ensino escolar sem transporte; Introdução da Assistência Técnica pela Apaeb.

2001-2010	Reimplantação da caatinga desmatada; pluviosidade irregular; preservação de matas nativas.	Plantação de mandioca, feijão e milho, melhora-mento das estradas para escoamento do sisal; queda da produção leiteira devido à seca; cons-truções de barragens subterrâneas; intensificação e importância das tecnologias sociais; interesse pela api-cultura; interesse pela informação rural através da mídia.	Beneficiamento de ener-gia elétrica com o Pro-grama Luz para todos pelo Governo Federal; beneficiamento rural pelo Pronaf; dificuldade ao acesso de medica-mentos; acesso ao ensi-no escolar com transpor-te; Programa social PSF (Programa de Saúde da Família); Beneficiamen-to Bolsa Escola/ Bolsa Família; inauguração do Laticínio Ouro Verde.
2011	Preocupação com a preservação ambiental, as frutas nativas, saliniza-ção dos solos, alte-ração do curso das microbacias, pro-dução de sementes para preservação, seca prolongada.	Construção de bar-ragens subterrâneas e barreiros para o acesso a água, intensificação do plantio de palma adensada, pesqui-sas de coprodutos do sisal, intensifi-cação das pesqui-sas científicas para reprodução do re-banho.	Capacitação de mulhe-res para o desenvolvi-mento dos sistemas de produção, crescimento e formação de novas co-operativas, associações e convênios de pesquisa e beneficiamento, inten-sificação das tecnologias sociais.

**Fonte:** pesquisa de campo, 2011.

## A TIPOLOGIA DE CAPRINOCULTORES E SISTEMAS DE PRODUÇÃO E ATIVIDADES

A tipologia dos caprinocultores e respectivos sistemas de produção e atividades decorreram das entrevistas qualificas com os agricultores integrados dos Laticínio Ouro Verde e Laticínio Da Cabra. Trata-se de 18 tipos com sistemas de produção e atividades com caprinos leiteiros, em geral, bastante diversificados, com-

preendendo famílias exclusivamente agrícolas, famílias agrícolas com aposentadorias, famílias agrícolas com bolsa família, famílias pluriativas com curtume e bolsa família, famílias agrícolas com consórcio milho e feijão recebendo bolsa família, famílias pluriativas com bovinos de leite, produtores patronais pluriativos com caprinos de leite, famílias pluriativas com comércio e bolsa família, famílias pluriativas com comércio e funcionário público e famílias pluriativas com comércio, famílias pluriativas com servidor público, famílias pluriativas com aposentadoria, famílias pluriativas com aposentadoria e bolsa família, famílias pluriativas com aposentadoria, bolsa família com professor, família pluriativa com professor, família pluriativa com caprinos de leite, família pluriativa com bolsa família e família pluriativa com bolsa família e funcionário público.

A seguir, tem-se a combinação dos subsistemas de cultivo, criação e beneficiamento e atividades dos sistemas de produção e atividades dos tipos identificados de caprinocultores de leite integrados do Laticínio Da Cabra e Laticínio Ouro Verde:

TIPO 1: *família agrícola com caprinocultura leiteira*: categoria exclusivamente agrícola podendo ser diversificada com caprinos de leite, bovinos de leites, ovinos, suínos, sisal, quintal com galinha caipira, palma adensada, mandacaru, pomar.

TIPO 2: *família agrícola com aposentadoria*: categoria exclusivamente agrícola podendo ser diversificada com caprinos de leite, ovinos, sisal, quintal com galinha caipira, palma adensada. Renda ampliada com aposentadoria.

TIPO 3: *família agrícola com bolsa família*<sup>2</sup>: categoria exclusivamente agrícola podendo ser diversificada com caprinos de leite, bovinos de leites, ovinos, sisal, quintal com galinha caipira e horta,

---

2 Em 2021, o Programa Bolsa Família foi substituído pelo Programa Auxílio Brasil, ambos programas federais de concepções diferentes.

consórcio gliricídia/leucena, palma adensada, mandacaru. Renda ampliada com Bolsa Família.

TIPO 4: *família pluriativa com curtume e bolsa família*: categoria pluriativa podendo ser diversificada com caprinos de leite, bovinos de leite, sisal, ovinos, palma adensada, quintal com galinha caipira. Renda ampliada com bolsa família. Renda não agrícola pela produção e beneficiamento de couro.

TIPO 5: *família agrícola com consórcio milho/feijão e bolsa família*: categoria exclusivamente agrícola podendo ser diversificada com caprinos de leite, bovinos de leite, equino, suínos, sisal, palma adensada, quintal com galinha caipira. Renda ampliada com bolsa família.

TIPO 6: *família pluriativa com bovino de leite*: categoria pluriativa podendo ser diversificada com caprinos de leite, bovinos de leite e de corte, equídeo, sisal. Renda ampliada com costura.

TIPO 7: *produtor patronal pluriativo com caprinos de leite*: categoria diversificada com caprinos de leite, bovinos de leite, quintal com galinha caipira, palma/mandacaru. Produtor com outra renda e funcionários na propriedade.

TIPO 8: *família pluriativa com comércio e bolsa família*: categoria pluriativa podendo ser diversificada com caprinos de leite; bovinos de leite, ovinos, sisal, palma adensada e quintal. Renda ampliada com bolsa família. Renda não agrícola pelo comércio.

TIPO 9: *família pluriativa com comércio e funcionário público*: categoria pluriativa podendo ser diversificada com caprinos de leite, palma, quintal com pomar. Renda não agrícola pelo comércio e funcionário público.

TIPO 10: *família pluriativa com comércio*: categoria pluriativa podendo ser diversificada com caprinos de leite, bovino, equídeo, sisal, palma, mandacaru, quintal com galinha caipira. Renda não agrícola pelo comércio.

TIPO 11: *família pluriativa com servidor público*: categoria pluriativa podendo ser diversificada com caprinos de leite, ovino, bovinos de leite, sisal, consórcio milho/sorgo, palma, mandacaru, quintal com galinha caipira, horta e pomar, granja galinha poedeira (teste), biodigestor. Renda não agrícola pelo servidor público.

TIPO 12: *família pluriativa com aposentadoria*: categoria pluriativa podendo ser diversificada com caprinos de leite, bovinos de leite, ovinos, sisal, quintal com galinha caipira, palma, silagem, buffel. Renda ampliada com aposentadoria. Renda não agrícola pelo aluguel de trator.

TIPO 13: *família pluriativa com aposentadoria e bolsa família*: categoria pluriativa podendo ser diversificada com caprinos leiteiros, bovinos leiteiros, palma, consórcio gliricídia/leucena. Renda ampliada pela aposentadoria e bolsa família. Renda não agrícola pelo garimpo e artesanato.

TIPO 14: *família pluriativa com aposentadoria, bolsa família e professor do ensino básico*: categoria pluriativa podendo ser diversificada com caprinocultura leiteira, sisal, quintal com galinha caipira e pato, ovinocultura, mandiocultura. Renda ampliada com aposentadoria, bolsa família. Renda não agrícola pelo professor escolar.

TIPO 15: *família pluriativa com professor do ensino básico*: categoria pluriativa podendo ser diversificada com caprinocultura de leite, suínos, palma/leucena, sistema intensivo de ovinos (terminação), silagem de sisal, feno de buffel, sisal. Renda não agrícola pelo professor público e gerente de laticínio.

TIPO 16: *família pluriativa caprinocultura leiteira*: categoria pluriativa podendo ser diversificada com caprinocultura de leite, bovinos de leite, sisal, palma/mandacaru, horta, buffel, quintal com galinha caipira, apicultura. Renda não agrícola pelo serviço informal.

TIPO 17: *família pluriativa com bolsa família*: categoria pluriativa podendo ser diversificada com caprinocultura de leite, ovinos, leucena, sisal, silagem de sisal, buffel, galinha para consumo, palma. Renda ampliada com bolsa família. Renda não agrícola pelo trabalho em laticínio.

TIPO 18: *família pluriativa com bolsa família e funcionário público*: categoria pluriativa podendo ser diversificada com caprinocultura de leite, bovinos de leite, palma, *buffel*, quintal com galinha caipira. Renda ampliada com bolsa família. Renda não agrícola pelo funcionário público.

## ANÁLISE DOS RENDIMENTOS DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO E ATIVIDADES DOS CAPRINOCULTORES DE LEITE

O presente artigo não se detém na apresentação da análise econômica detalhada de todos os tipos de famílias de caprinocultores de leite e sistemas de atividades e de produção agrícola, identificados e classificados conjuntamente pelos estudantes de graduação em Zootecnia. Serão abordados alguns tipos para fins de demonstração.

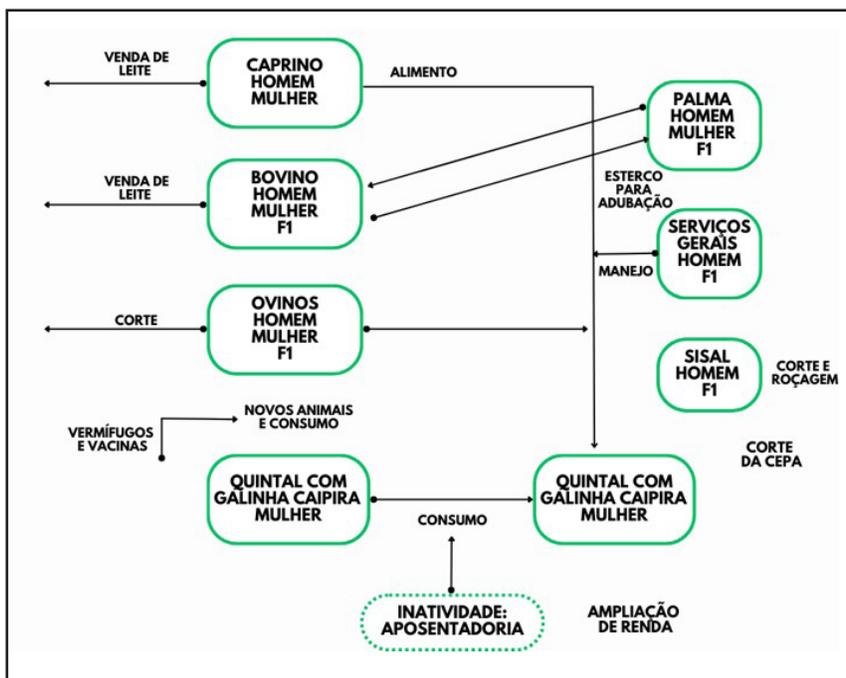
Na *família agrícola com aposentadoria*, o rendimento total anual corresponde a R\$ 21.296,07, sendo que a mulher participa com 18,3% da geração de renda. A produção de leite de cabra é importante entre os rendimentos agrícolas, assim como a criação de bovino. A aposentadoria, como renda não agrícola, corresponde a um terço do rendimento total.

Na *família agrícola com bolsa família*, o rendimento total anual corresponde a R\$3.549,00, sendo que a produção de leite corresponde a R\$ 2.409,00, além da produção de mandioca e sisal e a criação de ovinos. O recurso do Programa Bolsa Família é importante na geração de renda da família. A mulher participa com 34,2 % do rendimento total e quando se considera o trabalho doméstico, a participação da mulher sobe para 43,0% do rendimento total.

Na Tabela 4, observa-se a participação de cada unidade de trabalho familiar (UTF) nos rendimentos totais de cada tipo, destacando-se a contribuição da mulher na renda total da família. Sem considerar o trabalho doméstico, a mulher chega a contribuir com cerca de 30%, chegando a 47% e quase 100% da renda familiar total.

Na Tabela 5, quando se considera o trabalho doméstico estimado no rendimento familiar, a participação da mulher aumenta consideravelmente, chegando aos 40%, 52% e quase 100% da renda familiar total. Com ou sem trabalho doméstico, a participação de um dos filhos também é significativa, contribuindo para a geração de renda na família.

**Fluxograma do sistema de atividades 1:** caprinos leiteiros, bovinos leiteiros, palma, consórcio gliricídia/leucena, ovino, sisal e quintal com galinha caipira.



Fonte: pesquisa de Campo, 2011.

**Tabela 1:** Cálculo da renda gerada pelos membros familiares do tipo 2 (Família agrícola com aposentadoria).

Subsistemas de produção	Homem		Mulher		Filho 1		Filho 2		Total da renda por subsistema
	(%)	Renda individual	(%)	Renda individual	(%)	Renda individual	(%)	Renda individual	
Caprino	37,84	2.404,23	37,84	2.404,23	27,03	1.717,40	0	-	6.355,67
Ovino	39,13	289,56	39,13	289,56	21,74	160,88	0	-	740,00
Quintal c/ galinha caipira e horta	0	-	100	292	0	-	0	-	292,00
Bovino	28,13	2.466,83	43,75	3.836,61	28,13	2.466,83	0	-	8.769,40
Renda por inatividade	2,02	152	2,02	152	2,02	152,00	93,95	7.085	7.541,00
Trab. Doméstico	0	-	100	3.900	-	-	0	-	3.900,00
Desp. Não proporcionais (-)	-	- 600	-	- 600	-	- 600	-	- 600	- 2.400,00
S/ trab. Doméstico	22,13	4.712,62	29,93	6.374,40	18,3	3.897,11	30,45	6.485	21.296,07
C/ trab. doméstico	18,7	4.712,62	40,78	10.274,40	15,47	3.897,11	25,74	6.485	25.196,07

Fonte: pesquisa de campo, 2011.

**Tabela 2:** Levantamento de UTF (Unidade de Trabalho Familiar) por subsistema de atividade.

<b>Subsistemas</b>	<b>Homem</b>	<b>Mulher</b>	<b>F1</b>	<b>Total por subsistema</b>
Palma/mandacaru	0,50	0,19	0,07	0,76
Caprino	0,13	0,14	0,10	0,37
Ovino	0,09	0,09	0,05	0,23
Serviços gerais	0,13	-	0,08	0,21
Quintal com galinha caipira e horta	-	0,05	-	0,05
Sisal	0,05	-	0,09	0,14
Bovino	0,09	0,14	0,09	0,32
Trabalho Doméstico	-	0,38	-	0,38
<b>Total por UTF</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0,5*</b>	<b>2,5</b>

(\*) 50% em horário escolar e 50% nas atividades do sistema produtivo.

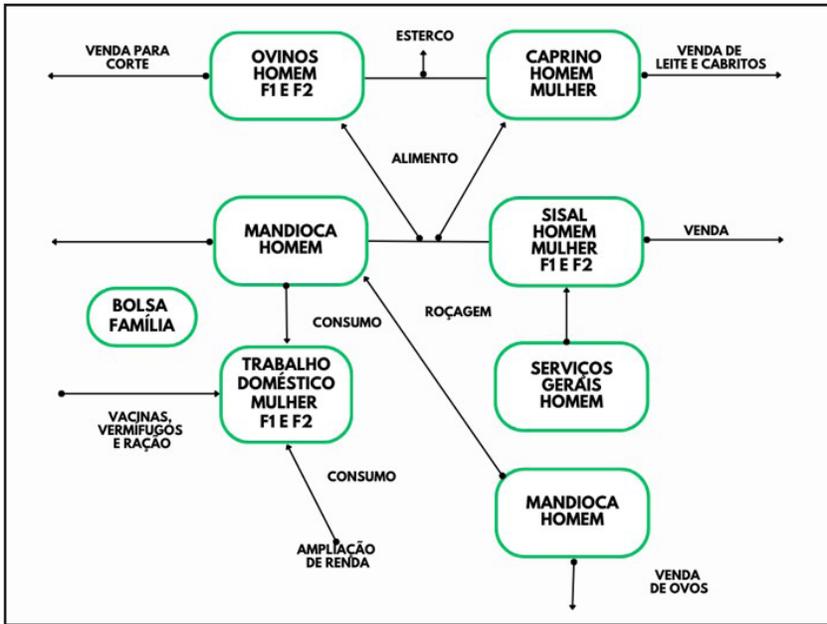
**Fonte:** pesquisa de campo, 2011.

**Tabela 3:** Cálculo de renda gerada pelos membros do tipo 3 (Família agrícola com bolsa família).

Subsistemas de produção	Homem		Mulher		Filho 1		Filho 2		Total da renda por subsistema
	(%)	Renda individual	(%)	Renda individual	(%)	Renda individual	(%)	Renda individual	
Mandioca	100	210	0	-	0	-	0	-	210
Sisal	54	737	24	327	12	163	10	136	1.365
Ovinos	38	292	0	-	31	238	31	238	770
Caprinos	38,36	924	34,25	825	12,33	297	15,07	363	2.409
Quintal c/ galinha caipira	0	-	68	573	18	151	14	118	843
Renda por inatividade	25	402	25	402	25	402	25	402	1.608
Trab. Doméstico	0	-	51	1.989	23	897	26	1.014	3.900
Desp. Não proporcionais (-)	-	- 914	-	- 914	-	- 914	-	- 914	- 3.656
S/ trab. Doméstico	46,5	1.651	34,2	1.213	9,6	339	9,7	344	3.549
C/ trab. Doméstico	22,2	1.651	43,0	3.202	16,6	1.236	18,2	1.358	7.449

Fonte: pesquisa de campo, 2011.

**Fluxograma do sistema de atividades 2: caprinos, ovinos, mandiocultura, sisal e quintal com galinha caipira.**



Fonte: pesquisa de campo, 2011.

## OS RENDIMENTOS DAS UNIDADES DE TRABALHO FAMILIAR: A RENDA DA MULHER.

**Tabela 4:** Comparativo entre a renda gerada pelos membros familiares em relação aos tipos de sistemas de produção sem o trabalho doméstico.

S.P	Idoso		Home m		Mul her		F1		F2		F3		F4		Net a		Funcio ndário		Total
	(%)	RT	(%)	RT	(%)	RT	(%)	RT	(%)	RT	(%)	RT	(%)	RT	(%)	RT	(%)	RT	
2	-	-	22,1	4.713	30	6.374	18	3.897	30	6.485	-	-	-	-	-	-	-	-	21.296
3	-	-	46,5	1.652	34	1.214	10	339	10	344	-	-	-	-	-	-	-	-	3.349
4	-	-	70,0	10.146	13	1.947	14	1.966	-8	-1.091	-	-	-	-	-	-	-	-	14.498
5	-	-	61,8	3.625	4	211	26	1.497	9	535	-	-	-	-	-	-	-	-	5.867
6	-	-	58,3	11.860	27	5.545	14	2.935	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.339
8	-	-	65,7	29.392	2	8.605	33	14.62	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	52.671
9	-	-	8,0	2.767	103	35.45	-11	-3.753	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34.468
10	-	-	88,7	17.143	-21	-3.976	32	6.151	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.317
11	-	-	35,5	12.919	47	16.93	18	6.493	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36.349
12 (1)	-	-	62,9	28.598	9	3.866	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45.463
12 (2)	29,7	7.040	34,0	8.053	33	7.885	3	703	-	-	-	-	-	-	-	-	29	12.997	23.681
13	-	-	50,74	8.720	1	138	20	3.456	44	7.504	-8	-1.325	-8	-1.325	-	-	-	-	17.184
14	-	-	56,8	8.421	32	4.732	48	7.085	6	892	-16	-2.415	-	-	-	-	-	-	14.816
15	-	-	106,8	53.917	-4	-1.866	-4	-1.866	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50.483
16	-	-	47,4	8.890	29	5.359	24	4.502	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.751
17	-	-	67,9	5.932	24	2.057	9	747	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.736

Fonte: pesquisa de campo, 2011.

**Tabela 5:** Comparativo entre a renda gerada pelos membros familiares em relação aos tipos de sistemas de produção com o trabalho doméstico.

S.P	idos	Home		Mulher		F1	F2		F3		F4		Net		Funcionário		Total
		(%)	RT	(%)	RT		(%)	RT	(%)	RT	(%)	RT	(%)	RT	(%)	RT	
2		19	4.713	41	10.274	15	3.897	26	6.485								25.196
3		22	1.652	43	3.203	17	1.236	18	1.358								7.449
4		55	10.146	24	4.385	11	1.966	2	372								18.398
5		41	3.976	23	2.278	19	1.848	17	1.666								9.767
6		50	12.094	37	9.055	13	3.091										24.240
8		61	29.392	8	12.505	31	14.622										56.571
9		7	2.767	98	37.561	0	-1.959										38.368
10		120	19.557	24	-3.976	38	6.151	-34	-5.490								16.241
11		32	12.919	52	20.837	16	6.493										40.249
12 (1)		58	28.598	16	7.766											12.997	49.363
12 (2)	25,5	30	8.248	33	9.094	12	3.199	36							26		27.581
13		41	8.720	9	1.977	16	3.456	5	7.652	-2	-369	-2	-369				21.084
14		45	8.421	33	6.247	38	7.085		892	-6	-1.061						18.716
15		99	54.073	1	-306	1	318										54.383
16		41	9.244	35	8.018	24	5.389										22.651
17		44	5.524	42	5.255	11	1.449										12.636

Fonte: pesquisa de campo, 2011

*Comparação dos níveis de reprodução ampliada, simples e indigência*

Considerando o valor da cesta básica anual, em 2011, de R\$ 4.200, como o limite entre o nível de pobreza extrema (indigência) e o nível de reprodução simples e o valor de R\$ 13.080, como limite entre o nível de reprodução simples e o nível de reprodução ampliada, a maioria dos tipos de famílias de caprinocultores de leite, em 2011, foi classificada no nível de reprodução ampliada, que é aquele em que o agricultor consegue capitalizar-se, ampliar seu sistema de produção e aumentar o consumo familiar. Somente dois sistemas de produção (Tipo 5 – Família Agrícola com Consorcio Milho/Feijão e Bolsa Família e Tipo 17 – Família Pluriativa com Bolsa Família) foram classificados no nível de reprodução simples, que é aquele em que a família mantém-se na atividade se conseguir acumular riqueza e um caso somente (Tipo 3 – Família Agrícola com Bolsa Família) foi classificado no nível de pobreza extrema ou indigência e tende a desaparecer ou depender de recursos externos.

**Tabela 6:** Classificação dos tipos nos níveis de reprodução ampliada, simples e pobreza extrema (indigência) em 2011.

Tipos de sistemas de produção	Cesta básica R\$ (2011)	Custo de oportunidade R\$ (2 s.m). 2011	Renda total R\$	Nível de reprodução
2	4.200	13.080	21.296	Reprodução ampliada
3	4.200	13.080	3.549	Pobreza extrema
4	4.200	13.080	14.498	Reprodução ampliada
5	4.200	13.080	5.867	Reprodução simples
6	4.200	13.080	20.339	Reprodução ampliada
8	4.200	13.080	52.671	Reprodução ampliada
9	4.200	13.080	34.468	Reprodução ampliada
10	4.200	13.080	19.317	Reprodução ampliada
11	4.200	13.080	36.349	Reprodução ampliada
12 (1)	4.200	13.080	45.463	Reprodução ampliada
12 (2)	4.200	13.080	23.681	Reprodução ampliada
13	4.200	13.080	17.184	Reprodução ampliada
14	4.200	13.080	14.816	Reprodução ampliada
15	4.200	13.080	50.483	Reprodução ampliada
16	4.200	13.080	18.751	Reprodução ampliada
17	4.200	13.080	8.736	Reprodução simples

**Fonte:** pesquisa de campo, 2011. Sistematização: autor, 2013.

Os Tipos 2 (família agrícola com aposentadoria), 4 (família pluriativa com curtume e bolsa família), 6 (família pluriativa com bovino de leite), 8 (família pluriativa com comércio e bolsa família), 9 (família pluriativa com comércio e funcionário público) 10 (família pluriativa com comércio), 11 (família pluriativa com servidor público), 12 (família pluriativa com aposentadoria), 12 (2), 13 (família pluriativa com aposentadoria e bolsa família) 14 (família pluriativa com aposentadoria, bolsa família e professor), 15 (família pluriativa com professor), e 16 (família pluriativa caprinocultura leiteira) foram classificados no nível de reprodução ampliada.

Quando se considera o rendimento agrícola familiar, amplia-se a quantidade de famílias no nível de indigência, evidenciando a insuficiência do rendimento agrícola para a manutenção do sistema de produção e da própria família.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os caprinocultores de leite, no sertão semiárido, conseguem obter rendimentos que lhes permitam situar-se em um nível de reprodução ampliada, ampliando seu patrimônio. Desse modo, a estratégia de expansão da caprinocultura de leite pela Apaeb, através do Laticínio Da Cabra e depois pelos caprinocultores de São Domingos, através do Laticínio Ouro Verde, gera resultados sustentáveis no curto e longo prazos. Há uma pluralidade de sistemas de produção agrícola entre os caprinocultores, o que lhes permite estabelecer variadas combinações entre sistemas de cultivo, criação e beneficiamento.

O surgimento de dois empreendimentos – uma associação e uma cooperativa – de caprinocultores de leite, em municípios limítrofes, como Valente e São Domingos, no sertão da Bahia, a partir dos anos 2000, demonstra as possibilidades de expansão desta atividade no território, assim como a estratégia de diversificação econômica da região, que, aos poucos, descola da monocultura de sisal, conforme se observa em análise histórica.

Não obstante, as famílias, além da caprinocultura de leite, também exercem atividades não agrícolas, a fim de complementar seus rendimentos agrícolas, caracterizando-se a pluriatividade, elevando-se os rendimentos familiares. Da mesma forma, as mulheres e homens distribuem seu tempo de trabalho entre as várias atividades do sistema produtivo. Trata-se de uma estratégia de divisão técnica do trabalho e de gênero na distribuição do tempo de trabalho dos membros da família, caracterizando-se as diversas possibilidades de empreendedorismo e gestão do sistema de produção agrícola e de atividades.

## REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. 3 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005, 159 p.

ANDRADE, Manuel Correa de (1998). *A terra e o homem no Nordeste – contribuição ao estudo da questão agrária no Brasil*. 6 ed. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco.

BALLARIN, A. Monde rural et multifonctionnalité de l'agriculteur – problèmes juridiques. *L'agriculture multifonctionnelle – aspects juridiques*/ ed. par Comité Européen de Droit Rural. L'Harmattan. p. 163 -171; Paris/Montreal, 1999.

BODIGUEL, L. Multifonctionnalité de l'agriculture et territoire. Le territoire, un concept juridique en construction. La multifonctionnalité de l'activité agricole et sa reconnaissance par les politiques publiques. Paris: SFER-Educagri-CIRAD, p. 355-386 (*Actes du colloque international de la Société Française d'Économie Rurale* 21 et 22 mars 2002), 2003.

CHAYANOV, Alexandre V. *L'organisation de l'économie paysanne*. Librairie du Regard; Paris, 1986.

COUTO, Vitor de Athayde; FREITAS, Adriana. *Relatório de pesquisa*. Convênio Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Brasília, 1996.

DUFUMIER, Marc (1996). *Les projets de développement agricole – Manuel d'expertise*. CTA-Karthala; Paris-Wageningen.

PORTER, Michael E. *Competição (On Cocompetition) – estratégias competitivas essenciais*. 10 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus.

WOORTMANN, Klass. *O modo de produção doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins*. (Série Antropológica); Brasília, 2001.



## PARTE II

# EDUCAÇÃO NO CAMPO E DIFUSÃO DE SABERES EM ANÁLISE COGNITIVA



## CAPÍTULO 6

### ESCOLAS DO CAMPO E AULAS VIRTUAIS EM TEMPO DA COVID-19: UMA EXPERIÊNCIA NO COLÉGIO JOÃO CARNEIRO

Flávia Amâncio Carneiro  
Ilka Meyre Alves da Silva  
Maria Jucilene Lima Ferreira

#### INTRODUÇÃO

Na Bahia, 27% da população vive em áreas rurais (IBGE, 2010). Vale ressaltar que, para esses povos, as escolas que estão no campo não possuem acesso à internet de qualidade, conforme aponta o Relatório sobre o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação de 2019, elaborado um ano antes da pandemia da COVID-19. No Brasil, nesse mesmo ano, 40% das escolas situadas no campo contavam com apenas um computador com acesso à Internet, sendo este de baixa velocidade. O telefone celular ocupava 65% das ferramentas utilizadas para acesso à rede revelando, assim, a persistência da desigualdade quanto ao acesso às tecnologias digitais.

Diante do enfrentamento do novo coronavírus, as aulas precisaram ser suspensas para cumprir o distanciamento social e, assim, preservar vidas. Para manter a constância das relações

entre a comunidade escolar e os jovens estudantes, houve uma reinvenção do processo educativo por parte das professoras do Colégio Estadual João Carneiro (CEJC), situado a 11 km da sede do município de Conceição do Coité, no Território de Identidade do Sisal. Com aproximadamente 260 alunos - sendo que, desses, 60 saem da zona urbana da cidade de Conceição do Coité para estudar nesta escola do campo -, a escola apresenta um contexto com grande potencial para futuras pesquisas acadêmicas, pois carrega em sua história uma luta constante por sua permanência.

Contudo, é necessário reconhecer a precarização dessas instituições, desde a estrutura básica e o quadro funcional até o diálogo fragmentado com as instâncias superiores e a gestão pública de educação. Nesse momento, faltam infraestrutura e formação adequada para atender ao Decreto nº 19.586 (03/2020), que suspende as aulas das escolas públicas e privadas no Estado da Bahia, e à Resolução do Conselho Estadual de Educação-CEE, nº 27, de 25 de março de 2020, a qual orienta as instituições do Sistema Estadual de Ensino sobre o desenvolvimento de atividades curriculares em regime especial enquanto vigorar o Decreto Estadual nº 19.529, de 16 de março de 2020, que estabelece medidas temporárias para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (Espin) para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19. Além disso, não se imaginava a necessidade de afastamento tão repentino, e o medo de adaptar-se a um “novo” contexto crescia. Surge, então, uma nova práxis, “ligada à superação no sentido dialético de negar e absorver” (Vázquez, 2011, p.6), agora articulada a uma realidade diferente e ao desafio de realizar atividades não presenciais, com o gerenciamento on-line, diuturno, das atividades curriculares nos domicílios dos estudantes.

Todavia, a reinvenção educativa esbarra em novas e antigas problemáticas sociais, como a interação dos jovens estudantes

nesse “novo” ambiente, os desafios impostos pela exclusão digital, econômica e social, as dificuldades socioeconômicas intensificadas pela pandemia e o desafio das professoras em reinventarem-se e aprenderem em conjunto com os alunos. Neste “novo” contexto, os educadores ocupam um papel diferenciado, e o ensino ocorre mediado pelas tecnologias digitais.

Assim, o presente estudo é conduzido pelas indagações: Qual o sentido da docência atribuído pelas professoras que atuam no Colégio Estadual João Carneiro, no contexto do ensino remoto? Quais os elementos teórico-metodológicos da Organização do Trabalho Pedagógico no contexto da pandemia e em que medida se dá a difusão do conhecimento? Qual o sentido do ensino remoto para as juventudes do campo?

Esses questionamentos orientam a discussão a seguir, com o objetivo de analisar o trabalho pedagógico a partir das aulas remotas aplicadas no Colégio Estadual João Carneiro, situado no campo. Trata-se de uma pesquisa focada nos trabalhos pedagógicos realizados com aulas remotas e nas relações estabelecidas entre docentes e estudantes no Colégio Estadual João Carneiro, localizado em Conceição do Coité-BA, e fundamentada na epistemologia do Materialismo Histórico Dialético, com base em autores como Kosik (1976), Marx e Engels (2009). A pesquisa ancora-se ainda em Arroyo (2011), Caldart (2010; 2020), Freire (1996; 2013) e Vázquez (2011) para embasar as discussões sobre Educação no Campo na perspectiva da práxis docente e nos olhares juvenis que emergem diante da situação atual no Brasil e em outros países durante a pandemia. Portanto, é importante indagar as professoras sobre sua prática pedagógica e suas reflexões sobre este momento de distanciamento social e trabalho na Escola do Campo, bem como promover espaços para discutir as dificuldades e sucessos, os recursos tecnológicos, a participação estudantil e as avaliações que fazem do ensino com a mediação tecnológica.

## O CENÁRIO INICIAL DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM TEMPOS DE PANDEMIA NA ESCOLA PESQUISADA

O Colégio Estadual João Carneiro, apesar das precarizações dos recursos tecnológicos e da necessidade de aprimoramento na formação do seu quadro docente e da equipe, que precisa ser considerada em suas individualidades, assim como do diálogo fragmentado com instâncias superiores, vem apresentando bons resultados no IDEB (Figuras 1, 2 e 3 abaixo). Isso contribui para uma boa avaliação por parte da comunidade escolar e, de forma mais ampla, no município. Talvez, este seja um dos fatores que explica por que, desde 2013, a escola tem recebido alunos da sede do município, oriundos de instituições públicas e privadas. Vale destacar que o transporte desses alunos é custeado pelos responsáveis.

Abaixo, as figuras com dados apresentados pelo INEP.

**Figura 1:** IDEB Colégio Estadual João Carneiro



Fonte: Brasil, 2019.

**Figura 2: IDEB Colégio Estadual João Carneiro**



Fonte: Brasil, 2019.

**Figura 3: IDEB Escola Municipal José Lopes Araújo**



Fonte: Brasil, 2019.

Embora saibamos que os resultados do IDEB não refletem plenamente as reais condições da educação, uma vez que se baseiam em dados de aprovação escolar obtidos no Censo Escolar, realizado anualmente, e nas médias de desempenho nas avaliações do Inep - a Prova Brasil (para IDEBs de escolas e municípios) e o Saeb (para os IDEBs dos estados e nacional), aplicadas no 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio -, esses resultados, segundo Sena (2019, p. 21), são tentativas de homogeneizar o currículo, onde as avaliações nacionais tornaram-se uma grande mina de recursos públicos para as empresas que desenvolveram suas expertises na sua elaboração, como também,

para aquelas descobriram um mercado muito lucrativo, junto aos estados e municípios, cuja mercadoria são as “fórmulas mágicas” que elevam, em prazos mínimos, os indicadores educacionais.

Portanto, essa ideia de homogeneização acopla-se aos interesses do capital e é, no mínimo, indignante, pois distorce as funções sociais da escola, especialmente da escola do campo, que visa uma formação multilateral orientada para o desenvolvimento pleno das capacidades humanas e a inserção crítica e criativa das novas gerações no trabalho social, entendido como aquele que contribui para o bem-estar coletivo (Caldart, 2020, p. 9).

Nessa linha de pensamento, Caldart (2010, p. 67) afirma que a escola precisa ser transformada para trabalhar na perspectiva da formação dos sujeitos e da difusão do conhecimento. Esta instituição, que não foi criada para a classe trabalhadora, tende a reproduzir os interesses do polo socialmente hegemônico, o que se reflete nas escolhas sobre “o que entra ou não entra no seu projeto político-pedagógico” (Caldart, 2010, p. 67).

Nesse processo de transformação, que parte das mudanças subjetivas daqueles que organizam o trabalho pedagógico, devemos refletir sobre a função social da escola durante a pandemia de COVID-19. Com uma abordagem que incorpora as diferentes práticas e teorias da educação construídas historicamente (Caldart, 2010, p. 69), é essencial que essas práticas cheguem aos jovens estudantes de maneira a possibilitar a construção e a difusão do conhecimento e a formação do cidadão social, dotado de valores e condutas. Assim, entendemos que a Escola do Campo é um espaço de formação, “uma entidade social movida por práticas sociais” (Ferreira, 2015, p. 187), onde ocorre a sociabilidade e o desenvolvimento intelectual e subjetivo. Esse espaço, que vai além dos muros físicos, interliga-se à comunidade ao redor, sendo essencial para as trocas afetivas e o respeito às diversidades, construído na práxis.

Contudo, no contexto da pandemia de COVID-19 - causada por um vírus que atinge a todos, mas agrava especialmente as condições das populações mais carentes - foi necessário adotar o distanciamento social para conter sua transmissão. Com isso, as atividades educacionais presenciais precisaram ser suspensas de forma não planejada e inimaginável. Em 16 de março de 2020, o Governador da Bahia, Rui Costa, publicou o Decreto nº 19.529, que estabeleceu medidas temporárias para o enfrentamento da pandemia, incluindo a suspensão das aulas nas escolas estaduais por 30 dias nas cidades de Feira de Santana, Porto Seguro e Salvador. Em 19 de março de 2020, o Decreto nº 19.586 ampliou essa suspensão para todas as escolas públicas e privadas do Estado da Bahia, e, em 14 de abril de 2020, o Decreto nº 19.635 prorrogou a suspensão das aulas até o dia 3 de maio.

Dessa forma, para se aproximar dos estudantes, tornou-se necessário implementar atividades pedagógicas não presenciais, mediadas pelas tecnologias digitais, através de plataformas que pudessem mitigar esse distanciamento e evitar um isolamento total, abrindo espaço para um “ensino remoto emergencial”. Os professores do CEJC foram desafiados a repensar suas práticas pedagógicas e a reorganizar o trabalho pedagógico, sobre o qual Ferreira (2015, p. 191) afirma:

A contradição existente na experiência do trabalho pedagógico pode ser enfrentada a partir do entendimento de que, na mesma medida em que a Organização do Trabalho Pedagógico - OTP é determinada, mas também determinante, ela pode superar as forças hegemônicas e atuar na contramão do que está posto como lógica escolar institucionalizada, ou seja, é a partir do contexto da contradição que se pode decidir por ações contra-hegemônicas e, por conseguinte, disposta intencionalmente, a construir outra lógica de instituição e educação escolar, disposta, ainda, a se caracterizar e moldar sua especificidade.

Dessa forma, os educadores passaram a buscar alternativas para interagir com seus alunos por meio dos canais digitais, elaborando novas experiências e atividades, utilizando ferramentas de plataformas como *Facebook*, *YouTube* e *WhatsApp*.

Nesse cenário pandêmico e instável, planejar aulas remotas para alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio representou um grande desafio para os docentes, que enfrentaram problemáticas como a falta de acesso dos alunos à internet para participarem das aulas e a necessidade de interatividade digital por meio de aplicativos. Em relatos, educadores e educadoras apontaram as dificuldades no manuseio de aplicativos para atrair o público jovem “conectado”. A gamificação foi uma estratégia adotada para trazer a dinâmica dos jogos ao ambiente virtual da sala de aula, visando maior proximidade e engajamento dos alunos com a aprendizagem.

Nos primeiros contatos, os professores do colégio pesquisado utilizaram o grupo de docentes e funcionários do CEJC para, ao serem desafiados pela situação, lançar-se no planejamento de aulas que garantissem aos estudantes uma continuidade educativa, mesmo durante o distanciamento social. A busca por uma organização do trabalho pedagógico que assegurasse a aprendizagem representava, naquele momento, comunicar aos jovens estudantes o quanto eles eram - e são - importantes para a escola. Assim, decidiu-se criar grupos por sala na plataforma Facebook, a partir dos quais novas experiências e possibilidades foram discutidas. Ficou claro para cada educador e educadora a oportunidade de uma formação continuada, coletiva e baseada na troca de conhecimentos. Iniciar essa construção coletiva em meio a uma crise global e sem previsão de solução, causada por uma fissura contemporânea alimentada pelo capitalismo devastador, mas que ao mesmo tempo incita uma reflexão sobre o bem comum, tornar a escola um espaço que pode mobilizar seus participantes para uma prática social mais justa e colaborativa.

Os primeiros passos envolveram a construção dos grupos por ano/série de estudo, a criação de uma agenda de estudos extra-classe, com horários divididos por componentes curriculares, e atividades como leituras, exercícios, videoaulas e outros recursos educativos. No segundo momento, professores, estudantes e alguns pais foram convidados a participar dos grupos. Alguns pais acompanharam de perto as atividades, inclusive participando ativamente das postagens dos filhos. Com os grupos formados, as postagens foram iniciadas. No primeiro dia, as atividades já estavam disponíveis nas turmas, e alguns alunos começaram a interagir com comentários e dúvidas, dando feedback das atividades. Durante essa manhã, surgiram dificuldades e questionamentos dos professores quanto ao retorno dos alunos, horários e carga de atividades, questões que precisariam ser ajustadas ao longo do processo.

No segundo dia, os professores continuaram com as postagens e responderam aos feedbacks dos alunos. No entanto, notou-se que a adesão estava ainda tímida, com a participação mais ativa de alguns poucos alunos que já eram engajados nas aulas presenciais. Os estudantes dos turnos matutino e noturno demonstraram maior adesão, enquanto os do turno vespertino, como esperado, participaram pouco. Esse grupo de estudantes já se mostrava desmotivado nas aulas presenciais, exigindo intervenções constantes dos professores, como diálogos, incentivo com promessas de pontuação e outras estratégias para motivá-los.

Diante de um planejamento ainda inicial por parte da Secretaria de Educação, duas formações para professores foram realizadas nesta semana: uma com o professor António Nóvoa, ao vivo de Lisboa, e outra sobre o uso da plataforma *Google For Education*. Além disso, uma videoconferência foi promovida para os estudantes da rede estadual para instruí-los sobre o acesso ao Google Sala de Aula.

Na terceira semana, a professora pesquisadora sugeriu à direção escolar uma reunião pedagógica com o objetivo de discutir as atividades planejadas e postadas, avaliando esses primeiros passos na aproximação com os alunos e no processo de aprendizagem durante a pandemia, um período marcado por incertezas sobre a vida, o trabalho, o convívio social, a instabilidade econômica e, especialmente, o processo democrático do país.

A reunião ocorreu na sexta-feira, 24 de abril de 2020, via *Google Meet*, com a participação de seis professoras e cinco professores. A pauta incluiu a prática pedagógica durante a quarentena, as atividades propostas e a baixa participação dos alunos. Foram avaliadas a participação dos alunos por turno, o acesso às tecnologias digitais e à internet, e decidiu-se, coletivamente, continuar insistindo nessas atividades, buscando outros meios para facilitar a aproximação pedagógica.

Também foi discutida a necessidade de registrar e realizar uma avaliação contínua, considerando um possível retorno às aulas presenciais. Decidiu-se que os estudantes criariam um portfólio com todas as atividades realizadas para apresentá-lo no retorno, caso ele ocorresse ainda em 2020. Foi lida parte da Resolução CNE/CP nº 27, de 25/03/2020, que orienta as instituições de ensino sobre o desenvolvimento de atividades curriculares durante a pandemia. Quanto à participação inicial dos alunos nas atividades, observou-se o seguinte nível de interação:

**Tabela 1:** Participação de estudantes nas interações iniciais

Ano	Curtida	Visualização	Comentário	Número de aluno por turma
6º Vespertino	01	21	0	16
7º Vespertino	01	18	0	20
8º Vespertino	01	17	0	19
9º Vespertino	04	19	04 (01 aluno)*	11
8º Matutino	02	41	61	30
9º Matutino	07	43	28	27
2º Ano	01	16	01	17
3º Ano	01	14	11 (01 aluno)*	11

\*comentário entre professora e estudante.

**Fonte:** elaborado pelas pesquisadoras, 2020.

Diante desse cenário, já na terceira semana de atividades, foi realizada uma intervenção em forma de videoconferência para os estudantes do 8º ano matutino, utilizando a plataforma *Teams Link*. Essa plataforma permite o compartilhamento de vídeos, textos, áudios, entre outras ferramentas de interação. No entanto, de uma turma de 31 alunos, apenas seis participaram.

Durante a videoconferência, foi feita uma retrospectiva dos conteúdos já trabalhados e realizada a correção de uma atividade. Além disso, exibiu-se um curta-metragem e foi compartilhada a atividade proposta para que os/as estudantes acompanhassem. Apesar do baixo número de participantes, a atividade seguiu adiante.

Essa ausência pode ser interpretada de duas maneiras: os alunos podem não ter acesso a dispositivos tecnológicos e à internet, ou podem estar desmotivados em relação às atividades devido aos efeitos da pandemia, conforme apontado por Saviani e Galvão (2021, p. 39).

Deve-se ter presente que, pela sua própria natureza, a educação não pode não ser presencial. Com efeito, como uma atividade da ordem da produção não material - na modalidade em que o produto é inseparável do ato de produção -, a educação se constitui necessariamente como uma relação interpessoal, implicando, portanto, a presença simultânea dos dois agentes da atividade educativa: o professor com seus alunos (...) Mas não basta apenas presença simultânea, pois isso estaria minimamente dado por meio das atividades síncronas do “ensino” remoto.

Todavia, a interação e participação dos estudantes, mesmo que em pequena quantidade, foram valiosas, pois proporcionaram diversas aprendizagens no âmbito do currículo institucionalizado, no acesso às tecnologias, nas novas formas de aprender e ensinar, no compartilhamento de informações e nas relações interpessoais. Em um contexto pandêmico como este, percebe-se que educadoras e educadores do campo vivenciam um movimento de aprendizagem coletiva entre todos os participantes - professores, estudantes e toda a comunidade escolar -, promovendo uma ação-reflexão-ação que reflete uma dialogicidade e compartilhamento de conhecimento entre os envolvidos.

Observa-se também que o uso do e-mail institucional da plataforma e-nova, disponibilizado aos estudantes da rede estadual, não foi bem aproveitado. Houve dificuldade em acessar e ativar o e-mail, o que dificultou a interação dos docentes por meio do *Google for Education*. Segundo a plataforma:

“O *Google for Education* dá aos professores a liberdade de passar mais tempo personalizando a experiência de aprendizagem e menos tempo a gerenciando. Os alunos podem aprender a resolução de problemas do século XXI e as habilidades que usarão nas carreiras futuras, com recursos de acessibilidade que ajudam todos os alunos a terem o melhor desempenho possível”.

A perspectiva do Google é positiva; contudo, “esqueceram-se de combinar” o acesso à internet e a dispositivos como celulares, computadores, tablets e notebooks com o principal público envolvido: nossos/as estudantes. A realidade é que a lógica de privilégio para aqueles que já possuem vantagens se impõe, e a solução tecnológica para enfrentar a pandemia no âmbito educacional surge como redentora, mas não alcança a todos, especialmente os oriundos da classe trabalhadora.

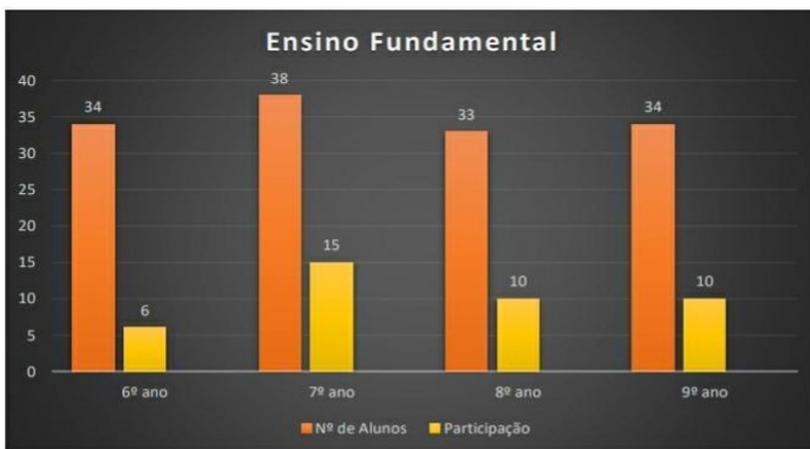
Em outros encontros com turmas consideradas mais engajadas e com melhores condições de participação nas experiências de aprendizagem durante a quarentena, as atividades começaram de forma tímida. Ainda assim, as mesmas dificuldades de acesso às tecnologias digitais foram observadas. A proposta incluiu a leitura de um artigo sobre a Covid-19 do jornal *El País*, que discorria sobre as tendências mundiais após a pandemia e como essas mudanças afetariam nossas vidas. Os estudantes foram orientados a fazer um recorte textual, opinando sobre uma das dez tendências pós-pandemia. O resultado foi uma discussão participativa e muito produtiva, com a participação de quase metade da turma.

Esse engajamento pode ser atribuído à relevância do tema abordado, que conectava o conteúdo da aula com uma situação concreta da vida e do contexto social, tanto local quanto global. A experiência levanta uma questão essencial: até quando a docência, seja no formato presencial ou virtual, continuará subestimando o pensamento atual dos/as estudantes e sua capacidade de refletir sobre questões que vão além do conteúdo dos livros didáticos?

Em uma reunião pedagógica remota, decidimos criar grupos por ano de escolaridade no aplicativo *WhatsApp*, abrangendo ambos os turnos, matutino e vespertino. O objetivo foi aproximar as turmas, incentivar o diálogo, postar as atividades nos grupos e promover maior participação. No entanto, a aná-

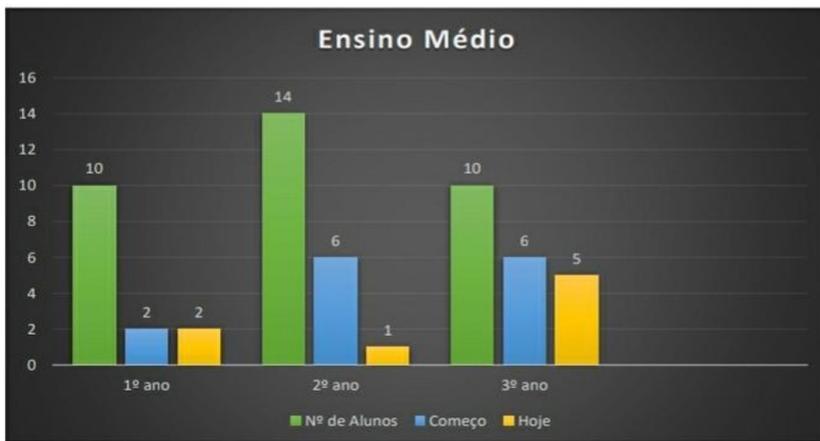
lise dos gráficos a seguir mostra que essa estratégia não trouxe grandes mudanças, e alguns alunos abandonaram os grupos, como pode ser observado nos gráficos abaixo.

**Gráfico 1:** Participação dos alunos do ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais no grupo do aplicativo *WhatsApp*



Fonte: CEJC, 2020.

**Gráfico 2:** Participação dos alunos do Ensino Médio no grupo do aplicativo *WhatsApp*.



Fonte: CEJC, 2020.

Apesar da baixa participação, os encontros continuaram pela plataforma *Google Meet*, pelo uso do aplicativo *WhatsApp* e por meio de grupos no *Facebook*.

Em outro contexto, a Secretaria de Educação do Município de Conceição do Coité publicou, no Diário Oficial do Município, em 14/08/2020, o regulamento para o atendimento educacional por meio de atividades remotas durante a pandemia da COVID-19. O documento orienta os diretores da rede municipal sobre como proceder com o atendimento educacional remoto, com ou sem o uso de tecnologias digitais. Entre as diretrizes estão a forma de comunicação com os pais, a interação entre professores e alunos e sugestões metodológicas. A iniciativa da secretaria está respaldada em decretos, leis e aprovação do Conselho:

Todas as atividades propostas visam o cumprimento do Decreto Municipal nº 2667 de 16 de março de 2020 e estão em acordo com a Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, a Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020, O Parecer CNE 005 de 1º de Junho de 2020, o Parecer do Conselho Estadual da Bahia nº 27, de 25 de março de 2020, bem como orientações expedidas via ofícios circulares por órgãos representativos da política educacional como a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME) e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) (D.O COITE 14/08/2020).

Assim, as escolas municipais estão desde setembro de 2020 implementando algumas medidas educativas para que o vínculo com o processo educativo não seja distanciado de modo a prejudicar o percurso escolar. Diante da pouca participação dos/as estudantes nas aulas síncronas e da dificuldade de acesso e uso de aplicativos, plataformas digitais e recursos tecnológicos, optou-se também pela entrega de atividades impressas aos responsáveis pelos/as estudantes, que seriam devolvidas para correção. Essa foi uma das orientações metodológicas previstas nas resoluções mencionadas anteriormente.

As escolas estaduais de Conceição do Coité não programaram processos pedagógicos para aproximar os estudantes neste momento pandêmico. Evidencia-se aqui a pouca autonomia da escola para refletir, opinar e construir seus próprios caminhos de diálogo com os/as estudantes, de modo a obter a participação efetiva deles nas atividades, considerando que as condições materiais existentes dificultam essa construção de caminhos.

A pandemia ainda não acabou<sup>1</sup>, e estamos resistindo com nossos/as estudantes; as aulas continuam. Não sabemos em que momento haverá a conclusão desta aventura pedagógica, repleta de inconclusões e incertezas. Até o final de outubro de 2020, as atividades e participações continuaram. Alguns professores foram mais atuantes, enquanto outros não participaram. Novembro foi um mês de férias para todos os professores. O ano letivo de 2020 se encerrou, e nossos/as estudantes ainda não sabiam o que aconteceria. Como seria o próximo capítulo em 2021?

Assim, ressaltamos que o ensino remoto foi uma forma de a escola cumprir uma de suas funções; os diálogos e aproximações realizados durante este período de afastamento buscaram ser dialógicos, pois “ser dialógico é não invadir, é não manipular, é não ‘sloganizar’. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade” (Freire, 2013, p. 33). Esses diálogos revelam o quão significativo é esse ato amoroso e aproximativo que, em circunstâncias desafiadoras, intentou (re)significar a educação para além das condições ocasionadas pela pandemia da COVID-19.

---

1 Este período, conjugado no presente, demarca que para além da crise sanitária há um impacto da pandemia de COVID-19 sobre o calendário escolar de 2020 e ao cenário de incertezas quanto ao futuro da educação. A interrupção das aulas presenciais, a introdução de métodos de ensino remoto e o esgotamento de professores e estudantes caracterizaram esse momento, marcado por adaptações constantes e pela falta de clareza sobre o retorno ao ensino presencial. A complexidade do contexto gerou um “estado de aventura pedagógica” com mudanças na participação de educadores e uma sensação de inacabamento, destacando os desafios da continuidade educacional em meio à crise sanitária que refletem as mazelas sociais e educacionais gerando o que as escritoras nomeiam: “a pandemia não acabou.”

Nesse sentido, a esperança dos docentes muda a organização do trabalho pedagógico, tradicionalmente vivenciado, gerando um esperar em um sentido amplo, que se expressa como verbo e ação. Isso os motivou e mobilizou a criar, mesmo em meio à ausência de condições materiais satisfatórias e às dificuldades sociais e estruturais de acesso e utilização de tecnologias, além da situação emergencial vivenciada, que afeta não apenas a saúde física, mas também a saúde psicológica, as ações de aproximação e as aprendizagens. E como bem coloca Freire, “O papel do educador não é o de ‘encher’ o educando de ‘conhecimento’, de ordem técnica ou não, mas sim o de proporcionar, através da relação dialógica educador-educando, educando-educador, a organização de um pensamento correto em ambos” (Freire, 2013, p. 43).

Provocados à transformação que Freire (2013) aponta como: atuando-transforma, transformando-cria uma realidade que, por sua vez, envolve o indivíduo. Dessa maneira, dialogando com a Educação do Campo e, principalmente, com a Escola Pública que nossos/as professores/as e pesquisadores/as defendem, encontramos a luta pela educação pública de qualidade, que se vê cada vez mais ameaçada pelos interesses do capital privado sobre o projeto educacional, como é o caso das organizações Lemann e do projeto Seninha (Freitas, 2020).

Essas intencionalidades, originadas de projetos e pensamentos neoliberais, centralizam suas narrativas visando à ampliação de lucros a partir do uso de recursos financeiros públicos, apostando em uma perspectiva de estado mínimo e disseminando a inverdade de que as empresas privadas funcionam melhor e que as públicas prestam um mau serviço à população. Isso serve apenas para “validar” as privatizações e obter a aprovação de uma população que, na maioria das vezes, desconhece que as riquezas do Brasil, como a Petrobrás, Eletrobrás, Correios, entre outras, estão sendo internacionalizadas e vendidas ao capital estrangeiro. Trata-se, sobretudo, de um sistema perverso que devasta tudo

em função da acumulação infinita de riqueza. Por isso, a nossa Floresta Amazônica e o Pantanal são diariamente destruídos por queimadas, sem que o governo brasileiro apresente uma política de proteção mais eficiente e eficaz.

Nesse sentido, não apenas as empresas estatais e os bens naturais do país estão em risco de desaparecer, mas a educação também está sendo desvalorizada e sucateada, com cortes de financiamento e redirecionamentos de recursos para uma futura privatização. Como afirmam Motta e Leber (2010, p. 581): “a mercantilização não se esgota no suporte financeiro e legal do Estado ao setor privado-mercantil; alcança, inclusive, a essência da educação superior; as prioridades de pesquisa, o teor curricular, as formas de avaliação e a carreira docente”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sentido da docência das professoras e professores da Escola do Campo foi profundamente afetado por um processo de resignificação durante este período pandêmico, em que as aulas presenciais foram suspensas e substituídas pelo “ensino” remoto. Isso afetou diretamente a forma de ensinar, a relação com os estudantes e a produção de conhecimento, além de evidenciar a deficiência estrutural das escolas no que diz respeito ao acesso às tecnologias de informação e comunicação e à rede de internet, desnudando, principalmente, o abismo da desigualdade no acesso à educação.

A utilização de recursos tecnológicos para os encontros virtuais condiciona uma relação indiferente e pouco acolhedora. Nas salas virtuais, apenas o/a professor(a) abre a câmera ou tem sua foto no perfil. A maioria dos alunos opta pela frieza da imagem baixada da internet. O receio de muitos estudantes está vinculado ao fato de evitarem a exposição pessoal por medo dos memes que seus próprios colegas possam produzir. Sem identidade, sem com-

promisso e sem perspectiva de aprendizagem, não há participação efetiva, respostas de aprendizagem ou interação. Trata-se de um mundo virtual vazio de afetividade e compromissos, no qual os estudantes podem fingir que estão participando.

Embora a nossa percepção seja de uma experiência concreta de trabalho remoto, nossa escola iniciou um trabalho piloto voluntário, convidando os estudantes para participar das aulas remotamente. Como foi exposto no escrito, a participação dos/das estudantes foi mínima por turma, mas o acesso às atividades foi significativo. A escola, por sua vez, promoveu a busca ativa e reuniões com pais, responsáveis e professores; no entanto, não alcançou o objetivo de trazer os alunos de volta à sala de aula.

O público que acessa a escola pública é diverso e economicamente fragilizado, fazendo parte da base da pirâmide social. Com poucos recursos, muitos se restringem à busca pela sobrevivência em uma sociedade extremamente desigual. Estudar se torna uma questão secundária, principalmente durante a pandemia. Segundo a pesquisa da Fundação Carlos Chagas, no Brasil, 81,9% dos alunos e alunas da Educação Básica deixaram de frequentar a escola. É importante registrar que as escolas particulares dos anos finais do Ensino Fundamental da cidade de Conceição do Coité mantiveram suas atividades, e os/as estudantes concluíram seus percursos escolares do ano letivo de 2020. A Rede Estadual suspendeu as atividades, retornando apenas em 2021, enquanto a Rede Municipal reiniciou suas atividades em setembro de 2020, concluindo o ano letivo em maio de 2021. A desigualdade social e educacional, assim, torna-se evidente nas camadas sociais mais pobres, especialmente entre a classe trabalhadora, que negocia sua força de trabalho para sustentar suas famílias. A pandemia desnudou a desigualdade educacional do nosso país e o quanto o mercado explora o trabalhador.

A contradição é evidente e constitui uma parte fundamental da discussão sobre as abordagens da aprendizagem, do ensino, do

acesso às tecnologias, dos suportes metodológicos e da formação. Não oferecer ensino remoto aos estudantes do campo por falta de suporte tecnológico é excluí-los do processo democrático de acesso à educação em tempos de pandemia. Isso expõe a precarização do nosso sistema de ensino; oferecer educação a esses estudantes sem as condições adequadas de aprendizagem é negar um direito fundamental garantido pela constituição brasileira.

Durante essa experiência, observamos o envolvimento de estudantes e professores/as em uma relação de inexperiências mútuas, tanto de quem ensina quanto de quem aprende. Constatamos, principalmente, o quanto a relação socioafetiva no ambiente escolar é indispensável para a formação cidadã e humana. Se as condições não são favoráveis para quem ensina, imaginemos para quem aprende. A relação significativa para as juventudes do campo, nesse sentido, evidencia a inexistência de políticas públicas que fortaleçam a Educação do/no Campo. Nesse contexto, as juventudes do campo e no campo se inserem no processo de (re)existência, indo além da reparação educacional que os povos do campo merecem e exigem. Viver o ensino remoto também é um direito e uma experiência que exigirá do Estado um levantamento das demandas necessárias para esses estudantes, que, quem sabe, possam se tornar visibilizados nos relatórios institucionais.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G.; CALDART, R.S.; MOLINA, M. C. (Orgs.). *Por uma educação do campo*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BAHIA. Secretaria Estadual de Educação. *Institucional*. Disponível em: <http://institucional.educacao.ba.gov.br/noticias/governo-do-estado-prorroga-ate-3-de-maio-suspensao-das-aulas-na-bahia> Acesso em 10 de mai. de 2020.

BAHIA. Secretaria Estadual de Educação. *Decreto nº 19.529 de 16 de março de 2020: que estabelece as medidas temporárias para o enfrentamento de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional - ESPIN, para fins de prevenção e*

*enfrentamento à COVID19*. Disponível em: <http://www.secom.ba.gov.br/arquivos/File/Decreto27demarco.pdf> Acesso em 30 de mar. de 2020.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010: dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera*. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de nov. de 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). *Parecer CNB/CEB nº 36/2001: Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo*. Brasília: CNE, 4 de dez. de 2001.

CALDART, Roseli Salete; FETZNER, Andréa Rosana; RODRIGUES, Romir; FREITAS, Luiz Carlos de. (Orgs). *Caminhos para transformação da escola. Reflexões desde práticas da licenciatura em Educação do Campo*. São Paulo. Expressão Popular, 2010.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento: processo histórico e chave metodológica*. Texto apresentado para o Grupo de Estudos do MST sobre Reforma Agrária Popular e Educação, em 21 de setembro 2020.

CENPEC. *Educação*. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/noticias/6-pesquisas-para-entender-como-a-pandemia-tem-afetado-a-comunidade-escolar> Acesso em jul. de 2021.

FERREIRA, Maria Jucilene Lima. *Docência na Escola do Campo e formação de educadores: qual o lugar do trabalho coletivo?* Tese de Doutorado. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. 2015, 235 p.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente*. 16 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GOOGLE FOR EDUCATION. Disponível em: [https://edu.google.com/intl/pt-BR\\_ALL/why-google/k-12-solutions/?modal\\_active=none](https://edu.google.com/intl/pt-BR_ALL/why-google/k-12-solutions/?modal_active=none) Acesso em 10 de ago. de 2020.

FCC. *Fundação Carlos Chagas*. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc/educacao-pesquisa/educacao-escolar-em-tempos-de-pandemia-informe-n-1> Acesso em 10 de agosto de 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010*. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html> Acesso em 10 de ago. de 2020.

IDEB. *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica*. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/> Acesso em 10 de ago. de 2020.

- KOSIK, Karel. *A Dialética do Concreto*. 2 ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1976.
- LEBER, R.; MOTTA, V. C. Políticas públicas neoliberais e educação do campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). *Dicionário da educação do campo*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MARX, Karl. *O Capital*. Vol 1/1. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1971.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- NÓVOA, António. Formação Continuada - Aula Magna António Nóvoa. *A crise do Coronavírus vai acelerar a História*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7kSPWa5Niego> Acesso em 14 de abr. de 2020.
- SAVIANI, Dermeval; GALVÃO, Ana Carolina. Educação na Pandemia: a falácia do “ensino” remoto. *Covid-19, trabalho e saúde docente*. Universidade e Sociedade. Andes-SN. Janeiro de 2021.
- VAZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da Práxis*. 2 ed. São Paulo. Expressão Popular, 2011.

## CAPÍTULO 7

### O ENTRELAÇAR DA AFETIVIDADE, DO CUIDADO E DAS PICS: PROJETO OMBRO AMIGO DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DA UFBA – COMUNIDADES DO CAMPO, QUILOMBOLAS E INDÍGENAS

Bárbara Maria Dultra Pereira  
Floriano Barboza Silva  
Cândida Ribeiro Santos

#### APRESENTAÇÃO

O mundo está passando por grandes transformações em diversas esferas – social, econômica, religiosa e política – e, especialmente, no campo da saúde, se manifesta de várias formas. A pandemia de Covid-19 exacerbou os desafios relacionados à saúde entre discentes, técnicos e docentes da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Diante dessa realidade, os professores Floriano Barboza e Bárbara Dultra idealizaram o Projeto Ombro Amigo, oficialmente registrado na Pró-reitoria de Extensão da UFBA.

Este projeto tem como objetivo oferecer à comunidade da UFBA e à sociedade em geral estratégias para a prevenção de doenças e a recuperação da saúde, destacando a importância da escuta sensível e das Práticas Integrativas Complementares (PICS).

A equipe inicialmente composta pelos Terapeutas Holísticos e Professores Floriano Barboza Silva (TCC – Terapia Cognitivo Comportamental e Terapia Comunitária), Bárbara Maria Dutra Pereira (Reiki), Cândida Ribeiro Santos (Yoga/Reiki) e Tatiana Santos de Lima (Yoga), que se dedicam a mitigar a dor e o sofrimento, acolhendo todas as pessoas com afeto e cuidado.

Para facilitar o acesso ao projeto, foram realizadas articulações com docentes e Coordenadores dos cursos de Administração, Secretariado Executivo e Administração Pública e Gestão Social, todos da Escola de Administração. A divulgação também atingiu técnicos e docentes através do Departamento e das Redes Internas, além de utilizar redes sociais e a *homepage* da EAUFBA para alcançar a comunidade acadêmica e a sociedade ampliada.

No âmbito da UFBA, o projeto estabelece uma parceria com o Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAPP) que oferece acolhimento psicológico, pedagógico e social nas diversas Unidades de Ensino, incluindo a EAUFBA. Para a sociedade ampliada, a equipe do Ombro Amigo se desloca para escolas públicas estaduais, em parceria com os outros NAPPs/UFBA, promovendo as PICS e reafirmando sua política de cuidado, independente do público e do local. Maturana (1998, p. 85) destaca a relevância do amor na saúde:

A maior parte das enfermidades humanas surge na negação do amor. Adoecemos se não nos querem, se nos rejeitam, se nos negam ou se nos criticam de uma maneira que nos parece injusta. Podemos até mesmo adoecer de câncer, porque a dinâmica fisiológica tem a ver com a dinâmica emocional. 99% das enfermidades humanas têm a ver com a negação do amor (1998, p. 85).

À medida que o amor é valorizado e o cuidado ampliado, as pessoas tendem a se tornar mais saudáveis, otimistas, criativas e com um sistema imunológico mais robusto. Em contraste, a falta de amor aumenta a vulnerabilidade ao adoecimento. Assim, a afetividade, o cuidado e as PICS se entrelaçam no Projeto Ombro

Amigo para promoverem uma abordagem integral e humanizada da saúde.

Esse artigo está formatado da seguinte maneira: 1. As Práticas Integrativas Complementares: elo de afeto e cuidado. 2. Contribuições das Práticas Integrativas Complementares para a saúde das Comunidades do Campo. 3. Inclusão de Comunidades Quilombolas e Indígenas. 4. Afetividade e cuidado: um olhar para além do visível. 5. Conclusão.

## AS PRÁTICAS INTEGRATIVAS COMPLEMENTARES: ELO DE AFETO E CUIDADO

As Práticas Integrativas e Complementares (PICS) englobam sistemas médicos complexos e recursos terapêuticos que, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), são também conhecidos como Medicina Tradicional e Complementar/Alternativa (MT/MCA). Esses sistemas e recursos visam estimular os mecanismos naturais de prevenção e recuperação da saúde por meio de abordagens eficazes e seguras, com ênfase na escuta acolhedora<sup>1</sup>, no desenvolvimento do vínculo terapêutico e na integração do ser humano com seu ambiente e a sociedade (Brasil, Ministério da Saúde, 2020).

A criação da Política Nacional de Práticas Integrativas Complementares (PNPIC) pelo Sistema Único de Saúde (SUS), regulamentada pela Portaria 971/2006, trouxe uma nova perspectiva sobre a multidimensionalidade humana. O reconhecimento do ser humano como bio-psico-social-espiritual-transdimensional e a compreensão das peculiaridades do adoecer, com base no modelo bioenergético/vitalista, remodelaram o ato de cuidar e afetar os usuários das PICS. Este desenvolvimento significou o surgimento de um novo paradigma na abordagem da saúde, permitindo uma visão mais abrangente das questões de saúde e doença (Pereira, 2017). O Brasil se destaca mundialmente na área das PICS na

atenção básica, investindo em prevenção e promoção da saúde. Essa modalidade não só visa evitar o adoecimento, mas também oferece alívio de sintomas e tratamento para aqueles que já estão doentes (Brasil, Ministério da Saúde, 2020). Para compreendermos amplamente seus efeitos é necessário conhecer a anatomia humana, na perspectiva bioenergética.

## CONHECENDO A ANATOMIA HUMANA, NA PERSPECTIVA BIOENERGÉTICA.

Para compreender os efeitos das Práticas Integrativas e Complementares (PICS) é fundamental conhecer a anatomia humana sob a ótica bioenergética. Esta abordagem permite uma visão integral do corpo humano, que vai além das estruturas físicas e inclui aspectos energéticos e sutis. Esta perspectiva bioenergética propõe a existência de centros energéticos, conhecidos como chakras, que são distribuídos ao longo do corpo, tanto na frente quanto nas costas. Os chakras são definidos como centros de energia no corpo humano, que regulam e influenciam o bem-estar físico, emocional e espiritual. Cada chacra está associado a uma área específica do corpo e a diferentes aspectos da experiência humana, como emoções e funções corporais. Judith (2004) o define da seguinte maneira:

Os chakras são centros de energia localizados ao longo da coluna vertebral, que desempenham um papel crucial na regulação e equilíbrio do fluxo de energia vital no corpo. Cada chacra é associado a diferentes funções físicas e emocionais e está interligado com glândulas endócrinas específicas, influenciando diretamente a saúde e o bem-estar do indivíduo (Judith, 2004, p. 12).

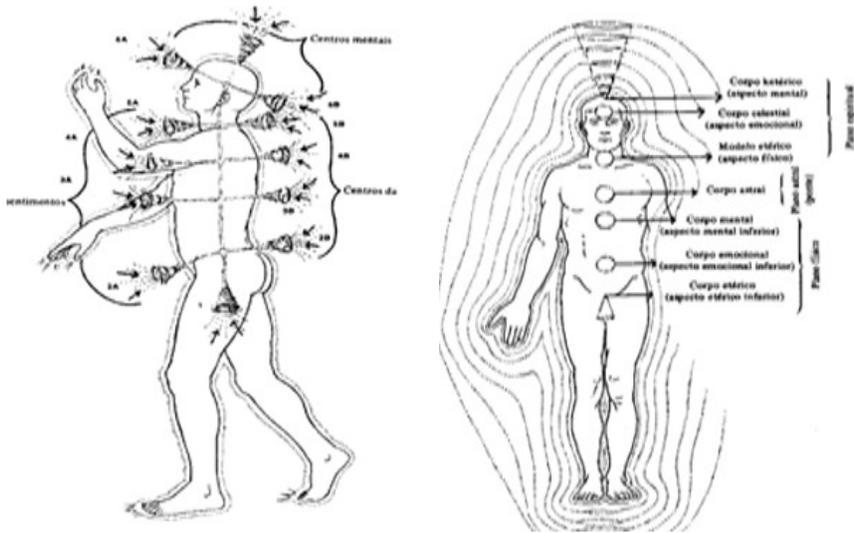
Essa definição destaca a importância dos chacras como centros de energia que afetam tanto os aspectos físicos quanto emocionais da vida humana. Cada chacra está associado a glândulas específicas, órgãos e suas funções fisiológicas, formando um sistema interconectado.

Cada chacra corresponde a um sistema de energia especializado que fornece informações cruciais para as células e tecidos do corpo. Esses sistemas energéticos possuem propriedades dinâmicas únicas que afetam o funcionamento humano, incluindo os processos relacionados às emoções e sentimentos (Oschman, 2000). A capacidade de acessar e compreender esses arquivos de informações energéticas permite uma abordagem mais holística e profunda da saúde, revelando como os desequilíbrios emocionais e físicos podem se manifestar no corpo e impactar o bem-estar geral.

A anatomia bioenergética também envolve o entendimento dos corpos sutis, que são camadas de energia que envolvem e interagem com o corpo físico. De acordo com Capra (1997), estes corpos são componentes essenciais da saúde e do bem-estar, refletindo e influenciando o estado de energia do indivíduo, pois armazenam e processam as experiências vividas.

Esta anatomia proporciona localizar e conhecer os chacras principais, frente/costas (Figura 1), os corpos sutis, suas relações com as glândulas, órgãos e suas funções fisiológicas. Através dela, os arquivos das questões vivenciadas podem ser acessados onde todos constituem sistemas de energia especializados, que fornecem informações para as células e os tecidos do corpo, em diversos níveis, com propriedades dinâmicas peculiares, que interfere no funcionamento humano, inclusive nos processos relacionados a sentimentos e emoções.

**Figura 1:** O Ser Humano Multidimensional: Uma representação das diversas camadas de energia: Chacras vistos de frente e de costas.



**Fonte:** Brennan (1978, p. 74)

Estas energias que circulam no corpo humano colaboram para o surgimento de doenças, quando esses sistemas estão desequilibrados, pelo fato de nada ser esquecido no corpo e cada experiência deixar “marcas”, positivas ou negativas. Isto acontece porque o “[...] O corpo inconsciente guarda o segredo de nossa história pessoal e também coletiva [...]”; “[...] A memória do corpo é a mais profunda: tudo o que me tocou, tudo o que toquei, tateei, acariciei, os golpes que recebi, os ferimentos, tudo permanece na memória de minhas células [...]” (Leloup, 2010 p. 73). Na dimensão energética do corpo, pode-se dizer que os chacras são mais do que reguladores das funções fisiológicas das glândulas endócrinas do corpo, considerados processadores de energia emocional e espiritual<sup>2</sup>. Quando uma pessoa tem dificuldades para conviver com questões emocionais e espirituais associadas a determinado chacra, há diminuição do fluxo de energia vital para determinado local do corpo, podendo se manifestar sob a forma de doença (Gerber, 2000).

Entretanto, cabe salientar que, quando um sistema de órgãos colapsar ou aparecer algum problema na vida de uma pessoa, é preciso cogitar também sobre outros fatores, como: o nível de estresse, a hereditariedade, exposição a vírus, toxinas, alimentação etc., porque

[...] A energia vital do ser entende que o desequilíbrio de energia se dá através da desarmonia total que compreende, além do seu corpo, a interação social e familiar, as crenças e valores, a atitude diante da vida e da morte, a noção de identidade, as emoções, a vida afetiva e sexual, o trabalho e a história pessoal. (Monteiro, 2012, p. 19) [...]

Esta percepção de Monteiro (2012) evidencia no âmbito da doença aspectos da subjetividade humana, da cultura e valores, e, diante dessa realidade, o cuidado pode começar com um “ombro amigo” disponível para ouvir, muitas vezes o inaudível ou com um toque – um simples gesto, como o óleo essencial nos pés –, que para Montagu (1988 p. 275) “[...] Tocar é a verdadeira voz da sensação, do sentimento [...]”.

Vale salientar que o cuidado tem nuances, inclusive corporais como traz (Montagu, 1988): “Todo o corpo humano é recoberto pela pele, até a córnea transparente dos nossos olhos é recoberta por uma camada modificada da pele; ela se vira para dentro para revestir orifícios como a boca, as narinas, o canal anal”. Na evolução dos sentidos “[...] o tato é a origem de nossos olhos, ouvidos, boca e nariz. A pele é uma roupagem contínua e flexível, nos envolve por completo, sendo o mais antigo e sensível de nossos órgãos, nossos primeiros meios de comunicação [...]” (p. 21).

Assim, o corpo proporciona saberes que podem ser (re)conhecidos, com o uso das PICS, levando o ser humano a aflorar uma consciência reflexiva sobre suas múltiplas dimensões, com

possibilidades de ajuda a saúde, a ter mais afeto por si mesmo, autocuidado e a aprender a cuidar do outro. E para minimizar os efeitos produzidos pelo desequilíbrio energético que causa vários incômodos, sejam emocionais ou físicos, o Projeto Ombro Amigo oferta as Práticas Integrativas Complementares, denominada de Yoga/Meditação, Terapia Comunitária Integrativa (TCI) e Reiki.

A seguir, veremos a descrição das PICS ofertadas no Projeto Ombro Amigo.

## YOGA (HATHA YOGA)

Desde 2017, o Yoga é uma das Práticas Integrativas e Complementares (PICS) de saúde já oficializadas no Brasil, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Originada 3000 anos antes de Cristo, essa prática, no seu primeiro texto oficial<sup>3</sup> sobre o assunto, nos diz que: “(...) é a paralisação voluntária das modificações da mente” (Rodrigues, 2006, p. 45), pois, constitui-se num “(...) processo que leva o praticante a um estado de silêncio, deixando a mente livre de suas distrações diárias” (Rodrigues, 2006, p. 45). Consequentemente, “a sua prática leva a um estado de permanente paz interior e equilíbrio sistêmico e incluem o exercício de disciplina física, mental e espiritual, que uma vez praticados levam à saúde integral” (Araújo, 2019, p. 25-26).

O Yoga é considerado um estado de meditação capaz de inibir as modificações da mente. Segundo Maria Celeste Castilho (2006, p. 17):

Yoga é a ciência para se estar aqui e agora, sem devaneios e ilusões; isso porque traz ao praticante um conhecimento maior de si mesmo e, por isso, um melhor domínio (e não apenas controle) sobre seu ser, dentro da mais pura realidade presente.

Sobre a relação yoga/meditação<sup>4</sup>, explicou Shotaro Shimada (2006, p. 68):

Meditação é yoga porque meditação é fusão, integração, a comunhão do finito com o infinito. Somos finitos, limitados, e, através da meditação, podemos chegar ao estado de infinito. E o Yoga é a mesma coisa, é o estado de Absoluto. Então, quem pratica Yoga está praticando meditação, e vice-versa (2006, p. 68).

Para a intervenção proposta neste Projeto, é utilizada uma das modalidades do Yoga<sup>5</sup>, o Hatha Yoga que (...) utiliza-se de diversas técnicas que envolvem o controle mental e corporal através de posturas, controle de respiração e meditação (Araújo, 2019, p. 26). Sobre a busca do equilíbrio interior e autoconhecimento que o Hatha Yoga pode proporcionar aos praticantes, explicou Castilho (2006, p. 18):

Inicialmente, é preciso ajuda, porque não se é acostumado a esse tipo de busca: um bom professor de Hatha Yoga irá orientá-lo nos primeiros passos, durante os quais você conhecerá as posturas (asanas), que foram profundamente estudadas para trabalhar todas as partes do corpo – alongando-o, tensionando-o e relaxando-o com perfeita consciência de cada etapa de sua realização. A respiração, corretamente aplicada em cada etapa, irá ajudá-lo a obter os resultados de forma satisfatória e com maior rendimento. Sua conscientização das razões de cada posição lhe permitirá uma melhor observação de seu estado de espírito no momento, percebendo o quanto ele interfere na prática proposta. Assim, você irá aprendendo a lidar consigo mesmo e a conhecer cada vez melhor suas possibilidades e capacidades.

De maneira geral, o Yoga pode trazer “(...) benefícios incalculáveis, sejam de ordem física, fisiológica ou psíquica. Aparece como resposta natural para as necessidades de nossa época, cheia de tensões e pressa” (Rodrigues, 2006, p. 59). Ao oferecer o “Ombro Amigo”, convidamos a essa prática e a todos os seus possíveis benefícios.

## REIKI

Segundo o Ministério da Saúde, hoje são oferecidas 29 Práticas Integrativas e Complementares, de forma integral e gratuita, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), e o Reiki faz parte deste elenco, definindo-o da seguinte maneira:

[...] Prática terapêutica que utiliza a imposição das mãos para canalização da energia vital visando promover o equilíbrio energético, necessário ao bem-estar físico e mental. Busca fortalecer os locais onde se encontram bloqueios – “nós energéticos” – eliminando as toxinas, equilibrando o pleno funcionamento celular, e restabelecendo o fluxo de energia vital – Qi. A prática do Reiki responde perfeitamente aos novos paradigmas de atenção em saúde, que incluem dimensões da consciência, do corpo e das emoções<sup>6</sup> [...] (Brasil. Ministério da Saúde, 2020).

“[...] Os hormônios produzidos pelas glândulas fluem diretamente para a corrente sanguínea, levando energia vital ao corpo. O sistema endócrino fornece energia aos chacras e ao mesmo tempo devolve as energias sutis dos mesmos ao corpo. O método opera através da inter-relação entre os chacras e as glândulas endócrinas e, desse modo, envolve os planos físico, energético e mental no processo de cura [...] (Freitag, 2015 p. 347).

Esta valorização da subjetividade humana requer sentimentos e ações que possam re(conhecer) dimensões ambientais, sociais, econômicas, psíquicas, espirituais, culturais e biológicas que o sistema bioenergético/vitalista sempre valorizou. E, assim, enxergar as pessoas com toda a sua subjetividade.

Esta PIC foi oficializada pela Portaria 849, de 27 de março de 2017, do Ministério da Saúde, no Art. 1º.: “[...] Inclui na Política Nacional de Práticas Integrativas e complementares (PNPIC), instituída pela Portaria n. 971/GM/MS, de 3 de maio de 2006, publicada no Diário Oficial da União n. 84, de 4 de maio de 2006, Seção 1 pág. 20, [...]” (Brasil. Ministério da Saúde, 2017). Sua inclusão foi oficialmente inserida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO – 3227-30), denominado Terapeuta Reiki, no dia 20/05/2024.

## A TERAPIA COMUNITÁRIA INTEGRATIVA (TCI)

A Terapia Comunitária Integrativa (TCI) é uma Prática Integrativa e Complementar em Saúde (PICS) genuinamente brasileira, nasceu no Ceará em 1987, pelo trabalho coletivo do Professor de Medicina Social, da Universidade Federal do Ceará, doutor em Psiquiatria e Antropologia, Adalberto de Paula Barreto e do advogado Airton Barreto, diante da necessidade de lidar com os sofrimentos e angústias de pessoas atendidas no Centro de Direitos Humanos da Comunidade do Pirambú, a maior favela do Estado. É uma terapêutica com foco nos cuidados em saúde mental, que proporciona um espaço de acolhimento e partilha de sentimentos e experiências de vida, onde os recursos e competências das pessoas são mobilizados por meio da ação do próprio grupo, promovendo a construção de redes sociais (Barreto, 2020).

Esta PIC promove e desenvolve um processo coletivo, tendo como base um comportamento comunitário, ou seja, a comunidade busca soluções para seus problemas, a partir dos recursos próprios e sobre orientação do terapeuta comunitário, com vistas a me-

lhorar o poder resiliente, e fortalecer a autoestima e os vínculos que unem as pessoas enquanto seres humanos corresponsáveis pela vida, cujo protocolo é constituído de seis partes: acolhimento, levantamento do tema, contextualização, problematização, encerramento e apreciação. Segundo a psicóloga e terapeuta Comunitária Marlene

Parece mais adequado conceber a TCI como um sistema terapêutico, composto por um conjunto de partes conectadas por uma inter-relação, com o propósito de cuidar do ser humano, no sentido de aliviar seu sofrimento. A TCI se materializa num Encontro, conhecido por Roda de TCI. Nesse encontro se interconectam as seguintes partes: o protocolo, os elementos da linguagem que emergem no espaço da Roda de TCI, os pilares teóricos que a sustentam, as orientações epistemológicas e a própria metodologia da formação do Terapeuta Comunitário (Silva, 2010).

Nesta perspectiva holística, uma prática terapêutica alternativa é também integradora, devido a sua amplitude no processo de cura e autoconhecimento do indivíduo, como também, possibilitando vê-lo de maneira multirreferencial, fortalecendo os vínculos afetivos.

## CONTRIBUIÇÕES DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES (PICS) PARA A SAÚDE DAS COMUNIDADES DO CAMPO

As Práticas Integrativas e Complementares (PICS) têm um papel significativo na promoção da saúde e do bem-estar das comunidades do campo, como quilombolas, indígenas e outras populações rurais. A seguir, detalha-se como essas práticas podem contribuir positivamente para a saúde dessas comunidades.

## INTEGRAÇÃO COM SABERES TRADICIONAIS

As PICS podem complementar e integrar os saberes tradicionais das comunidades do campo, respeitando e valorizando suas práticas culturais e de saúde. Segundo Santos e Meneses (2009), as práticas tradicionais dessas comunidades frequentemente têm uma visão holística do bem-estar, que inclui aspectos físicos, emocionais e espirituais. A integração das PICS com esses saberes permite uma abordagem mais completa e culturalmente sensível do cuidado. Por exemplo, a utilização de práticas como a fitoterapia, dentro do contexto das PICS, pode ser harmonizada com as tradições locais de uso de ervas e remédios naturais, enriquecendo o tratamento e proporcionando uma abordagem mais alinhada com a cosmovisão da comunidade.

## PROMOÇÃO DO AUTOUIDADO E DA AUTONOMIA

As PICS promovem práticas que incentivam o autocuidado e a autonomia dos indivíduos. A promoção de práticas como a meditação, o yoga, o reiki e a terapia comunitária podem ajudar os membros das comunidades do campo a desenvolver habilidades de autocuidado e estratégias para enfrentar o estresse e as dificuldades emocionais. Barreto e Carneiro (2017) destacam que essas práticas ajudam a fortalecer a resiliência e o bem-estar emocional, proporcionando ferramentas para que os indivíduos possam cuidar de si mesmos de maneira mais eficaz.

Em comunidades do campo onde o acesso a serviços de saúde convencionais pode ser limitado, as PICS oferecem alternativas viáveis e acessíveis para a manutenção da saúde. Frequentemente, elas enfatizam a importância da conexão com a natureza, que é uma característica central das comunidades do campo. Diegues (2000) argumenta que essa conexão é crucial para uma abordagem de saúde sustentável e holística. As práticas

que envolvem a utilização de plantas medicinais e a promoção de um estilo de vida sustentável não só beneficiam a saúde dos indivíduos, mas também promovem a conservação ambiental e a sustentabilidade.

A utilização de remédios naturais e a incorporação de práticas sustentáveis no cotidiano da comunidade ajudam a manter o equilíbrio ecológico e a preservar o meio ambiente, o que é vital para a saúde e o bem-estar das comunidades que vivem em harmonia com a natureza.

## FORTALECIMENTO DA COESÃO COMUNITÁRIA

As PICS também podem desempenhar um papel importante no fortalecimento da coesão comunitária. A promoção de práticas comunitárias, como a terapia comunitária e atividades coletivas de cuidado, pode reforçar os laços sociais e promover um senso de pertencimento e apoio mútuo dentro da comunidade. Almeida (2013) destaca que a coesão social é um fator importante para a saúde comunitária, ajudando a construir redes de suporte e promover o bem-estar coletivo.

## INCLUSÃO DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS E INDÍGENAS

O Projeto Ombro Amigo busca estender suas ações às comunidades quilombolas e indígenas, reconhecendo a importância de valorizar e integrar os saberes tradicionais desses grupos. A integração desses conhecimentos com as PICS não apenas enriquece a abordagem terapêutica, mas também promove um modelo de cuidado que é mais inclusivo e culturalmente sensível.

## SABERES TRADICIONAIS E SAÚDE INTEGRAL

De acordo com Santos e Meneses (2009), o conhecimento tradicional das comunidades quilombolas e indígenas oferece uma compreensão holística do bem-estar e da saúde, que integra corpo, mente e espírito de forma inseparável. Essa visão holística é fundamental, pois considera o ser humano em sua totalidade e reconhece a interdependência dos diferentes aspectos da vida. As práticas tradicionais dessas comunidades incorporam elementos de espiritualidade, conexão com a natureza e um profundo respeito pelas tradições ancestrais, o que se alinha com a abordagem das PICS, que também enfatiza a integralidade e a integração do ser humano com seu ambiente.

A integração de práticas tradicionais com as PICS é benéfica por diversas razões: permite que se aproveite o conhecimento ancestral acumulado ao longo de gerações, o que tem se mostrado eficaz na promoção da saúde e na prevenção de doenças (Barreto & Carneiro, 2017). Além disso, a inclusão dessas práticas nas estratégias de cuidado contribui para a preservação cultural e o fortalecimento da identidade das comunidades envolvidas. Isso não só respeita as tradições culturais, mas também valoriza a diversidade dos saberes que existem fora dos modelos de cuidado convencionais.

## DIÁLOGO INTERCULTURAL E FORTALECIMENTO DAS IDENTIDADES

A inclusão das comunidades quilombolas e indígenas no Projeto Ombro Amigo é também uma oportunidade para promover um diálogo intercultural significativo. Esse diálogo é crucial para fortalecer as práticas de cuidado tradicionais e garantir que elas sejam respeitadas e reconhecidas no contexto mais amplo das PICS. Segundo Diegues (2000), a valorização e o fortalecimento

das práticas tradicionais são essenciais para uma saúde integral que respeite e reconheça as especificidades culturais.

A aproximação com essas comunidades permite uma troca rica de saberes, onde os membros das comunidades podem compartilhar suas práticas e conhecimentos, enquanto os terapeutas e profissionais envolvidos no projeto têm a oportunidade de aprender e integrar essas práticas em suas abordagens. Almeida (2013) destaca que essa troca de saberes enriquece tanto os praticantes das PICS quanto os membros das comunidades, promovendo uma saúde que é culturalmente informada e mais abrangente.

Além disso, como ressalta Araújo (2018), é fundamental que as políticas de saúde pública considerem as especificidades culturais e sociais das diferentes populações. Ao incluir as comunidades quilombolas e indígenas no projeto, o Ombro Amigo está alinhado com os princípios de justiça social e equidade, garantindo que todos os grupos tenham acesso a cuidados de saúde de maneira justa e respeitosa.

## IMPACTO NA SAÚDE COMUNITÁRIA E EQUIDADE EM SAÚDE

A inclusão das práticas tradicionais das comunidades quilombolas e indígenas também tem um impacto positivo na saúde comunitária. Estudos mostram que as práticas culturais e tradicionais têm um papel importante na saúde mental e física das comunidades, contribuindo para uma sensação de pertencimento e identidade, que são aspectos cruciais para o bem-estar geral (Barreto & Carneiro, 2017). Além disso, a integração dessas práticas com as PICS ajuda a construir uma rede de apoio que é mais inclusiva e sensível às necessidades específicas de cada grupo.

O Projeto Ombro Amigo, ao buscar uma aproximação com as comunidades quilombolas e indígenas, está promovendo uma

abordagem de saúde que é não apenas integral, mas também culturalmente enriquecedora. Esta integração não só fortalece as identidades culturais e promove a resiliência, mas também contribui para a criação de um modelo de cuidado que é verdadeiramente inclusivo e respeitoso das diversidades culturais. Em última análise, essa abordagem ajuda a construir um sistema de saúde mais equitativo e abrangente, que valoriza e integra as contribuições de todos os grupos sociais.

## AFETIVIDADE E CUIDADO: UM OLHAR PARA ALÉM DO VISÍVEL

Por afetividade entende-se um conjunto de fenômenos psíquicos que se manifestam através de emoções, sentimentos e paixões. De acordo com Telles (2007), a afetividade engloba as diversas experiências emocionais e psicológicas que influenciam o comportamento humano, incluindo estados de prazer, dor, satisfação, insatisfação, agrado, desagrado, alegria e tristeza. Ele destaca que esses fenômenos não apenas moldam as nossas reações diárias, mas também afetam profundamente a nossa percepção e interação com o mundo ao nosso redor.

A argumentação sobre afetividade humana remonta ao tempo a.C. Esta temática recebe contribuições sucessivas ao longo da história da humanidade, através de pensadores como: Sócrates, Platão, Estoicos<sup>7</sup>, Santo Agostinho, Thomás Campella, Pascal, Descartes, Spinoza, Hume, Rosseau, Schiller, Darwin, Vygotsky, Piaget, Wallon, Maturana, Damásio, entre outros, os quais suscitaram interesses nas diversas áreas do conhecimento.

Spinoza (2013, p. 163) compreende afeto como sendo “as afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada [...]”. Ele reconheceu três afetos que denominou de “[...] primitivos ou primários: alegria, tristeza e desejo [...]”. Afiançou ainda que, a alma é “[...] dominada

por alguma afecção e o corpo é simultaneamente afetado por uma modificação pela qual se aumenta ou diminui o poder de agir”.

Ao meditar sobre a presença originária das afecções do sensível na condição humana, Spinoza (2013, p. 315) considera que “a *alegria* é uma afecção pela qual se aumenta ou favorece a potência de agir do corpo; a *tristeza* pelo contrário é uma afecção pela qual se diminui ou entrava a potência, enquanto o *desejo* é a própria essência do homem [...]”; sendo, portanto, o elã que move cada um em sua história. E nesta alternância das emoções humanas, o conhecimento dos terapeutas dispensados aos Assistidos que utilizam as PICS, os conduz a agir com o devido cuidado, de maneira que possam desprezar as dicotomias; respeitar a singularidade da dor e do sofrimento; construir uma relação de confiança; aprimorar a escuta sensível, individualizada, e enfatizar/enraizar a amorosidade.

Destarte, estas escolhas comportamentais, regem e emanam sentimentos/emoções salutares e troca de energias positivas, o que substancia o vínculo na relação terapeuta-assistido, onde os terapeutas compreendem o significado da dor e do sofrimento daqueles que adentram ao “Ombro Amigo”, em busca de acolhimento.

Os terapeutas sabem que o sofrimento instiga um fluxo de situações vivenciadas, das quais pode emergir lembranças adormecidas, muitas vezes camufladas, que não levam o indivíduo ao despertar, e sim, à fuga. Que açambarca dimensões bio-psíquicas-sociais-espirituais, suscitando em dor e ampliação do sofrimento.

Para Fenili *et al.*, (2006),

[...] A dor, geralmente, está mais ligada a uma percepção de um estímulo doloroso periférico ou no sistema nervoso central, mas está associada a uma resposta efetiva. Talvez o sofrimento possa ser visto como

mais abrangente, complexo, global, existencial. No entanto, eles se reforçam mutuamente, ou seja, uma dor insuportável pode influenciar as dimensões do sofrimento e da mesma forma, uma ansiedade pode acentuar a dor [...].

Sabemos que a presença da dor e do sofrimento é uma constante desde o nascimento, ou mesmo, em alguns casos, na vida intrauterina. Podem ser oriundos da dimensão física ou emocional como: abandono, desprezo, solidão, angústia etc., presentes na existência humana. Torralba Roselló (2009, p. 93) faz uma distinção entre dor e sofrimento. Para ele, a dor se refere “[...] à percepção de um mal de ordem física, somática ou biológica [...]”. Embora essa dor seja de ordem somática, reflete de maneira decisiva em toda a estrutura do ser humano, por ser uma unidade global, seja de ordem interior, no plano interpessoal e espiritual.

Quanto ao sofrimento, este autor (2009 p. 88-93), dá um sentido mais amplo, dizendo que se refere “[...] a um modo de padecer que não se relaciona necessariamente com o físico ou somático do ser humano, mas no âmbito de sua interioridade e todos os níveis de experiência que implicam [...]”. Afirma ainda que o sofrimento é “[...] Como a epifania da vulnerabilidade, pois, não apenas a enfermidade, mas todo sofrimento, seja ele qual for, é a manifestação patente e exterior da vulnerabilidade humana [...]”.

Neste processo de dor e sofrimento, a escuta sensível do terapeuta é fundamental para compreender com eficácia a linguagem verbal e não verbal dos assistidos e suas emoções emanadas, e agir adequadamente no uso das PICS, com o devido cuidado, com vistas à transformação das aflições. Para compreender o que seja cuidar, é imprescindível resgatar que, a palavra vem de *Sorge* em alemão, usada por Heidegger em sua obra *Ser e Tempo* e traduzida em português por cuidado ou preocupação. A partir da tradução em espanhol por Gaos, usa-se também como “cura”. Na derivação

latina passou a ser traduzida também por “*solicitude*”, “*atenção especial*”, “*cautela*”, “*desvelo*”, “*preocupação*” (Capaldo, 20011 p. 39).

Para Waldow (2010 p. 9), [...] o cuidado é um fenômeno existencial<sup>8</sup>, relacional<sup>9</sup> e contextual<sup>10</sup>, podendo sofrer influências religiosa, culturais, gênero, política e de outros fatores [...]. Consiste em uma forma de viver, de ser, de se expressar. É uma postura ética e estética frente ao mundo [...]. Esta definição demonstra a presença do pensamento complexo, ou seja, o ato de cuidar (re) une aspectos múltiplos, imbricados com as diversas áreas do conhecimento, com linguagens plurais, que devem ser identificadas e analisadas pelo cuidador, para que possa, efetivamente, cuidar. Portanto, é possível afirmar que é um processo multirreferencial (Pereira, 2020).

Pelo viés de Boff (2013), “[...] o cuidado é mais que um ato; é uma atitude [...]” (p. 37). “Representa uma atitude de ocupação, preocupação, responsabilidade e de envolvimento afetivo com o outro; está na origem da existência humana, é um *a priori* ontológico [...]” (p. 117). Tudo isto constitui na vida humana uma energia que flui incessantemente a cada encontro, que é denominada de interativa-multifacetada (Pereira, 2020).

Boff (2013) ratifica o pensamento de Roach (1991) citada por Waldow (2010, p. 27) dizendo que o cuidado deve ser visto sob o prisma ontológico, por ser “[...] uma expressão de nossa humanidade, sendo essencial para o nosso desenvolvimento e realização como seres humanos [...]”.

Na perspectiva de Pereira (2020 p.162), “cuidar é enxergar com os olhos da alma, associando sensibilidade e racionalidade, para contemplar a necessidade do outro; é a transformação do afeto em ação”. Para o cuidado existir é necessário alguém que cuide, – no caso das PICS, os terapeutas e outros que sejam assistidos, portanto, é uma relação em que ambas as partes contribuem para a ação do cuidar.

Cuidar envolve sair da sua zona de conforto para adentrar na referência do outro, ou seja, “[...] acompanhar alguém é estar-com-alguém, é ser-com-ele, é aprender a ser com alguém [...], somente com alguém pode-se aprender a ser um semelhante [...]” (Torralba Reselló, 2009 p. 136). Estar-com-assistido é contribuir para a qualidade de vida, não importando qual assunto deva ser tratado. Na arte de acolher, afetar amorosamente e cuidar, o terapeuta tem um papel fundamental. Uma reflexão sobre esse profissional é encontrada nos escritos do filósofo Fílon de Alexandria (20 a.C. e 50 d.C), século I, na Cidade de Alexandria, no Egito, onde ele e os Terapeutas viviam nos arredores de Alexaos, lugar de encontro das civilizações do Oriente e do Ocidente.

Esses terapeutas postulavam uma antropologia não dual, considerava o ser humano como totalidade corpo/alma/espírito, “não separando o que o próprio Deus uniu”, como explicitadas na colocação de Leloup (2007), sobre as quatro dimensões:

No marco desta antropologia holística, Fílon desvelava a condição humana dentro de um quarténio: *basar*, *soma*, a dimensão corporal; *nephesh*, alma, a dimensão psíquica; *nous*, a consciência sem objeto, a dimensão noética da psique em paz e, finalmente, *rouch*, *pneuma*, o sopro, a dimensão espiritual. Saúde plena, para os Terapeutas, refere-se ao corpo, à alma e os *nous* quando são habitados pelo Espírito; é a transparência do essencial no existencial (2007, p. 8).

Terapeutas eram, sobretudo hermeneutas<sup>11</sup>, com habilidades na arte de interpretar o livro das Escrituras, da Natureza e do Coração, dos sonhos e dos eventos da existência. Eles não se conformavam com meras explicações analíticas, porque esta hermenêutica objetivava desvelar o sentido orientador; para Leloup (2007, p. 9), a única dor insuportável “é aquela que não somos capazes de interpretar, destituída de sentido”, antecipando a

abordagem junguiana. Os terapeutas do Ombro Amigo acolhem estas dimensões, citadas Leloup (007) por compreenderem que elas fazem parte da natureza humana e da sua multidimensionalidade. Até porque “[...] a vida humana é sempre um fluir inextricavelmente entrelaçado de emocionar e de racionalidade [...]. A razão nos move somente através das emoções. [...] É nossa forma de emocionar que dá forma à maneira de viver na qual somos humanos [...]” (Maturana, 2001 p. 278).

Este imbricamento da razão com a emoção, afeta o outro com ternura, com amorosidade, respeito e nas diversas formas de cuidar. Quando o terapeuta está com o assistido, tem a possibilidade de construir pontes afetivas, estreitar seus vínculos, sem, contudo, precisar que o “eu” deixe de existir, para construir o “nós”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entrelaçar da afetividade, do cuidado e das Práticas Integrativas e Complementares (PICS) no Projeto Ombro Amigo da Escola de Administração da UFBA revela a importância dessas categorias na promoção do bem-estar e da saúde. O projeto demonstra que a integração da afetividade e do cuidado, apoiada pelas PICS, não apenas enriquece a experiência terapêutica, mas também fortalece as relações estabelecidas entre a equipe do projeto, o Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAPP), as escolas públicas e a comunidade da UFBA. As PICS, ao promoverem uma abordagem holística da saúde, oferecem uma alternativa eficaz para a prevenção de doenças e para a melhoria da qualidade de vida. A escuta sensível e o cuidado afetuoso praticados pelos terapeutas são fundamentais para a recuperação e manutenção da saúde ao aliviar o estresse, a ansiedade e outras condições da comunidade da UFBA e da sociedade de forma ampliada, promovendo um ambiente mais equilibrado e saudável.

No entanto, para ampliar o impacto positivo do Projeto Ombro Amigo, é crucial expandir suas ações para comunidades do campo, quilombolas e indígenas. Essas comunidades possuem saberes tradicionais e uma compreensão holística do bem-estar que se alinham com os princípios das PICS. A integração desses conhecimentos com as práticas promovidas pelo projeto pode fortalecer ainda mais a abordagem da saúde integral, respeitando e valorizando as tradições locais. A colaboração com comunidades quilombolas, indígenas e outras que vivem no campo, não só promove a inclusão e o respeito à diversidade cultural, mas também enriquece a prática das PICS com perspectivas e métodos tradicionais. Além disso, essa expansão é essencial para garantir que o cuidado e a saúde integral estejam ao alcance de todos, independentemente de sua localização ou contexto social.

Portanto, a continuidade e a ampliação do Projeto Ombro Amigo são fundamentais para a promoção de uma saúde mais inclusiva e abrangente. O entrelaçamento da afetividade, do cuidado e das PICS demonstra um caminho promissor para enfrentar os desafios de saúde atuais e futuros, oferecendo um modelo que pode servir de referência para outras instituições e comunidades.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. W. B. *A política da cultura e a cultura das políticas: reflexões sobre a proteção cultural. Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28(82), p. 95-108, 2013.

ARAÚJO, Maria Antonieta Nascimento. *Intervenção com yoga em gestantes adolescentes: efeitos sobre estressores e sobre parâmetros do estresse.* / Maria Antonieta Nascimento Araújo. 2019.

BARRETO, Adalberto. Desvendar as mensagens dos sintomas: um desafio e uma necessidade *In: Pontos de mutação na saúde*, Vol. 3. Novas perspectivas para a saúde integral a partir de uma visão quântica/Wallace Lima (Org.). 1 ed. São Paulo: Aleph, 2013.

BARRETO, A. S.; CARNEIRO, M. F. (2017). Saberes tradicionais e saúde: um estudo sobre a resiliência cultural nas comunidades quilombolas. *Saúde e Sociedade*, 26(1), p. 123-137.

BOFF, Leonardo. Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra. 19 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS). *Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS*. <https://aps.saude.gov.br/ape/pics/praticasintegrativas>. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Acesso em 8 de jun. de 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL / ADAB. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/principal/agencia-saude/27929-ministerio-da-saude-inclui-14-novos-procedimentos-na-politica-nacional-de-praticas-integrativas-2017> Acesso em 5 de ago. de 2017.

BRENAN, Bárbara Ann. *Mãos de Luz*. 21 ed. São Paulo: Pensamento, 2006.

CAPALBO, Creusa. Maurice Merleau-Ponty: a percepção e a corporeidade - o cuidar do corpo numa perspectiva de totalidade. In: *Fenomenologia do cuidado e do cuidar: perspectivas multidisciplinares*. Peixoto, Adão José; Holanda, Adriano Furtado (Coords.). Curitiba: Juruá, 2011.

CAPRA, F. (1997). *O Ponto de Mutação: a ciência, a sociedade e a cultura*. São Paulo: Cultrix.

CASTILHO, Maria Celeste. *Introdução. Estudos sobre o Yoga*. Marcos Rojo (Org.). São Paulo: Phorte, 2006, p.15-19.

DIEGUES, A. C. S. *Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza*. São Paulo: Hucitec, 2000.

FENILI, R. M.; TAKASE GONÇALVES, L. H.; AZEVEDO DOS SANTOS, S. M. A dor e o sofrimento – uma conexão entre o pensar filosófico e o espiritual. In: *Revista Enfermería Global*. n. 9, nov. de 2006. Disponível em: [www.um.es/eglobal/](http://www.um.es/eglobal/) Acesso em 28 de mai. de 2017.

FREITAG, Vera Lucia; ANDRADE, Andressa de; BADKE, Marcio Rossato. O Reiki como forma terapêutica no cuidado à saúde: uma revisão narrativa da literatura. *Revista Eletrônica de Enfermaria* n. 38, de abril de 2015. Disponível em: [www.un.es/eglobal/](http://www.un.es/eglobal/) Acesso em 08 de jun. de 2020.

GERBER, Richard. *Um guia prático de Medicina Vibracional*. Editora Cultrix. São Paulo, 2000.

JUDITH, Anodea. *Rodas da Vida: um guia para você entender o Sistema de Chacras*. Rio de Janeiro: Nova Era, 2010.

- GULMINI, Lilian Cristina. *As várias histórias do Yoga*. Estudos sobre o Yoga/Marcos Rojo (Orgs.). São Paulo: Phort, 2006, p. 23-44.
- LELOUP, Jean-Yves. O corpo e seus símbolos: uma antropologia essencial. 17 ed. Lise Mary Alves de Lima (Org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- MATURANA Humberto R. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 98.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL. (2020). *Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares*. Brasília: Ministério da Saúde.
- MONTAGU, Ashley. *Tocar: o significado humano da pele*. Tradução Maria Sílvia Mourão Netto. São Paulo: Summus, 1988.
- MONTEIRO, Maria Magnificat Suruagy. *Práticas Integrativas e Complementares no Brasil – Revisão Sistemática*. Recife: M. M. S. Monteiro, 2012. Monografia (Especialização em Gestão de Sistemas e Serviços em Saúde) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, 2012.
- OSCHMAN, J. L. *Energy Medicine: The Scientific Basis*. London: Churchill Livingstone, 2000.
- PEREIRA, Bárbara Maria Dultra. *Mãos que se abraçam: afetividade, cuidado e as práticas integrativas complementares: humanização na relação terapeuta e assistido* – Curitiba: CVR, 2020, p. 252 p.
- RODRIGUES, Marco Rojo. *O que é Yoga?* Estudos sobre o Yoga/Marcos Rojo (Orgs.). São Paulo: Phorte, 2006, p.45-59.
- SANTOS, B. S. & MENESES, M. P. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.
- SHIMADA, Shotaro. *Reflexões*. Estudos sobre o Yoga/Marcos Rojo (Orgs.). São Paulo: Phorte, 2006, p. 67-72.
- SILVA, Marlene R. G. *A metáfora na linguagem da Terapia Comunitária: estudo de caso com pais de alunos do 1º Ciclo de uma Escola Municipal de Ipatinga/MG*. Centro Universitário de Caratinga – UNEC: Mestrado Acadêmico em Educação e Linguagem, 2010.
- SPINOZA, Benedictus de. *Ética*. 3 ed. 1ª Reimp. Tradução e notas de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- TELLES, S. *Psicologia das Emoções: teoria e prática*. São Paulo: Editora Psicologia, 2007.
- TORRALBA ROSELLÓ, Francesc. *Antropologia do cuidar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- WALDOW, Vera Regina. *Cuidar expressão humanizadora da enfermagem*. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.



## CAPÍTULO 8

### ANÁLISE COGNITIVA: O ESTADO DA ARTE A PARTIR DE PERIÓDICOS DA BASE CAPES

Antônio Ribeiro Bomfim

#### INTRODUÇÃO

Norma Sandra de Almeida Ferreira é Professora do Departamento de Metodologia de Ensino (DEME) e pesquisadora do grupo de pesquisa Alfabetização, Leitura e Escrita (ALLE) da Faculdade de Educação da UNICAMP. Em seu trabalho intitulado “As Pesquisas Denominadas ‘Estado da Arte’”, ela faz a seguinte afirmação sobre os que se lançam na seara desse tipo de pesquisa:

A sensação que parece invadir esses pesquisadores é a do não conhecimento acerca da totalidade de estudos e pesquisas em determinada área de conhecimento que apresenta crescimento tanto quantitativo quanto qualitativo, principalmente reflexões desenvolvidas em nível de pós-graduação, produção esta distribuída por inúmeros programas de pós e pouco divulgada (Ferreira, 2002, p. 258-259).

Inicialmente, quero destacar a colaboração dos professores do componente Análise Cognitiva, do Programa de Doutorado

em Difusão do Conhecimento, da Universidade Federal da Bahia – UFBA. As contribuições/orientações destes pesquisadores foram condições *sine qua non* para o desenvolvimento da pesquisa e construção desse trabalho.

Confesso que para desenvolver essa atividade tive que sair da zona de conforto em que me encontrava, o que proporcionou um exercício do meu cérebro. Por ser da área de Ciências Sociais Aplicadas, não era comum, para mim, participar das discussões em torno de tema como: cognição, epistemologia, teoria do conhecimento, interdisciplinaridade, multirreferencialidade, dentre outros. Falar sobre questões epistemológicas e cognitivas, definitivamente, não era algo comum, tendo em vista que minha formação foi direcionada, aplicada, voltada para as organizações e os resultados que precisava produzir enquanto organizações empresariais.

Sobre Análise Cognitiva (ANCO), tive contato com essa temática apenas no Programa de Doutorado supracitado. Uma área de conhecimento nova, ainda embrionária, e por isso, carente de conceitos e referências que pudessem embasar nossa pesquisa e, conseqüentemente, na discussão sobre a área.

Também frequentar as aulas do componente Análise Cognitiva I (ANCO I) foi muito importante para o entendimento da temática, além da oportunidade de conhecer e trabalhar com os professores. As discussões sobre o tema contribuíram muito. Outra colaboração importante foram os debates e diálogos levantados nas aulas do componente Epistemologia e Teoria do Conhecimento, ambas no programa supracitado.

Demorei a começar esse trabalho, fiquei pensando por onde deveria iniciar essa dissertação, com a coerência necessária para abordar o tema, uma vez que para falar sobre ANCO, é necessário que se recorra a outras temáticas já bastante amadurecidas, do ponto de vista de discussões. Pensei em iniciar falando sobre o(s)

paradigma(s) científico(s). Podemos abstrair que a Análise Cognitiva quebra paradigmas existentes e constrói novos paradigmas.

De maneira bem simples e genérica, podemos dizer que paradigma é um modelo. Coube a Thomas Kuhn, o trabalho de atualização do termo dando-lhe outra significação para se referir ao conjunto de práticas que define uma disciplina científica durante um período específico de tempo. Desde então, paradigma começou a ser utilizado para definir um modelo ou um padrão em qualquer disciplina científica. Paradigma é um padrão, um conjunto de valores, uma teoria, que serve, por um determinado período de tempo, como embasamento para justificar uma série de eventos (Naddeo, 2008:11).

Quando um padrão ou conjunto de valores não são suficientes para explicar e justificar determinados eventos existentes, tem-se então uma revolução científica, quebra de paradigma. Então, segundo Kuhn, temos o desenvolvimento científico.

Um exemplo de paradigma é a dualidade entre empirismo e racionalismo. Estas duas teorias, por séculos, tentam explicar a origem do conhecimento, como adquirimos e difundimos o conhecimento. Tais teorias buscam estabelecer métodos e procedimentos válidos na busca pela verdade, pela explicação de eventos e fatos existentes. A polêmica racionalismo-empirismo tem sido uma das mais persistentes ao longo da história da filosofia, e encontra eco ainda hoje em diversas posições de epistemólogos ou filósofos da ciência (Santos, 2017:1).

A teoria empirista acredita que todo conhecimento tem origem na experiência, na vivência, na prática, conforme Filipa (2013):

O empirismo defende que todo conhecimento provém da experiência. Então, segundo esta corrente, não existem ideias, conhecimentos ou princípios inatos, isto quer dizer que quando nascemos, nas-

ce mos como uma “tábua rasa”, todo e qualquer tipo de conhecimento é fruto da aprendizagem, fruto da experiência (p. 2).

Já a teoria racionalista defende a ideia de que o conhecimento nasce da razão, refere-se à explicação de caráter racional, ao lógico e à razão, que são consideradas as fontes mais importantes do conhecimento verdadeiro (Filipa, 2013:3). Segundo Naddeo (2008, p. 12), na visão de Descartes, apenas o pensamento ordenado através da verificação, análise, síntese e enumeração de conclusões representava garantia lógica indiscutível.

Porém, devemos dizer que, entre essas duas teorias que marcaram os embates sobre o conhecimento e a verdade científica, existiram teorias “intermediárias”, que buscaram explicar os fatos e o conhecimento de outra perspectiva, sem, contudo, abrir mão dos preceitos do empirismo ou racionalismo. Abundam, ao longo da linha constituída nos seus extremos pelo racionalismo e pelo empirismo radicais, as posições intermédias, as tentativas de conciliação e de superação (Santos, 2017, p. 1).

Abordamos essa ideia de paradigma com referência à teoria do conhecimento, exatamente, para mostrar que não existe uma única forma de produzir o conhecimento, de fazer ciência ou mesmo de explicar os fatos e eventos diferentes. As diferentes formas de estudarmos um fenômeno ou explicá-lo não podem ser descartadas, a diversidade não elimina as possibilidades. Tanto a razão como a experiência são capazes de produzir verdades científicas.

## O ESTADO DA ARTE

Este trabalho é fruto de pesquisas desenvolvidas em ANCO I, e serviu como requisito para avaliação nesse componente. A pesquisa foi realizada em periódicos da Capes, entre os anos de 2014 e 2015. Foram definidas cinco bases para a pesquisa, a saber:

*Scopus, Sage, Sciencedirect, Web of Science e Redalyc.* Cada aluno ficou responsável por uma base e por um ano de produção.

Após a pesquisa, por meio de sorteio, cada aluno recebeu cinco artigos com os quais deveriam realizar o estudo da arte sobre a Análise Cognitiva. Dos cinco artigos que fiquei responsável, um foi da base *Scopus* (2014), dois da base *Sage* (2014 e 2015) e dois da base *Science Direct* (2014 e 2015), conforme Tabela 1. O artigo da *Scopus* é da área de Psicologia; os dois artigos da *Sage* são da área de Educação; dos dois da *Science Direct*, um é da área de Gestão/Turismo e o outro da área de Informática/Ecologia.

**Tabela 1:** Características das Bases e artigos pesquisados.

BASE	AREA	Análise Cognitiva	ANO	PAIS
SCOPUS	Psicologia	Corpo do texto	2014	USA
SAGE	Educação	Referências	2014	USA
SAGE	Educação	Referências	2015	ISRAEL
SCIENCEDIRECT	Gestão/Turismo	Referências	2014	CHINA
SCIENCEDIRECT	Informática/ecologia	Referências	2015	ITALIA

**Fonte:** os autores (2017).

Com relação aos países de origem, dois dos artigos foram publicados nos EUA, um em Israel, um na China e um na Itália. Uma análise mais detalhada permitiu identificar que o termo “Análise Cognitiva” aparece, apenas, nas referências bibliográficas em quatro dos artigos pesquisados. Em apenas um deles, o termo aparece no corpo do texto.

O artigo da *Scopus* trata do tema “metacognição animal”. A metacognição tem seu conceito ligado aos processos que coordenam as aptidões cognitivas envolvidas na memória, leitura, compreensão de textos etc. (Ribeiro, 2003, p. 109). Sobre a definição de metacognição, Sargiani (2013), afirma que:

A metacognição foi definida por John Flavell (*Stanford University*) nos anos 70 como o conhecimento que as pessoas têm sobre seus próprios processos

cognitivos e a habilidade de controlar esses processos, monitorando, organizando, e modificando-os para realizar objetivos concretos. Em outras palavras, a metacognição refere-se à habilidade de refletir sobre uma determinada tarefa (ler, calcular, pensar, tomar uma decisão) e sozinho selecionar e usar o melhor método para resolver essa tarefa (<https://psicologiaexplica.com.br/o-que-e-metacognicao/>).

Possivelmente, o termo metacognição animal está se referindo aos processos pelos quais o animal assimila, processa e armazena informação. Certamente, uma discussão que envolve e exige a influência de áreas fundamentais do conhecimento humano. Para Smith, Couchman e Beran (2014, p. 140), este diálogo teórico apresenta o possível esboço de uma nova fase de pesquisa em metacognição animal.

Dos dois trabalhos referentes à base Sage, ambos na área de Educação, os temas estão assim dispostos: um artigo, produzido por pesquisadores americanos, estuda os fatores que influenciam a intenção dos candidatos a professores de seguir uma carreira em educação especial. O estudo aponta que:

As experiências pessoais e de trabalho com os indivíduos que requerem serviços especiais influenciam diretamente seu interesse e compromisso para servir a indivíduos com necessidades especiais e assim indiretamente impactam sua intenção de perseguir uma carreira de educação especial (*Zhang et al.*, 2014, p. 156).

Segundo os autores, nessa pesquisa, foi utilizado o Modelo de Teoria da Carreira Cognitiva Social (SCCT) para entender a escassez de pessoal da educação especial.

O outro artigo da base *Sage* foi desenvolvido por pesquisadores da *Tel Aviv University*, Israel. O estudo tem como objetivo a escolha de uma escola, de Ensino Médio, que colabore com a decisão futura na escolha da carreira profissional na academia. A pesquisa foi realizada com adolescentes judeus e os achados sugerem que os adolescentes têm maior cristalização em relação às suas escolhas acadêmicas no Ensino Médio, em comparação com suas escolhas acadêmicas futuras (Brown & Cinamon, 2015, p. 630).

Ainda segundo esses autores, é nessa fase (Ensino Médio), que esses adolescentes começam a desenvolver seus interesses em uma variedade de campos acadêmicos e profissionais.

Os dois artigos da *Science Direct* tratam de temas em áreas distintas. O trabalho com data de 2014, na área de Gestão e Turismo, foi desenvolvido por Jong-Hyeong Kim, da *School of Tourism Management, Sun Yat-sen University, Guangzhou*, na China, e aborda as Experiências Memoráveis de Turismo (MTE's). Kim (2014, p. 34) reconhece que para alcançar o sucesso num mercado tão competitivo como é o do turismo, proporcionar esse tipo de experiência para os clientes torna-se uma estratégia de sobrevivência.

Para auxiliar os gestores na mensuração de tais experiências, visando quantificar a satisfação dos clientes e o desempenho da organização, os autores criaram uma escala que conceitua os atributos dos destinos associados às MTE's. Tal escala constitui-se numa *amálgama dos diferentes elementos que atraem os viajantes para um destino, são extremamente importantes por várias razões*. A capacidade de um destino para atrair visitantes depende da sua capacidade percebida para fornecer benefícios individuais (KIM, 2014, p, 34).

A pesquisa aborda assuntos que alicerçam o debate tais como: Psicologia da memória, Memória semântica e autobiográfica e influências no desempenho da memória.

O trabalho da *Science Direct*, com data de 2015, na área de Ecoinformática e Ecologia Computacional, foi desenvolvido por pesquisadores da *School of Engineering, University of Basilicata*, Itália. O estudo aborda a avaliação e a previsão da expansão urbana utilizando a análise espaço-temporal. O objetivo da pesquisa é propor um modelo que, por um lado, seja capaz de medir as variações ocorridas no uso da terra e, portanto, para determinar o consumo de solo e, por outro lado, é capaz de prever mudanças futuras (Amato, Pontrandolfi e Murgante, 2015, p. 365).

No estudo, os autores propõem um modelo de simulação com base em dois métodos: incerteza de informação conjunta e pressupostos de evidência, a fim de analisar e prever novas áreas de construção. Esse método foi utilizado pelos autores na região de Basilicata (Sul da Itália), por ser essa área um exemplo significativo, devido ao seu alto valor paisagístico e, ao mesmo tempo, a uma grande quantidade de pressão devido às atividades turísticas ao longo da zona costeira (Amato, Pontrandolfi e Murgante, 2015, p. 365).

Essa foi nossa análise feita nos cinco artigos que recebemos, todos pesquisados em periódicos na base da Capes. Todos os trabalhos foram produzidos e publicados em inglês.

## A ANÁLISE COGNITIVA

Mas onde que esses trabalhos extraídos de periódicos da Capes, de áreas tão diversas, produzidos em lugares diferentes, convergem com a Análise Cognitiva (ANCO)? Burnham (2012) aborda a Análise Cognitiva como:

um campo de caráter multirreferencial e, portanto, complexo, que se constrói a partir de diferentes sistemas de referência, dentre eles o filosófico, o científico – incluindo aqui sua configuração inter/

transdisciplinar – o mí(s)tico, o religioso, o político, o estético, o ético... (p. 66).

Ainda segundo Burnham (2012):

É possível, todavia, que muitos estudos desenvolvidos em uma ou mais das disciplinas/áreas que têm o conhecimento e/ou a cognição como objeto, possam estar inseridos neste campo, sem, contudo, aí se reconhecerem, por falta de um estatuto explícito que o legitime (p. 60).

O que podemos entender dos conceitos de Análise Cognitiva é que é um campo do conhecimento, em ciência da cognição, complexo e multirreferencial, que busca explicar o mundo real a partir de diferentes sistemas de referência.

É Albuquerque (2011) quem afirma:

A ciência clássica, apoiada em uma concepção mecanicista e geométrica de um universo previsível, está passando por uma transição de fundamentos que apontam para um pensamento (e universo) complexo, multirreferencial, narrativo, dialógico e auto-ecoorganizacional (p. 419).

Entender o processo pelo qual os animais assimilam, processam e armazenam informações exige muito mais que o conhecimento científico posto pela ciência clássica. Vai além dos pressupostos da experimentação, mensuração, de concepções mecanicistas e matemáticas.

Estudar os fatores que influenciam a intenção dos candidatos a professores de seguir uma carreira em Educação especial, certamente, perpassa as fronteiras do quantitativo, do estatístico. A escolha de uma escola, de Ensino Médio, que colabore com a

decisão futura na escolha da carreira profissional na academia, não está fundada apenas em noções exatas, quantitativas.

Abordar as Experiências Memoráveis de Turismo, identificando e classificando *diferentes elementos que atraem os viajantes para um destino*, sabendo que a *capacidade de um destino para atrair visitantes depende da sua capacidade percebida para fornecer benefícios individuais*, necessita de outras concepções que não apenas as apresentadas pela ciência clássica.

Estabelecer a avaliação e a previsão da expansão urbana utilizando a análise espaço-temporal é necessário mais do que o aparato disponível pelos cálculos. Certamente, você precisa explicar por que e como essa expansão urbana ocorre, qual o gatilho deflagrador desse fenômeno? Envolve o observar, o sentir, o viver e descobrir com a experiência vivida.

Burnham (2012) afirma que tem encontrado na literatura acadêmico-científica uma pluralidade de produções e referências à expressão “Análise Cognitiva”, as quais evidenciam:

uma ampla gama de focos de conteúdos – abrangendo estudos de gênero, personalidade, comportamento de líderes, testemunhas em tribunais, pacientes atendidos em unidades de saúde, tratamentos neurofarmacológicos, analgesia hipnótica, formação de professores, desempenho cognitivo de estudantes e de pessoas com necessidades especiais, contatos intergrupais, análises de tarefas, de informação e de requisitos ergonômicos, para citar apenas uns poucos exemplos (p. 59).

A partir das abordagens de Burnham e Albuquerque, advém nosso entendimento sobre o emprego da Análise Cognitiva nos estudos encontrados na base de periódicos da Capes. Diversas áreas do conhecimento estão empregando os pressupostos

(multirreferencialidade, complexidade) da Análise Cognitiva: Psicologia, Neurociência, Ciências da Computação e Engenharia, Antropologia, Saúde, Linguística, Artes (Música), Humanidades, Filosofia, Ciências Biológicas, Direito, Economia, entre outras (Burnham, 2012, p. 59).

Para a autora, esse campo do conhecimento (ANCO) enfoca o estudo do conhecimento a partir dos seus processos de construção, transdução e difusão, visando o entendimento de linguagens, estruturas e processos específicos de diferentes disciplinas.

Para abordar esse (novo) campo do conhecimento, Albuquerque utiliza os estudos de autores conhecidos (Morin, Maturana, Vigotysk e Capra) e enfatiza uma nova perspectiva de ciência articulando a ciência e as formas de conceber o conhecimento. O autor afirma que:

A partir de uma lógica multirreferencial e complexa, a construção do conhecimento não se dá mais exclusivamente, no campo das certezas, a percepção de um mundo mecanicista, há muito questionado, vai cedendo espaço para uma visão dual (mas não antagônica) do mundo. Dentro desse novo campo, um recente paradigma estruturante nos diz que o conhecer não é mais dominar, manipular, e sim historiar, narrar, contextualizar e compreender a unimultiplicidade de uma natureza que oscila entre o caos e a previsibilidade (p. 430-431).

Dessa forma, podemos fazer a ligação entre a Análise Cognitiva e os estudos encontrados na base da Capes. Estudos de áreas diferentes, utilizando pressupostos diferentes, da previsibilidade à complexidade, variando entre os paradigmas racionais e empíricos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Convém registrar a proposta dessa pesquisa como uma contribuição para o estado da arte da Análise Cognitiva enquanto campo de conhecimento, e, ao mesmo tempo, o quanto nos solicita a deixar vir à tona nosso sentimento de estranhamento e que nos demanda um olhar sensível à humanidade que existe em nós. A experiência de entrar no campo de trabalho de pesquisa científica com o olhar voltado para busca do que seja Análise Cognitiva nos exige disponibilidade para o inusitado, acolher o que não sabemos, descobrir algo não dado.

Essas considerações permitem perceber como estamos acostumados com estruturas duais como se fossem as únicas formas permanentes de existência. Análise Cognitiva nos convida a nos debruçar sobre a natureza científica interpelando os construtos de natureza epistêmica, humana, ética e política. O que estamos fazendo nesse nosso processo doutoral de formação de cientistas nesta e para esta sociedade.

Observamos nesse estudo a incidência de multirreferencialidade no que concerne a especificidade de cada objeto de investigação analisado, de métodos, tratamentos e análises que dizem respeito à sua origem e a localização histórica. No entanto, os artigos aqui descritos evidenciam um importante aspecto da área das ciências humanas: a memória – tanto a memória do presente, quanto a do passado, enquanto aspectos de aquisição, retenção, recordação de conhecimentos afeitos à memória e ao sistema cognitivo da natureza mais ampla que envolve todos os seres. Isto nos possibilita afirmar a interdependência destes aspectos no sentido de que a aquisição e o modo como a informação e o conhecimento são organizados como arcabouço para a própria manutenção e recordação futura.

Nesse sentido, ANCO é ainda um embrião de um processo de conhecimento enquanto esforço humano de transdução à visão do que ainda não está posto em evidencia, mas que existe enquanto processos ressentidos que ressoam nas teias das relações e da comunicação e do sensível.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Jader Cristiano Magalhães de. Conhecimento, ciência e historicidade: primeiras percepções. In: *Epistemologia, construção e difusão do conhecimento: perspectivas em ação*. Dante Galeffi et al. (Orgs.). Salvador: EDUNEB, 2011.

AMATO, Federic; PONTRANDOLFI; PIERGIUSEPPE; MURGANTE, Beniamino. Supporting planning activities with the assessment and the prediction of urban sprawl using spatio-temporal analysis. *ScienceDirect. Ecological Informatics* 30, 2015, p. 365-378. Disponível em: [www.elsevier.com/locate/ecolinf](http://www.elsevier.com/locate/ecolinf)

BROWN, Dikla; CINAMON, Rachel Gali. Choosing a High School Major: An Important Stage in the Career Development of Israeli Adolescents. *SAGE. Journal of Career Assessment*, Vol. 23(4), p. 630-644, 2015.

BURNHAM, Teresinha Fróes. Análise cognitiva: *reconhecendo o antes irreconhecido*. In: *Análise cognitiva e espaços multirreferenciais de aprendizagem: currículo, educação à distância e gestão/difusão do conhecimento – Teresinha Fróes Burnham e coletivo de autores*. Salvador: EDUFBA, 2012.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*. Ano XXIII, nº 79, ago/2002, p. 257-272. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857> Acessado em fev de 2017.

FILIPA, Daniela. *Qual a Origem do Conhecimento?* Escola Secundária de Santa Maria da Feira – Ano Letivo: 2012/2013. Nº 9, 11 ed. Disponível em: <https://www.slideshare.net/DanielaFilipaSousa/racionalismo-descartes-23180331> Acesso em mar. de 2017.

KIM, Jong-Hyeong. The antecedents of memorable tourism experiences: The development of a scale to measure the destination attributes associated with memorable experiences. *ScienceDirect. Tourism Management* 44, 2014, p. 34-45. Disponível em: [www.elsevier.com/locate/tourman](http://www.elsevier.com/locate/tourman)

NADDEO, Maria Lúcia Mercante. *Aprendizagem organizacional: como aprender num cenário em constante mudança*. Campinas-SP: Komedi, 2008.

RIBEIRO, Célia. Metacognição: um Apoio ao Processo de Aprendizagem. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2003, 16(1), p. 109-116. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v16n1/16802.pdf> Acessado em mai. de 2017.

SANTOS, Érika Batista. Teoria do Conhecimento. Disponível em: <<http://www.coladaweb.com/filosofia/teoria-do-conhecimento>> Acessado em: março/2017.

SARGIANI, Renan. *O que é Metacognição?* Disponível em: <http://www.psicologiaexplica.com.br/o-que-e-metacognicao/> Acessado em maio de 2017.

SMITH, J. David; COUCHMAN, Justin J. & BERAN, Michael J. A Tale of Two Comparative Psychologies: Reply to Commentaries. *Journal of Comparative Psychology*, 2014, Vol. 128, n. 2, p. 140-142.

ZHANG, Dake; WANG, Qiu; LOSINSKI, Mickey; KATSIYANNIS, Antonis. An Examination of Preservice Teachers' Intentions to Pursue Careers in Special Education. SAGE. *Journal of Teacher Education*, 2014, Vol. 65(2), p.156-171.

## CAPÍTULO 9

### PROPOSTAS PRELIMINARES PARA DIFUSÃO DO CONHECIMENTO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIAS NO TERRITÓRIO DO SISAL

Moisés dos Santos Viana

O objetivo deste trabalho é analisar como se caracterizam os sistemas de inovação nas experiências da comunicação em ecossistemas de produção artesanal desenvolvidos no Território do Sisal. A pesquisa nasce como proposta sucedânea de nossa investigação denominada “Experiências da comunicação”, no Departamento de Educação (DEDC), *Campus XIV*, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em Conceição do Coité-BA, em que se desdobrou em uma pesquisa de doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento (PPGDC), na Universidade Federal da Bahia – UFBA (2019-2023).

A Uneb possui presença marcante no Território do Sisal, através do DEDC - XIV, o Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Paulo Freire (CAECDT), o Centro Interdepartamental de Pesquisa em Educação e Humanidades (CIPEHUM) e o curso de graduação em Rádio e TV. A implantação desta Universidade é fruto de uma ampla mobilização da sociedade civil organizada da região, dada a expressiva demanda por geração e difusão de conhecimento das interfaces comunicação/

inovação/difusão do conhecimento/território, através de atividades articuladas em ensino, pesquisa e extensão, incluindo nossa investigação de doutorado (Viana, 2023).

Nossa proposta inicial nesse desdobramento, leva em conta alguns elementos: a) Identificar experiências da comunicação em ecossistemas de produção artesanal no território do sisal; b) Descrever estratégias de inovação com o uso de tecnologias digitais desenvolvidas com objetivo de produção de (in)formação e comunicação; c) Caracterizar estratégias de inovação desenvolvidas no campo da comunicação; e) Compreender como se estruturam as estratégias na perspectiva do conhecimento dessas comunidades/agências.

O estado da Bahia, em seu processo de desenvolvimento sustentável, compreende uma série de aspectos como economia, cultura, inovação, ciência e tecnologia. Para tanto, esses elementos pressupostos devem ser entendidos dentro da sua divisão territorial, exigindo uma abordagem de complexidade, dada a diversidade dos territórios. Sob uma perspectiva mais aprofundada, podemos pensar que essas características de desenvolvimento do estado baiano passam por constantes lacunas de trabalhos relevantes que possam fazer um elo entre as dinâmicas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) em aspectos determinantes de dimensões das atividades relacionadas a ecossistemas de inovação nos seus processos comunicacionais.

Compreender esses processos no âmbito das relações produtivas, ao pensar o artesanato no Território do Sisal, permite-nos traçar uma série de estratégias de sobrevivência de agências que atuam como operadores dos sistemas de inovação. Para este entendimento, compreendemos agências como pessoas, instituições e ambientes desenvolvedores de ações no tempo e no espaço. Ou seja, o sistema de operações regulares entre agentes de conhecimento compõem-se como emergência de processos complexos de ciências, tecnologias e inovação.

Nesta perspectiva, ao compreender os sistemas de inovação aplicados às experiências da comunicação e de ecossistemas produtivos, pensamos que há lógicas próprias que se repetem nas diversidades de campos e territórios. Ou seja, há padrões de organização da comunicação e inovação, mesmo com as diferenças territoriais das agências na produção e geração de conhecimento. Considerando a complexidade e a dinamicidade envolvidas nessas relações, fazemos a seguinte questão: “Como os sistemas de inovação se caracterizam a partir das experiências da comunicação em ecossistemas de produção artesanal desenvolvidos no Território do Sisal?”

Interessa à pesquisa, nesse momento preliminar, identificar e conhecer aspectos transversais que se manifestam em sistemas de inovação no campo da comunicação social, a partir de ecossistemas da produção de artesanato desenvolvidos no Território. Pensar esses processos é compreender dinâmicas de fragilidades estratégicas internas das agências enquanto autogestoras de inovações, bem como a possibilidade de criar soluções para novos produtos, novas regulações institucionais e novos mercados. Esse problema pode ser de cunho permanente ou fluido, de acordo com a sazonalidade das aplicações de políticas de produção e desenvolvimento (P&D) ou mesmo ciência, tecnologia e inovação (CT&I), aspectos culturais de relações das agências como também a constituição em si de um processo dinâmico de abertura, adequações e rearranjos sociais, econômicos e políticos no Território do Sisal.

Assim, podemos falar em um conjunto de estratégias mediadas que conformam os sistemas de inovação. Podemos pensar em um modelo de análise capaz de ser aplicado a diferentes ecossistemas, quando possíveis de serem analisados, a partir da interação entre comunicação e seus processos sistêmicos. Ao analisar a lógica de operação desses sistemas, esperamos resultados em torno de um conjunto de conhecimentos com potencial para alimentar os ecossistemas produtivos de modo a fomentar outras

iniciativas destinadas ao desenvolvimento social e econômico no campo do artesanato, por exemplo.

**Produção em artesanato:** o projeto dá ênfase aos sistemas de inovação na produção artesanal vinculada às iniciativas de agricultura familiar no Território do Sisal, localizado no semi-árido baiano e englobando vinte municípios. O cultivo do sisal se constitui como principal atividade econômica do Território. Daí, derivam produtos em artesanato, que se somam a produtos alimentícios – tendo como base frutas da região (a exemplo do licuri) e leite de cabra, dentre outros, alguns produzidos em escala industrial.

**Experiências da comunicação** perpassam essas práticas incorporadas aos sistemas de inovação, na gestão de cooperativas e associações locais com o intuito de promover a sustentabilidade local, ao mesmo tempo, criam condições de atender aos requisitos para inserção e manutenção no ecossistema produtivo, buscando permanentemente processos de gestão, produção e distribuição com perfil inovador capaz de conciliar tecnologias de convivência com o semiárido, cultura local e desenvolvimento sustentável.

## CONTRIBUIÇÕES PARA ANCO - ANÁLISE COGNITIVA

Quanto à forma, a pesquisa se coloca como qualitativa. Tem natureza compreensiva-interpretativa, dada a abordagem que permite compreender as ações a partir de um mosaico teórico-metodológico que nos indica potencial de multiplicidade de interpretações, dentro da singularidade dos fenômenos, tendo o pesquisador também como agência e principal instrumento na pesquisa para levantamento dos dados, sendo também afetado nas operações e processos. Os procedimentos metodológicos nesta proposta desejam, por sua vez, descrever as experiências por meio de delineamento da pesquisa que tem como grande área

o Território do Sisal. No território, a perspectiva do investigador determina a compreensão dos locais que perpassam as novas configurações geográficas do Brasil e da Bahia.

Quanto às fases da investigação, além da revisão de literatura articulada a debates sobre o material lido e sobre a execução do projeto, procedimentos para levantamento, análise e tratamento de dados serão empregados como estratégias metodológicas para o alcance dos objetivos previamente estabelecidos. Esta proposta não envolve diretamente a pesquisa com seres humanos, estando concentrada em levantamento e análise documental. Os dados primários utilizados se baseiam em banco de dados produzido por pesquisas anteriores da equipe executora<sup>1</sup>. A seguir, a descrição detalhada de cada procedimento.

**FIGURA 1** : Representação da AnCo do ecossistema de artesanato.



Fonte: Elaboração do autor.

<sup>1</sup> Aqui devemos destacar que temos uma equipe de três bolsistas de I.C, do programa de Iniciação Científica da UNEB, alunas do Curso de Comunicação Social Rádio e TV, contempladas pelo Edital 013/2024.

- Levantamento e sistematização de dados primários: Serão utilizados bancos de dados com informações agregadas sem a identificação dos participantes, produzidos pela equipe executora a partir de pesquisas anteriores, incluindo observações e notas de caderno de campo. São dados brutos, que já passaram por análise e tratamento em outras pesquisas, com resultados já publicados. De acordo com a Resolução nº 510/16, que trata da pesquisa envolvendo seres humanos nas Ciências Humanas e Sociais, estão dispensadas de autorização do Comitê de Ética, dentre outras, com bancos de dados, cujas informações são agregadas, sem possibilidade de identificação individual (Art. 1º).

- Levantamento e sistematização de dados secundários: o levantamento de dados secundários será realizado tendo em vista a dinamicidade do fenômeno no qual se insere o objeto de estudo e a necessidade de acessar diferentes fontes de informação para uma compreensão mais apurada das questões que cercam o tema investigado.

- Levantamento documental: consulta à legislação, atos normativos, relatórios institucionais e outros documentos produzidos por agentes públicos e documentos oficiais produzidos por agências (organizações, coletivos, pessoas) inseridas nos ecossistemas de produção audiovisual, artes visuais e artesanato, bem como suas entidades representativas. Também de acordo com a Resolução nº 510/16, II pesquisa que utilize informações de acesso público, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 está dispensada de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

Os documentos considerados nesta etapa são informações produzidas e publicizadas por entes públicos – Governo do Estado da Bahia, sobretudo através da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) e demais estruturas ligadas diretamente à CT&I, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), além de outros identificados durante o levantamento.

- **Análise documental:** análise de instrumentos e materiais produzidos para os processos comunicacionais nos ecossistemas produtivos – meios impressos, audiovisuais e interfaces *on-line* e organizados na etapa anterior de levantamento e sistematização. A perspectiva de análise nesta proposta prevê a compreensão da articulação entre agências, lógicas, procedimentos como mecanismos de funcionamento de um ecossistema produtivo, a partir da dimensão dos processos comunicacionais.

- **Tratamento dos dados:** reflexões acerca das relações entre o que foi analisado, percebido, bem como abordagem teórico-metodológica entre conceitos, ações e análise. A construção de um modelo de análise programável e reproduzível (*Quivy & Campenhoudt, 2005*) voltado para a análise de sistemas de inovação em processos comunicacionais dos ecossistemas de produção audiovisual, artes visuais e artesanato está contemplada neste procedimento.

Após esse processo, usaremos as técnicas de descrição em diário de campo, relato de experiências, roteiros livres e audiovisual (narrativas, expressões técnicas, cotidiano de produção, inovação e tecnológica). Tendo destaque os momentos de desenvolvimento de atividades coletivas e que visem compartilhamento de saberes das agências e suas relações:

1. Descrição das interlocuções, situações e contexto que emergem na/da relação entre comunicação, inovação e difusão do conhecimento;
2. Descrição desse contexto material de comunicação e inovação nos ecossistemas de produção de artesanato relacionados com o território;
3. Descrição dos processos comunicacionais e de inovação nos ecossistemas de produção de artesanato relacionados com a difusão do conhecimento;
4. Resultados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

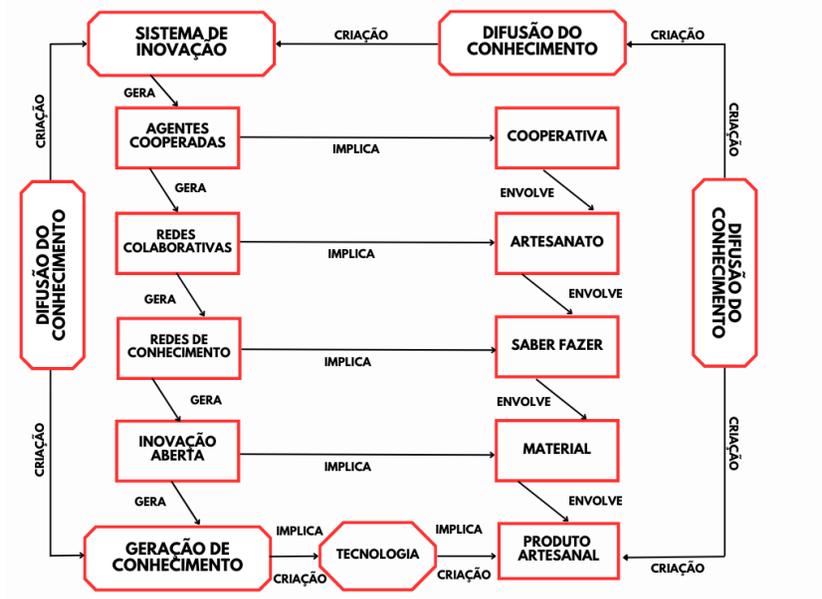
Na perspectiva da qualificação acadêmica e fortalecimento do trabalho em rede:

- Criação de um grupo de pesquisa envolvendo a equipe executora e demais pesquisadores dos cursos de Comunicação da Universidade do Estado da Bahia, articulando questões contemporâneas da interface Comunicação/Inovação, com vistas ao desenvolvimento de ações integradas de ensino, pesquisa e extensão;
- Desenvolvimento de uma linha de pesquisa para programa de pós-graduação no nível de mestrado na área de Comunicação da Uneb, como parte de um projeto que está sendo gestado na instituição;

Na perspectiva da integração entre academia e meio produtivo (processos, produtos e serviços):

- Aproximação de professores-pesquisadores em Comunicação com a Agência Uneb de Inovação (AUI), considerando a sua finalidade de identificar e apoiar o desenvolvimento de tecnologias inovadoras e proteção da propriedade intelectual, com vistas ao desenvolvimento social e econômico do Estado da Bahia. Espera-se que os resultados do projeto sejam capazes de fornecer subsídios para a incorporação do tema inovação no campo da Comunicação como parte das ações da Agência.

FIGURA 2: Perspectiva do sistema de Inovação.



Fonte: Elaboração nossa.

Na perspectiva da difusão do conhecimento científico junto às comunidades interna e externa da Uneb:

- Divulgar os resultados parciais da pesquisa em redes sociais e no *site* da Uneb;
- Gerar produtos audiovisuais explorando a interface Inovação/ Comunicação em parceria com a TV Uneb, fortalecendo a atuação deste órgão;
- Produção científica com foco na publicação em periódicos qualificados;
- Produção de cartilha/guia para a divulgação na perspectiva do conhecimento ampliado.

A pesquisa traz uma relevância por proporcionar um desenvolvimento no campo da comunicação e inovação, destacando como essas dimensões se inserem na formação de recursos humanos que possam compreender a geração, a gestão e a difusão do conhecimento. A relevância das contribuições científicas se dá em três níveis:

- **Geração de conhecimento:** a perspectiva de criar metodologias para compreensão das operações dos sistemas de inovação e suas atividades de impacto no cotidiano das produções comunicacionais, nos processos e tecnologias utilizadas. Compreender os contextos de produção, agentes e lógicas empreendidas nos seus ecossistemas de produção material. O mapeamento desse processo e as lógicas relacionadas à comunicação social constituem as bases para modelos de análise reprogramáveis e reproduzíveis. Isso, vistos tanto como produto específico para o mercado como através de processo de ampliação capaz de impactar na economia e nos mercados locais com a possibilidade de ampliação do ecossistema produtivo em torno das relações inovação comunicação em territórios de identidades, a saber as peculiaridades tipificadas no Estado da Bahia: local, agentes, potencialidades, valor de mercado, uso, impactos socioeducacional.

- **Gestão do conhecimento:** a compreensão das lógicas de comunicação/inovação e suas etapas no que diz respeito às formas adaptativas de relações com ameaças de mercado, impactos sociais e econômicos e potencialidades através de organizações de trabalho em plataformas e trabalhos colaborativos. Leva-se também em conta o papel das instituições na aplicabilidade das legislações de CT&I bem como Comunicação e Inovação, além da organização de aplicabilidade dos conhecimentos gerados. Pensa-se aí, ainda, como os processos de P&D são atrelados aos ecossistemas de inovação compreendidos em sua aplicabilidade contextual dos territórios baianos, relacionando desenvolvimento

sustentável, dialogando com agentes produtivos e agentes governamentais, bem como agentes da sociedade como cooperativas, movimentos sociais, indústria, comércio e demais agentes a serem identificados.

- Difusão do conhecimento: pensa-se em processos formativos que levem em conta o impacto das CT&I na comunicação a partir de três eixos de atuação do projeto durante e após a pesquisa: a) Formação interna: a pesquisa possui uma dinâmica para formação de pesquisadores no intercampo com participação de discentes da Uneb, bolsistas de Iniciação Científica, monitorias de Ensino e Extensão, bem como pesquisadores de mestrado e doutorado no intercampo de comunicação, trazendo à baila temas, termos e uma aproximação de campo com as cadeias produtivas nas áreas de audiovisual, artes visuais e artesanato; implica a perspectiva de desenvolvimento de atividades no cotidiano dos componentes curriculares de formação dos discentes em Comunicação Rádio e TV e demais formações do departamento envolvido; participação da Agência de Inovação da Uneb, dos Centros de Pesquisa em Educação do Campo (CAECDT), do Centro de Pesquisa Aplicada de Ciências Humanas, do Laboratório LAPADAS e dos Núcleos de Pesquisa e Extensão (Nupes); constituição de uma linha de pesquisa em mestrados profissionais em Comunicação e Mestrado Profissional em Educação e Diversidade; formação de agentes técnicos e analistas universitários da Uneb no âmbito da comunicação e inovação; b) Formação externa: desenvolvimento de subsídios para composição de formação de agentes sociais, econômicos, para desenvolvimento de processos, organizações e ações em ecossistemas de CT&I nos territórios em parceria com outros agentes que possam contribuir com as ações de CT&I articuladas com as pró-reitorias de Pesquisa e de Extensão, Agência de Inovação da Uneb; participação e organização de eventos de curta duração

para formação em comunicação CT&I, visando uma melhor qualificação dos agentes das comunidades e territórios; c) Produção acadêmica: o impacto acadêmico também visa em um movimento interno de produção de artigos científicos e seminários envolvendo a comunidade acadêmica, produção de uma coletânea de livro com as experiências de pesquisa realizada e reflexão teórico-metodológico e resultados de pesquisa; d) Produção de material de difusão: desenvolver cartilha/guia para promoção e organização de lógicas para produção do sistema de CT&I nas produções de comunicação e inovação para aplicabilidade nos setores de audiovisual, artes visuais e artesanato; desenvolvimento de conteúdo audiovisual em parceria com a TV Uneb, *Youtube*, *Instagram*, *Facebook* e *Twitter* (*atual rede X*); Participação em eventos do campo de CT&I, divulgação científica nas instituições de ensino técnico-científico e ensino médio; e) Projetos derivativos em CT&I: gerar conhecimento no campo de Comunicação e CT&I de modo a contribuir para que agentes do setor produtivo de artesanato adquiram expertise para a elaboração e gestão de projetos destinados ao desenvolvimento social e econômico.

## REFERÊNCIAS

- BAHIA. (2021). Lei nº 14.315 de 17 de Junho de 2021. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-14315-de-17-de-junho-de-2021>
- BAUMAN, Z. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*. Ed. Zahar, 2008.
- BOLAÑO, C. R. S. *Cultura e desenvolvimento: reflexões à luz de Furtado*. EDUFBa, 2015.
- BORGES, J., & OLIVEIRA, L. (2011). Competências infocomunicacionais em ambientes digitais. *Observatório (OBS\*) Journal*, 4(5), 291326.
- BUAINAIN, Antonio Márcio *et al.* Propriedade intelectual e inovação tecnológica: algumas questões para o debate atual. *O Futuro da Indústria: Cadeias Produtivas*. MDIC/IEL-NC. Brasília, v. 1601, p. 11-38, 2005.

CASTORIADIS, C. Uma sociedade à deriva: entrevistas e debates, 1974-1997. PEREIRA, M. S. (Ed.). 90 Editora, 2006.

CORREIA, Ana Margarida Vaz. Projeto Academia Aberta [Em linha]: plataforma de mobilização para o desenvolvimento de uma educação, ciência e inovação abertas. [S.l.]: [s.n.]. 187 p, 2020.

DE MOURA FILHO, Silvio Liberato *et al.* Ecosistema de inovação: métricas para ICTs brasileiras. *Revista de Gestão e Secretariado (Management and Administrative Professional Review)*, v. 14, n. 7, p. 11589-11606, 2023.

GARCIA, R.D.C.; SERRA, M.D.A.; MASCARINI, S.; BASTOS, L.D.S.; MACEDO, R. *Revisitando os Sistemas Regionais de Inovação: teoria, prática, políticas e agenda para o Brasil*. 2022. *Nova Economia* 32, 617645. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6351/6932>

HJARVARD, S. Mídiação: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da USP*. São Paulo. *Brasil ECA USP*, 2(5), 5391, 2012.

HJARVARD, S. Da mediação à mídiatização: a institucionalização das novas mídias. *Revista Parágrafo*, 3(2), 5162, 2015. Disponível em: <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/331>

LASH, S. *Crítica de la información* (1st ed.). Amorrortu, 2005.

LAURENTIZ, P. *A holarquia do pensamento artístico* (1st ed., Vol. 1). UNICAMP, 1991.

MORAIS, Kátia. *Audiovisual independente*. Política de fomento e organização das produtoras no Brasil. Eduneb: Salvador-BA, 2020.

POELL, T.; NIEBORG, D.; DIJCK, J. Van. *Plataformização*. *Fronteiras – Estudos Midiáticos*, 22(1), 110, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/fem.2020.221.01>

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. Van. *Manual de Investigação em Ciências Sociais: trajetcos*. 4 ed., 2005.

GRADIVA SBICCA, A.; PELAEZ, V. Sistemas de inovação. In: PELAEZ, V. & SZMRECSÁNYI, T. (Eds.). *Economia da inovação tecnológica*. 1 ed., vol. 1, p. 415448, Hucitec: Ordem dos Economistas do Brasil, 2006.

SOUZA, Antonio et Al (Org.). *Sistemas de Representação do Conhecimento*. Salvador, 2023.

TSING, A. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. IEB Mil Folhas, 2019.

VIANA, Moisés dos Santos. *Experiências, agências e afetividade: emergência de redes cognitivas no território do sisal*. 2023. 214f. Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Xavier, C. (2021). Instagram: tecnologia, presença e (auto)representação. In: J. Borges da Silva (Ed.). *Estudos em Rede: tecnologias, antirracismo e cultura* (p. 111). Arco Editores. Disponível em: <https://doi.org/10.48209/978-65-89949-37-2>

XAVIER, C.; SOUZA, L. R. de. Egomuseu: autores/artistas ativistas no Instagram. *Journal of Digital Media & Interaction*, 4(10), 3859, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.34624/jdmi.v4i10.24382>

YIN, Robert K. *Pesquisa Qualitativa: do início ao fim*. Porto Alegre: Penso, 2016.

## SOBRE OS AUTORES

### **Prof. Dr. Antonio Bomfim**

Graduado em Administração de Empresas; Especialista em Meio Ambiente e Desenvolvimento; Mestre em Ciências Ambientais e Doutor em Difusão do Conhecimento (UFBA). Professor EBTT do IFGOIANO, Campus Posse. Atuou em conceituadas instituições públicas e privadas. Atuação em diversos empreendimentos no Parque Hoteleiro de Porto Seguro – BA. Possui experiência e conhecimentos teórico-práticos em diversas áreas da Administração, Cooperativismo, Empreendedorismo. Possui experiência como Professor em diversas universidades particulares e públicas. Membro pesquisador do Grupo de Pesquisa Agricultura Comparada e Agricultura Familiar – UFBA. Pesquisador Líder do Grupo de Pesquisa Empreendedorismo, Gestão Empresarial e Ambiental – Uneb. E-mail: [mestreribas@gmail.com](mailto:mestreribas@gmail.com)

### **Profa. Dra. Bárbara Maria Dultra Pereira**

Doutora do Programa Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (PPGDC) – UFBA/LNCC/MCT/UEFS/UNEB/IFBA Salvador – BA-Brasil. Mestre em Administração/UFBA. Especialista em Administração e Desenvolvimento de Recursos Humanos/UFBA. Especialista em Administração Avançada/UFBA. Especialista em Terapia Transpessoal/INCISA-MG. Graduação em Secretariado Executivo/UFBA. Professora Associada da Escola de Administração da UFBA. Pesquisadora da Rede Cooperativa de Pesquisa e Intervenção em (In)formação, Currículo e Trabalho, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia/ CAOS – Conhecimento: Análise Cognitiva, Ontologia e

Socialização. Membro do Grupo de Pesquisa Agricultura Comparada e Agricultura Familiar. Idealizadora e Coordenadora do Grupo Espiritualidade, Trabalho e Organização (ETO) do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS) da UFBA. Vice-Diretora da Escola de Administração da UFBA. Membro do Colegiado do Curso de Bacharelado de Secretariado Executivo da UFBA. Membro do Colegiado do Curso de Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social. Diretora da Secretaria Geral dos Cursos da UFBA. Superintendente de Pessoal da UFBA. Coordenadora de Curso de Graduação Secretariado Executivo. Gestora e Consultora Acadêmica. Formação Profissional em Terapia Holística Transpessoal – Centro de Estudos Holístico e Transpessoal/Grupo Omega. Autora do livro *Mãos que se abraçam: afetividade, cuidado e as práticas integrativas complementares Humanização na relação terapeuta e assistido*.

E-mail: [dultra.dultra@gmail.com](mailto:dultra.dultra@gmail.com)

### **Profa. Dra. Cândida Ribeiro Santos**

Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento – PPGDC – da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), Universidade do Estado da Bahia (Uneb); no Programa de Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento – DMMDC. Doutora em Pós-Graduação Mulheres, Gênero e Feminismo (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM/UFBA) – com período Sanduíche de oito meses em Madrid-Espanha, vinculada à Universidade *Complutense*, de Madri. Mestre em Ciências Sociais/UFBA. Graduação em Ciências Sociais/Unifacs. Graduação não concluída em Secretariado Executivo/UFBA. Especialista em Educação a Distância/Fundação Visconde de Cairu (FVC). Docente na graduação e pós-graduação da FVC. Consultora em Projetos sociais. Escritora de Módulos de ensino para Instituições de Ensino Superior. Avaliadora de Revistas Acadêmicas. Militante e pesquisadora no Grupo de Trabalho para a Articulação da Rede de Atenção à Mulher em Situação de Violência de Salvador e Região Metropolitana – GT DA REDE. Formação profissional nas terapias holísticas: Yoga e Yoga para

crianças e adolescentes, especificamente (pelo Instituto Yogabáhia); *Pranic Healing* – nível básico; Instrutora *Thetahealing*; e Mestre Interior de Reiki no Sistema Usui. Atualmente, pós-Graduanda em Acupuntura pelo Instituto Pós-Universalis. Professora de yoga no Projeto Ombro Amigo (extensão em práticas integrativas complementares da Escola de Administração da UFBA); Voluntária como Terapeuta de yoga e meditação no Ambulatório de Oncologia do Hospital Martagão Gesteira; e como integrante nas ações sociais do Instituto Acolhendo em Amor. E-mail: candidar2003@yahoo.com.br

**Profa. Ms. Ilka Meyre Alves da Silva**

Licenciada em Geografia, pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (2012), Mestra em Educação e Diversidade pela Universidade do Estado da Bahia (2021). Atuou como professora de Geografia – Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Tem experiência na área de Geografia. Linha de pesquisa Educação do Campo. É integrante do Grupo de Pesquisa Formação, Experiência e Linguagem (FEL – *Campus XIV*), do Grupo de Pesquisa Educação do Campo: Trabalho, Contra-hegemonia e Emancipação Humana (GPEC/UNEB/CAECDT).

E-mail: ilkameyre@hotmail.com

**Profa. Ms. Flávia Amâncio Carneiro**

Mestra em Educação pela Universidade do Estado da Bahia UNEB/MPED. Especialista em Estudos Literários pela Uneb. Psicopedagoga Clínica e Institucional – FASE. Professora do Colégio Estadual João Carneiro e Colégio Polivalente. Tem experiência na área administrativa no setor financeiro privado, possui cursos em Gestão Escolar, Tecnologia Educacional, Gestão da Aprendizagem Escolar, Mídias Digitais. Conclui o Curso de Psicopedagogia Clínica e Institucional e Atendimento Educacional Especializado. É aluna regular do Mestrado Profissional em Educação e Diversidade (MPED) pela Uneb.

E-mail: flaviaamancio@hotmail.com

**Prof. Dr. Floriano Barboza Silva**

Graduado em Ciências Econômicas pelo Centro Universitário Santana (1997) e em Administração pela Faculdade Castro Alves (2004). Mestrados em Educação, Administração e Comunicação pela Universidade São Marcos (2008) e em Administração, pela mesma universidade (2002). É Doutor em Difusão do Conhecimento pela UFBA. Atualmente, é Professor Adjunto e Chefe de Departamento da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EAUFBA). Coordenador dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Gestão Comercial na Faculdade ÁREA 1FTE; atuou como professor na Faculdade Castro Alves. Coordenador da FTE StartUp Incubadora de Empresas e professor na Faculdade Social da Bahia e na Faculdade de Tecnologia da Bahia (FABAC). Coordenador do Grupo de pesquisa Espiritualidade, trabalho e organização (ETO). Tem ampla experiência na área de Administração, com ênfase em administração estratégica, mercadológica, escolar e recursos humanos. Além disso, é professor de pós-graduação nas seguintes instituições: UFBA, UCSAL, Castro Alves, FABAC, FSBA, IAENE, Camargo Corrêa (Feira), FTE e ESAMC.

E-mail: f.barboza1@gmail.com

**Prof. Dr. Gustavo Bittencourt Machado**

Doutor em Agricultura Comparada (AgroParisTech, França) e Doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional (Universidade de Barcelona – UB, Espanha). Pós-Doutorado em Geografia (LADYSS-Universidade Paris-Nanterre). Pós-Doutorado em Agricultura Comparada (AgroParisTech). Pós-Doutorado em Difusão do Conhecimento em Agricultura (UFBA-DMMDC, Brasil). Mestre em Economia (UFBA). DEA em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional (UB). Especialista em Desenvolvimento Humano (PUC-Minas). Bacharel em Ciências Econômicas (UFBA). Bacharel em Direito (UCSal). Professor Associado IV da Universidade Federal da Bahia (Departamento de Zootecnia). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento (PPGDC-UFBA). Líder do Grupo de Pesquisa Agricultura Comparada e Agricultura Familiar (UFBA/CNPq).

E-mail: gustavobm@ufba.br.

**Profa. Dra. Inês Teresa Lyra Gaspar da Costa**

Professora efetiva (adjunta) da Faculdade de Ciência Contábeis (FCC) da UFBA, atuando nas disciplinas de Macroeconomia e Economia das Organizações. Doutora em Difusão do Conhecimento (PPGDC), pela UFBA. Pesquisadora ligada aos grupos de pesquisa: Agricultura Comparada e Agricultura Familiar; Gestão Pública, Privada e Economia (GPPE) e Rede de Pesquisa em Conhecimento e Tecnologias (REDEPECT). É Bacharel em Economia pela UFRJ (1976).

E-mail: ineslyra@gmail.com

**Profa. Dra. Maria Jucilene Lima Ferreira**

Doutora em Educação pela Universidade de Brasília (2015); Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2006); Especialista em Metodologia do Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação; Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (1996). É Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia. É Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Educação e Diversidade (MPED/UNEB – *Campus XIV*). Atuou como vice-Coordenadora do MPDE – *Campus XIV* (2018-2020). Atua como Coordenadora do Curso de Bacharelado em Agroecologia, biênio (2022-2024). Integra a Coordenação Colegiada do Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial (CAECDT/UNEB). É líder do Grupo de Pesquisa Educação do Campo: Trabalho, Contra-hegemonia e Emancipação Humana (GPEC/UNEB/CAECDT). Integra o Grupo de Articulação da Educação do Campo da UNEB, e, também, o Grupo de Pesquisa Formação, Experiência e Linguagem (FEL – *Campus XIV*).

E-mail: juciferreira.uneb@gmail.com

**Prof. Dr. Moisés dos Santos Viana**

Doutor em Difusão do Conhecimento pelo Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento (PPGDC) – Universidade Federal da Bahia – UFBA. Docente de Dedicção Exclusiva (DE) na Universidade do Estado da Bahia – Uneb – DEDC – Conceição do Coité-BA – Comunicação Social

– Rádio e TV. Coordenador do Núcleo de Ensino e Aprendizagens Digitais do Centro Interdepartamental de Pesquisa em Educação e Humanidades – CIPEHUM. Coordenador Setorial de Estágio Supervisionado em Comunicação Rádio e TV. Atua nas áreas de Comunicação Social, Inovação, Experiências Comunicacionais, Estágio Supervisionado, Modelagem e Difusão do Conhecimento. Membro do grupo de Pesquisa: Agricultura Comparada e Agricultura Familiar (UFBA).

E-mail: [mviana@uneb.br](mailto:mviana@uneb.br)

**Prof. Ms. Roque Lessa Bispo**

Doutorando em Difusão do Conhecimento – UFBA, Mestre em Educação do Campo pela UFRB (2018), Especialização nas áreas de Gestão e Educação Ambiental, Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial do Semiárido, Planejamento Educacional, Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia; Graduado em Geografia (UNEB/2006). Docente do Centro Territorial de Educação Profissional e Tecnológica do Recôncavo.

*E-mail:* [roque.bispo@enova.educacao.ba.gov.br](mailto:roque.bispo@enova.educacao.ba.gov.br).



